

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

ANDRÉ LUIS GOMES

A INTERFACE ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS
MORADORES DO MORRO DA COROA NO BAIRRO DE SANTA TERESA, RIO DE JANEIRO



NITERÓI, RJ
Ano 2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

G633 Gomes, Andre.
A interface entre segurança pública a partir da percepção de moradores do Morro da Coroa em Santa Teresa no Rio de Janeiro / Andre Gomes – 2015.
135 f.
Orientador: Rita de Cassia Freitas.
Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2015.
Bibliografia: f. 130-132.

1. Segurança pública – Rio de Janeiro (RJ). 2. Cidadania. 3. Política social I. Freitas, Rita de Cassia. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD 363.2

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

ANDRÉ LUIS GOMES

**A INTERFACE ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA A PARTIR DA
PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO MORRO DA COROA NO BAIRRO DE SANTA
TERESA, RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS

NITERÓI

2015

ANDRÉ GOMES

**A INTERFACE ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA A PARTIR DA
PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO MORRO DA COROA NO BAIRRO DE SANTA
TERESA, RIO DE JANEIRO**

Banca examinadora

Profa. Dra. Rita de Cássia Santos Freitas (UFF) - Orientadora

Prof. Dra. Monica de Castro Senna (UFF)

Prof. Dra. Andréa Salvador Clapp (PUC-RJ)

Profa. Dra. Carla Cristina Almeida Lima (UERJ – Suplente)

Niterói, 2015

In memoriam: Santuza Cambraia Naves

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Rita de Cássia Freitas, orientadora que me recebeu no segundo momento desta pesquisa com o maior carinho, paciência e principalmente liberdade, deixando-me à vontade para desenvolver o trabalho e estando sempre presente para discutir as ideias do texto e a estrutura deste trabalho. Desejo o melhor para você.

A Nívia Valença Barros por acreditar em mim e no meu projeto sem me conhecer e ter tido qualquer contato comigo antes e durante o processo de seleção. Conhecemos-nos na entrevista e foi amor à primeira vista. Agradeço sinceramente pela sua coragem de ousar e arriscar quebrar protocolos, me dando desse modo a oportunidade de estar concretizando essa primeira etapa tão sonhada e perseguida na minha vida. O melhor de tudo nesta vida para você.

Aos professores que tive contato no Programa de Política Social, especificamente, Suely Gomes Costa, que me incentivou, provocou para que eu fosse capaz de me apresentar neste programa e transformar minhas reflexões em estudos que me proporcionariam reconhecer melhor minha proposta trabalho neste trabalho de mestrado.

Aos entrevistados, moradores do Morro da Coroa, pela colaboração e pela coragem de expressarem suas opiniões e expectativas em relação às questões tratadas nesta pesquisa. Grande abraço.

A CAPES, pela concessão de bolsa de estudos que me proporcionou comprar livros, viajar para congressos e custear a elaboração final deste trabalho.

Aos meus pais, Vicente e Gabriela, que mesmo nas adversidades da vida foram capazes de dar amor tanto para mim quanto para meu irmão, Antonio, e nos estimular a termos um outro tipo de vida e a vivermos uma outra realidade diferente daquela, aparentemente pré-destinada. Obrigado por tudo, pelo que vocês são e pelo que nos fizeram ser.

A Mirtes Medeiros, minha mulher, maravilhosa, pessoa que topou viver a dor e delícia de conviver comigo essa e outras histórias, chegando junto, dando força e é claro, amor. Desejo o melhor de tudo para você e sei que sabe da importância dessa conquista, pois os primeiros passos foram dados junto contigo. Beijos, eu amo você.

A Rosane Melo pela escuta importante que tenho certeza, foi o que me levou a construir este trabalho como está sendo apresentado. Pela escuta sobre mim que me fez dar passos que considero importantes para que eu pudesse reconhecer, admitir e lutar pelos meus desejos.

Aos amigos: Reuber Scofano, meu mentor intelectual, pessoa que me despertou para o mundo das ciências sociais, através da filosofia. Grande amigo, irmão e parceiro. Érica Gomes por estar sempre presente, acreditando e dando a maior força para que este momento chegasse. Thiago Marques, irmão, sempre presente que também deu força para acontecer. Aos eternos amigos:, Gleice Ramos, Rosemary Gomes ,Andréia Lima, Ladário e, Laurenice Pires, Odenilson Argolo, Alexandre Montello e Flavia Callioux. Orlando Junior, parceiro e amigo, pela força de sempre nas várias etapas as quais fui prestando exame de mestrado. Felicidades e obrigado.

A Rosemary Gomes pelo trabalho de revisão feito em tempo mínimo. Excelente. Agradeço a boa vontade e o empenho, tudo de bom.

*Está todo mundo indo à praia, se divertindo de montão
Não tem mais roubo de carro, também não tem mais arrastão
A rapaziada ta no sapato, se meter a cara vai pro valão
É por isso que eu te digo que essa malandragem é bundão”
(Divagar, compositor, morador do Morro da Coroa)*

RESUMO

Este Trabalho tem como objetivo fazer um estudo sobre a questão da Segurança Pública e Cidadania, a partir da percepção de moradores de um território de favela pacificado no Bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. A proposta é entender como a população local entende a questão da Segurança Pública e da Cidadania, após terem sofrido intervenções do governo, no que diz respeito a intervenções policiais que têm o objetivo de permanecer nestes territórios. Neste sentido, a fala dos moradores será o que determinará estes estudos. Entretanto, memórias pessoais e relatos de campo, ajudarão também a compreender essa nova dinâmica que se instalou neste espaço. Deste modo, como metodologia, os recursos da História Oral, baseados em entrevistas gravadas com moradores de diversas faixas etárias, será o que construirá os argumentos deste trabalho. Longe do pensamento pré- estabelecido sobre Segurança Pública e Cidadania, minha proposta aqui é apresentar a percepção da população local para entender até que ponto se faz necessário repensar a questão da segurança pública e associá-la de fato às questões ligadas a direitos de cidadania, principalmente em territórios conflagrados como os territórios de favelas do Rio de Janeiro.

Palavras-chave:

Segurança pública, cidadania, território e política social

ABSTRACT

This work aims to make a study on the issue of Public Security and Citizenship, from the perception of a resident of a pacified favela territory in the Barrio de Santa Teresa in Rio de Janeiro. The proposal is to understand how local people understand the issue of Public Security and Citizenship, after suffering government intervention, with regard to police interventions that aims to stay in this territory. In this sense, the speech of the residents will be what determines these studies. However, personal memories and field reports also help you understand this new dynamic that has developed in this territory. Thus as methodology, the resources of Oral History, based on recorded interviews with residents of different age groups, which will build the arguments of this paper. Far from pre-established thinking on Public Security and Citizenship, my proposal here is to present the perception of the local population to understand to what extent it is necessary to rethink the question of public security and associate it actually matters relating to citizenship rights, especially in conflagrados territories as the slum areas of Rio de Janeiro.

Key words:Public safety, citizenship, territory and social policy

SUMARIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – O Morro fala	24
1.1- Intimidade de realidade	24
1.2- Território e mudança	29
1.3- O processo da pesquisa	32
CAPÍTULO 2- Segurança Pública e Cidadania no Brasil	39
2.1- Reflexões sobre a questão da Segurança pública e proposta da UPPs	39
2.2- A Unidade de Polícia Pacificadora no Morro da Coroa	45
CAPÍTULO 3 – A problemática das favelas	57
3.1- Apresentando o contexto	57
3.2- Favela : Criminalidade e pobreza no Brasil	61
3.3- Favela controle social e participação democrática	66
3.4- A voz da mídia	73
CAPITULO 4- O momento das entrevistas	77
4.1- Sobre o significado de segurança pública	77
4.2- sobre ser cidadão e cidadania	86
4.3- Sobre o perfil da favela	91
4.4- sobre segurança e liberdade	100
4.4.1- Sobre o racismo	101
4.4.2- Sobre a questão da auto estima	105
4.4.3- Sobre a promoção da liberdade e expectativas futuras	109
4.5- Sobre o diálogo, segurança e liberdade	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, pretendo analisar a percepção da Segurança Pública e Cidadania em territórios conflagrados do Rio de Janeiro, isto é, as favelas cariocas, a partir de uma interpretação baseada em vivências pessoais como ex-morador de favela e do olhar da população local, residente no território. Tendo o advento do processo de pacificação promovido pelos órgãos de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro como referência para reinterpretação dessa nova realidade a qual falarei mais à frente. Delimitei, para este estudo, como recorte territorial e campo de pesquisa a favela do Morro da Coroa, localizada no Bairro de Santa Teresa no Rio de Janeiro.

Sei, é claro, que a questão da juventude em territórios de favelas no momento atual tem se colocado de forma extremamente delicada¹. Diversas situações envolvendo esse público com faixa etária entre 14 e 25 anos têm tomado à cena em vários momentos; por isso, apesar deste trabalho ter como base a escuta da população de modo geral, darei ênfase para a juventude que no momento atual vive o drama de morar em áreas ainda marcadas por conflitos armados e tráfico de drogas.

O tema da segurança pública é do meu interesse há alguns anos. No trabalho desenvolvido para a Pós-Graduação *Latu Sensu* do Centro de Estudos em Segurança e Cidadania (CeSec) da Universidade Candido Mendes, cujo título foi: “*Segurança e Cidadania: breve histórico*”, tive a oportunidade de fazer uma leitura sobre a relação entre Segurança Pública e cidadania em territórios vulneráveis. Neste estudo, procurei fazer um passeio desde a década de 1930 até o momento atual descrevendo de modo sucinto as relações que cada instância pública, dentro do seu tempo, estabeleceu com a questão da segurança e garantia de direitos.

O trabalho, de certo modo, apontou também para o fato de que a participação da população e o respectivo diálogo com o poder público sempre foi um “vir a ser”, no que diz respeito à implantação de políticas eficazes, que poderiam corresponder às demandas da realidade local sobre a qual se pretendia intervir. A imposição da força também foi algo utilizado de modo generalizado em relação aos indivíduos que residiam nesses espaços marcados pela ausência de um olhar mais humanizado e integrador por parte da sociedade como um todo. Somente no final dos

¹Exemplo neste sentido é o debate atual acerca da maioria penal. No último dia 31 de março de 2015, ocorreu a votação pela redução da maioria penal, sendo que a aprovação da mesma levantou polêmica no país, fazendo com que diversas opiniões, as mais diversas possíveis fossem publicizadas, causando uma grande inquietação na sociedade.

anos 1990 esses territórios irão conquistar, a partir de muitas pressões, o olhar do poder público, no que diz respeito à necessidade de implantação de políticas sociais mais efetivas.

Pensar estas questões como também a pobreza em territórios vulneráveis no Brasil é, na realidade, entrar em contato com diversos discursos e contradições. Há uma parcela da sociedade que entende e acredita que a questão da pobreza, por exemplo, é um problema único proveniente da má administração pública. Sendo assim, sob este ponto de vista, o governo é quem deve tomar medidas para resolver tais problemas. Nesta perspectiva, o discurso da responsabilidade de todos sobre os problemas sociais passa a não ser percebido e, na verdade, não teria eco.

No Brasil, pobreza, criminalidade e exclusão social têm sido sinônimos; assuntos que andam juntos, referenciando-se. A abordagem de um policial na zona sul não será a mesma na zona norte, muito menos seu grau de integração com o sujeito abordado, caso este esteja dentro de determinados estereótipos convencionados pela sociedade. Dentro da realidade brasileira, aprendemos com Roberto da Matta (1997) que “cidadão e indivíduo são categorias distintas”. No primeiro caso, ser cidadão é ter o reconhecimento pela sociedade como um ser que ocupa um lugar de influência e destaque no espaço que habita. Assim, a posição social ou a capacidade de construir uma boa rede social pode garantir sucesso nas relações as quais os seres humanos tenham contato. No segundo caso, ser indivíduo é estar sujeito a leis. O fato de não possuir laços influentes, que sejam capazes de intervir a seu favor o faz dentro da sociedade um ser vulnerável sem reconhecimento social².

Este estudo parte do entendimento da cidadania a partir das reflexões de Jose Murilo de Carvalho, tendo como referência sua obra: *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Neste sentido, destaco as questões do autor, voltadas para pensar que o tema da cidadania, no que diz respeito a direitos civis, políticos e sociais, são conquistas gradativas das sociedades. Entretanto, chama a atenção para o fato de que, apenas uma forma do exercício da cidadania não garante a mesma de fato. Assim, votar que significa estar no plano dos direitos políticos, não quer dizer que o indivíduo

² Lembrando Pierre Bourdieu (1978), o acesso ao capital social, cultural e econômico, conformaria o “bom cidadão”, aquele que merece ser protegido pela lei, ao invés do indivíduo, citado por Da Matta, que não tem lugar nem influência na sociedade, podendo ser qualquer um, sujeito às leis e às punições cabíveis. Nesse sentido, estabeleço uma relação também com Zigmunt Bauman, quando reflete sobre a questão do que chama de “turista” e “vagabundo”. O turista (o integrante do primeiro mundo) seria aquele que tem mais liberdade, que viajaria legalmente entre países, estando ao seu favor todo o aparato de leis que o ajudariam e ao mesmo tempo o protegeriam; enquanto o vagabundo (o indivíduo do segundo mundo) seria aquele preso ao seu local de origem, que viajaria clandestinamente, sujeito às leis, muitas vezes obrigado a retornar de onde veio, por não estar dentro das conformidades das leis dos lugares do qual gostaria de frequentar.

está exercendo em plenitude a cidadania. O direito político em parte não garante os direitos sociais, o que o autor ressalta é que este processo é uma conquista praticamente infinita, pois entende que o exercício da cidadania plena é algo que beira de certo modo a impossibilidade de ser atingida plenamente.

“Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não cidadãos. Esclareço os conceitos. Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual” (CARVALHO, 2002, pag.09).

Assim, este estudo busca investigar a percepção no que diz respeito à Cidadania e à Segurança Pública em um território de favela “pacificada”, especificamente, no município do Rio de Janeiro, a partir dos olhares de sujeitos envolvidos diretamente neste processo, tendo como locus de pesquisa a favela do Morro da Coroa em Santa Teresa localizada na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, com uma proposta diferenciada, pretendo captar a percepção de uma população menos favorecida socialmente, que reside em uma das localidades as quais foram submetidas às políticas de pacificação. Deste modo, este trabalho visa explorar o ponto de vista dessa população sobre as diversas segregações presentes nesta área, destacando-se além da questão da segurança pública o viés da cor, da classe social, das condições territoriais, recortes que servem para colocar os cidadãos em “lugares” previamente determinados. Entretanto, relatos pessoais, baseados em minhas próprias memórias servirão também para fortalecer a discussão que as entrevistas irão proporcionar ao longo do trabalho.

A minha implicação com o tema é fruto de minha experiência de vida que está ligada ao bairro de Santa Teresa no Rio de Janeiro. Até os 35 anos, fui morador do Morro da Coroa, uma das favelas que compõem o complexo de São Carlos³. Fui criado em um ambiente católico,

³ Apesar de mais adiante eu apresentar os dados do Programa Rio+Social que chama esse conjunto de favelas de Complexo de Santa Teresa, no cotidiano e na mídia, esse conjunto (Morro de São Carlos, Morro da Mineira, Morro do Fallet, Morro do Fogueteiro, Morro da Coroa, Morro do Escondidinho) é tratado como Complexo de São Carlos,

no qual os grupos de jovens dos anos 1980 foram os grandes responsáveis pela minha formação crítica sobre a sociedade, e também sobre a Igreja. Convivi durante muito tempo com comunidades eclesiais de base, que tinham como objetivo serem atuantes na sociedade a partir de um viés voltado para a Teologia da Libertação. Este contato propiciou-me começar a pensar minha identidade, como negro e jovem morador de uma favela no Rio de Janeiro. A partir daí a relação com o espaço onde morava era de observação, cautela - que era compactuada também com os meus pais - e medo. Foram tais elementos que me fizeram buscar novas perspectivas e outros universos. No entanto, a temática da favela, dos indivíduos que nela residem, as suas problemáticas, as questões ligadas à cor/raça, território e violência, era algo que sempre me causava incômodos e questionamentos.

A inserção no curso de Ciências Sociais na PUC - Rio nos anos de 1998-2003 agravou ainda mais essa situação de incômodo que acompanhara toda a minha existência como morador de favela. Descer o morro, ir em direção à Gávea, ter contato com pessoas de outras classes sociais mais elevadas e quase todas brancas, era um aspecto marcante que apresentava contrastes e contradições. Ao voltar para a favela, meus pensamentos eram permeados por muitos questionamentos e, desse modo, a questão da violência e da relação da polícia com o território, chamavam ainda mais a minha atenção. A diferença é que eu começava a ser capaz de construir um olhar mais distanciado, procurando entender à situação a qual eu estava inserido. Neste sentido é que surgiram meus diários de campo que neste trabalho procurarei resgatar.

Entre os anos de 2005 e 2007, já graduado, fui selecionado para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens Pró-Jovem, onde atuei como professor de Ciências Humanas para alunos de 18 a 24 anos que não haviam completado o ensino fundamental, a partir da 5º série e que se encontravam também em situação de risco e pobreza. Neste trabalho, minha função era me aproximar da realidade dos alunos. Além disso, o objetivo do programa era suscitar a participação e autonomia do aluno em relação ao seu desempenho. Desse modo, comecei a me envolver, ainda que timidamente, com a questão de pensar também a partir do olhar de outros indivíduos que viviam a realidade das favelas do Rio de Janeiro.

fazendo uma alusão ao complexo de favelas na Penha, zona Norte do Rio de Janeiro que é chamado de Complexo do Alemão.

De 2007 até o final de 2008, fui convidado por Luiz Eduardo Soares⁴ para trabalhar na Secretaria de Valorização da Vida e Prevenção da Violência, pela Prefeitura de Nova Iguaçu, como assessor técnico especializado. Neste trabalho, desenvolvi atividade de articulação junto a entidades não governamentais do Município apresentando as propostas da Secretaria no que diz respeito aos projetos de prevenção da violência para jovens entre 16 e 24 anos. É o momento que começo a me envolver com a segurança pública e ao mesmo tempo refletir sobre a questão da cidadania. Aproximar esses conceitos e redefini-los foi o exercício travado em Nova Iguaçu e que me despertou de fato para o referido assunto.

Entre o ano de 2009 até o ano de 2010, trabalhei no Programa de Aceleração do Crescimento- PAC- Alemão, como Técnico de Projetos Sociais. Minha função era acompanhar e monitorar todo o trabalho a ser implantado por uma empresa de responsabilidade social, contratada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Especificamente, seria de minha responsabilidade supervisionar e intervir em tudo aquilo que estivesse relacionado à área social. A experiência com essa atividade me levou a chegar a algumas conclusões que estão relacionadas à ineficácia de políticas públicas implantadas por um órgão do Governo do Estado, principalmente quando delegam esta ação a terceiros. Tal atividade levou-me a pensar na necessidade dos territórios de favelas se organizarem de fato para reivindicarem seus direitos e finalmente me fez entender que era preciso estudar fora do campo e com maior profundidade sobre o tema.

Hoje observo que já se passaram exatamente vinte e cinco anos que as favelas cariocas são de forma contundente, embaladas por conflitos armados e pela falta de compromisso por parte do poder público. Cabe destacar que nestas últimas décadas, a falta de recursos presente neste contexto se agravou e, diante desta perspectiva faz-se necessário entender: Qual é o olhar do morador sobre esse processo? Quais são as suas expectativas em relação ao território onde residem? Até que ponto é sujeito de ação, ativo e participante em seu próprio território? São essas indagações que me fazem retornar para o meu território de origem e fazer dele objeto de estudo.

⁴ Luiz Eduardo Soares: Antropólogo, Professor do Depto de Ciências Sociais da UERJ, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública no Governo Lula, foi subsecretário de Segurança Pública no Governo Garotinho e Secretário Municipal da Secretaria de Valorização da Vida Prevenção da Violência no Município de Nova Iguaçu no governo de Lindberg Farias. Um dos estudiosos mais respeitados no Brasil que discute a questão da Segurança Pública a partir do viés da cidadania.

Os estudos desenvolvidos poderão me fornecer subsídios para pensar, discutir a favela, mas também, futuramente e com maior profundidade, a realidade social brasileira no que se refere à segurança pública e cidadania. Neste sentido, trabalhar esse tema dentro do universo das políticas sociais foi sob meu ponto de vista extremamente enriquecedor para que eu pudesse entender a trajetória das políticas no Brasil e constatar que ainda falta muito para as políticas de segurança pública no Brasil alcançar um lugar ao lado das questões de cidadania. Sendo assim, trago uma breve discussão de Amazoneida Pereira (2011) que situa a questão da Política Social dentro de processos políticos marcados pela garantia de direitos que foram conquistados ao longo das transformações econômicas e políticas no mundo:

“Tentativas de demarcar a origem, o conteúdo e os contornos particulares da política social tem tomado como parâmetro institucional e histórico o Welfare State (Estado de bem estar). Por essa perspectiva, política social e Welfare State seriam a mesma coisa. Constituiriam fenômenos equivalentes, surgidos nos fins do século XIX, em resposta a conflitos sociais adensados pelo avanço da industrialização e por uma progressiva conquista popular de direitos” (PEREIRA, 2011. pag., 23)

Neste sentido, a conquista de direitos que tem sua origem a partir da ideia de que é necessário garantir bem-estar para os indivíduos, para que desse modo as sociedades se desenvolvessem, atravessou diversas fronteiras, chegando a países como o Brasil que foi conquistando de modo gradativo e em meio a diversas adversidades políticas, direitos que em algum momento eram restritos a grupos sociais mais favorecidos ou mesmo eram restritos por questões de gênero e raça. Conquistas populares de direitos no Brasil, ocorreram em meio ao medo da desordem por parte das elites, que foram, através dos governos, construindo políticas de cima para baixo para que a população de um modo geral fosse contemplada, sem, no entanto “precisar” expressar sua indignação.

Acontecimentos recentes, principalmente após os anos 80, fizeram com que a conquista de direitos avançasse no Brasil, embora ainda estejamos longe de um ideal pleno de cidadania. Em relação à segurança pública, a política de implementação das Unidades de Políticas Pacificadoras (UPPs) traz um novo olhar para essa questão, saindo da ideia de que o único recurso do Estado seria a utilização da força sobre as populações mais vulneráveis, historicamente criminalizadas em nossa sociedade.

Assim, essa dissertação tem como objetivo central analisar o olhar da população local sobre a questão da segurança pública e da cidadania, após o processo de pacificação que teve a proposta das Unidades de Polícia de Pacificação-UPPs, como instrumento de execução de uma nova política de segurança pública por parte do Governo do Estado. População essa que viveu um histórico de ausência na qual resultou na construção de relações informais, que levaram essas localidades a acumularem um conjunto de problemas sociais que na prática, foram imbricando-se uns nos outros a ponto de tornarem-se quase uma só questão: “a favela”. Conflitos armados, tráfico de drogas, misturados a problemas de saneamento básico, infraestrutura, baixa autoestima, tornaram estes espaços inseguros principalmente para quem mora dentro deles; ao contrário do que é disseminado de que o perigo é apenas para quem vive ao redor destes territórios. Mais do que nunca com o aumento pela disputa do tráfico de drogas, a violência aumentou na mesma proporção, e o os territórios de favelas tendo ficado fora da agenda social durante muito tempo foram o alvo dessa violência. Resta saber se após as UPPs houve alguma diferença.

Menos do que uma avaliação da política, meu interesse é ouvir os sujeitos. Neste sentido, a escolha da metodologia de história oral tornou-se fundamental. Por isso, uma das bases principais de investigação foi a escuta (voz dos sujeitos) e é claro a observação participante com o intuito de contextualizar tanto os sujeitos como o próprio território com suas particularidades e mudanças que vem ocorrendo ao longo dos últimos cinco anos.

Assim, a metodologia utilizada neste trabalho de pesquisa é de caráter qualitativo. Para tanto, busquei ter uma aproximação com o campo pesquisado e ter uma escuta ativa, tendo como uma das bases as reflexões de Pierre Bourdieu (1997) no texto *Compreender*, no qual o autor destaca que se faz necessário no trabalho de campo se construir outro tipo de escuta entre pesquisador e pesquisado, devendo ocorrer, a instauração de uma escuta ativa e metódica.

Busquei, baseado nas contribuições de Bourdieu, construir um diálogo mais aproximado entre a pesquisa e o meu objeto de estudo, quando estivemos frente a frente no campo. Bourdieu no seu trabalho reflete sobre a possibilidade de aproximação de universos, tanto do pesquisador quanto do pesquisado. Considera também que a questão da familiaridade; do acordo de inconscientes; da construção de uma mesma linguagem no campo e da desburocratização do processo de entrevistas, auxiliam muito o entrevistado a compartilhar sua verdade com o pesquisador.

Entretanto, destaco que a experiência que tive no campo passou pelo inverso da reflexão teórica do autor. Apesar de eu ser oriundo da localidade e ver o território como familiar, a dificuldade no processo de entrevistas foi o principal problema que tive que enfrentar. Acredito que a delicadeza do problema fez com que a população, mesmo me conhecendo, se tornasse arredia, fazendo com que aquele ambiente a princípio familiar se tornasse estranho de um momento para o outro. Neste sentido, com o campo tornando-se inóspito, tive de recorrer às entrevistas fora do território o que de certo modo foi bom pelo fato dos entrevistados terem ficado visivelmente mais à vontade para conversar.

Bourdieu apresenta uma crítica sobre a questão da pesquisa de campo ao afirmar que há um problema entre os pesquisadores em insistir na reprodução de métodos e traços rígidos na pesquisa, não respeitando as sutilezas que por ventura possam ser emitidas por aqueles que são interrogados. No território de favelas, a questão da sutileza como coloca o autor é determinante para se entender o espaço. Muitas vezes não há discursos; no entanto, há gestos, movimentos que dizem alguma coisa, por exemplo, muito silêncio nas vielas, pouco trânsito, biroskas vazias, olhares atentos sugerem que algo está acontecendo. Neste caso, uma abordagem que dispense as particularidades do território e um tratamento generalista no que diz respeito à pesquisa, inviabiliza possíveis interpretações mais abrangentes que podem ser feita sobre o trabalho.

Assim, no momento em que fiz as entrevistas, procurei estar atento as suas falas, suas angústias, seus trejeitos e a partir daí me permiti ir além do roteiro e fazer perguntas que em alguns momento se relacionavam diretamente com aquele entrevistado. Nesse sentido, a metodologia da história oral me orientou nesta condução pelo fato de trazer em sua base teórica, a possibilidade de me manter focado nas questões recebidas. Carlos Humberto Pereira Correia da Universidade do Rio Grande do Sul em seu trabalho sobre *A Origem da História Oral* diz que “História Oral é a designação dada ao conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de memórias gravadas para servirem de fonte primaria a historiadores e cientistas sociais”.

Exatamente neste sentido desenvolvi meu trabalho de campo. Havia a necessidade de que eu coletasse as informações relacionadas à segurança pública e cidadania para fazer uma análise. Entretanto, minha questão não era apenas friamente entrevistar a população com o objetivo já pré-estabelecido, e sim perceber como aquela realidade a qual eu estava propondo

estudar, impactava nas suas vidas. Para isso, busquei fazer com que falassem o mais à vontade possível, sem me preocupar com questões colocadas que estivessem remetidas ao seu passado. Desta forma, as memórias trazidas por eles me ajudaram a compreender o seu presente – e a repensar o meu. Este foi o caminho trilhado nas entrevistas:

“A História Oral tem como objetivo, portanto, preparar documentos gravados e transcritos para serem utilizados pelos pesquisadores do futuro. Dois elementos importantes caracterizam o documento de História Oral e o difere dos demais documentos tradicionais e historicamente aceitos: a espontaneidade do registro da informação gravada e a intencionalidade da preservação para o futuro” (CORREA, 1978, pag.15).

A proposta de entrevistar a população local aconteceu pelo fato de ter poucos registros de falas de moradores que tenham sofrido o impacto da pacificação em seus territórios. Há um histórico subjetivo de relações entre polícia e populações oriundas dos territórios de favelas. A tensão, a violência, a indignação, o ódio de ambas as partes, seja do morador que sente extremamente violado pelas arbitrariedades dos policiais em campo; sejam dos policiais que se veem com autoridade para decidir sobre a vida e a morte de qualquer indivíduo em territórios de favelas. Neste sentido o registro das falas dos moradores foi o melhor recurso para que eu entendesse melhor as temáticas que propus abordar neste trabalho.

O autor ressalta que a história oral tem início desde a antiguidade e que Heródoto quando escreveu suas obras foi capaz de entrevistar diversas pessoas, desde os gregos até indivíduos de outros povos. No entanto, chama atenção para o fato de que foi na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, que o professor Allan Nevins iria elaborar uma pesquisa sobre o Presidente Groover Cleveland sobre sua atuação na administração pública. Utilizou então dos métodos da história oral para construir tal biografia. Neste sentido, a utilização da história oral veio somar com as outras ciências, no sentido de aprimorar o processo de interlocução no campo. As ciências sociais, especificamente a Antropologia, foram capazes de absorver esses conhecimentos e reestruturar sua forma de interpretar as sociedades as quais se propunha estudar.

Sobre os movimentos da história oral no Brasil, Correa chama a atenção para o fato de que será na Universidade de Santa Catarina que o Brasil terá a sua primeira experiência, quando em 1974 será ministrado o primeiro curso de Especialização de História Oral em nível de graduação e do mesmo modo, a UFSC em 1975 irá aprovar, através do Departamento de História,

a implantação do Laboratório de História Oral. Nesse mesmo ano, a universidade lança uma primeira comunicação oral intitulada: “A documentação em História Oral”. Assim, o Brasil tem, a partir da iniciativa da Universidade de Santa Catarina, a introdução dos conhecimentos de História Oral, influenciando a partir daí diversas áreas de conhecimentos, que irão ver sentido em se apropriar desta técnica, para ampliar seus universos de investigação.

“A técnica da História Oral repudia o questionário previamente elaborado, bem como possibilidades de respostas previstas, pois considera relevante a vivência pessoal, única, de cada indivíduo, mesmo que muitos deles ou todos os entrevistados tenham participado juntos do mesmo fato. O objetivo específico da entrevista é a qualidade e a profundidade das respostas e não suas quantidades como requerem as demais ciências sociais como é o caso da Sociologia que trabalha com grupos integrados entre si ou a Psicologia Social, está com o indivíduo dentro do grupo” (CORREA, 1978, pag. 25.).

Esta crítica do autor me faz então ressaltar novamente que a voz da população alvo foi ouvida através de uma escuta ativa na qual me utilizei de entrevistas gravadas com moradores dessa localidade. Tais entrevistas tiveram como proposta captar o olhar, a percepção desses indivíduos no que diz respeito à segurança pública e a cidadania. A ideia foi formular perguntas temáticas para a população local a partir de alguns eixos: memória, melhorias, ações sociais, participação, diálogo, segurança e inclusão social, e preconceito. O que pretendi foi entender suas impressões sobre a questão da segurança pública e a sua associação com a cidadania, tendo como referência o processo de “pacificação” desenvolvido neste território.

Além disso, os relatos construídos anteriormente e que farão parte deste trabalho, terão a função de livremente, passear por acontecimentos e retirar deles o tom deste trabalho⁵. São falas obtidas, ainda no início desta década, cujo período, em hipótese alguma, falava-se em ocupação “pacífica” destes territórios – as favelas –, por parte do poder público, mas que são trazidos ao período atual e se coadunam. Todos os relatos aqui escritos estão relacionados às minhas vivências, anotadas em um diário de campo – e que também serão utilizados nesta dissertação. Não é exatamente uma reflexão sobre minha vida pessoal, mas sim reflexões sobre a problemática da favela.

⁵ Boa parte das reflexões aqui estabelecidas foi discutida no VIII Encontro sobre Direitos Humanos e Segurança Pública, promovido pela ANDHEP, em 2014.

A proposta dos relatos é de passear nesse ambiente – a favela – também a partir das minhas memórias⁶. A ideia é examinar as inquietações surgidas neste lugar relacionadas à insegurança pública, à cidadania e aos direitos sociais, pelo fato de por três décadas e meia, este universo, com todas essas problemáticas, terem feito parte de minha existência, formando de certo modo, a minha identidade como indivíduo dentro dessa sociedade, que comecei a ver como desigual no que diz respeito à garantia de direitos iguais, problemas raciais e oportunidades. Nesse sentido, ao invés de sublimar as minhas inquietações e ressentimentos, resolvi encará-las e transformá-las em objeto de estudo, para que de algum modo eu pudesse entender suas raízes e também identificar o peso das responsabilidades sejam elas marcadas por uma estrutura social externa ou mesmo marcadas por questões subjetivas que possam ter me impedido de dar passos possíveis, mesmo tendo contato com uma realidade tão adversa.

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discursos críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica [...] (NORA, 1993, p. 9).

As falas que me chamavam mais atenção, que procuravam descrever minhas experiências e, em alguns momentos, construir reflexões sobre estas problemáticas, foram aqui destacadas. Em vários momentos, essas falas apresentam marcas de desilusão e do descrédito, características próprias de quem se encontra implicado em todo o processo. Nos momentos em que esses “desabafos” aparecem, não entendo que são sentimentos característicos somente meus, mas considere que refletem sentimentos de outros tantos moradores, jovens ou não que, naquela época, viviam também tal situação. Minha proposta então é aproveitar estas memórias e construir associações com a realidade atual – até porque é dessas memórias, dessas vivências que surgem o interesse por esta temática. Assim, procurei fazer uma apresentação da trajetória que percorri, através dos relatos de vivências no território, apresentando também o convívio na localidade e com os familiares. Esses relatos serão de extrema importância ao longo do texto para

⁶ O relato a que me refiro está como Apêndice a este trabalho. Ressalto também que estes escritos foram desenvolvidos entre o ano de 2000 a 2003, período da minha graduação em Ciências Sociais pela PUC - Rio.

contextualizar a favela, seus cenários e suas problemáticas⁷. Por isso, acredito que falar do lugar e enfatizar a trajetória pessoal aí percorrida, além das questões a serem apresentadas, trarão uma melhor compreensão dos significados dessa experiência e da abordagem tratadas.

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992: 17).

Estes primeiros relatos são construídos antes da “Política de Pacificação”. Busco refletir sobre os problemas ligados à insegurança pública, questionando as ações policiais na favela, o papel do poder público em territórios vulneráveis, bem como o tratamento dado aos indivíduos que neles residem. Ressalto, por outro lado, a ação nociva do tráfico, sua influência local e sua relação com o território. Nos vários momentos desta parte o que se poderá ver é uma repetição de acontecimentos que dão a entender que persiste uma ausência no que tange à configuração da favela no que diz respeito à segurança pública e à cidadania. Esta ausência está estritamente ligada ao momento conjuntural que antecedeu à implementação da Política de “Pacificação” nas favelas⁸.

Estas reflexões constituem o capítulo inicial dessa dissertação, e apresentam, a partir de meus diários de campo, minhas reflexões sobre a vivência e a realidade, juntamente com os relatos colhidos com a população local durante a pesquisa de campo para este trabalho. Esse capítulo funcionará como a importante referência desta pesquisa, pois será através dele que muitas das análises poderão ser feitas no que diz respeito à realidade da favela e às novas propostas do poder público nestes territórios: avanço ou não da participação, no desenvolvimento de projetos sociais, diálogos, sentimentos de pertencimento e cidadania que, segundo a hipótese deste trabalho, vêm se configurando como uma conquista ainda muito longa.

No segundo capítulo, inicio falando sobre questão da segurança pública no Brasil a partir da reflexão de alguns estudiosos no assunto. Meu objetivo ao dialogar com esses autores é aproximar o meu foco de estudos de suas teorias. Para isso, trago autores que têm como

⁷ Visitar Apêndice ao final deste trabalho.

preocupação dar outro sentido ao conceito de segurança pública e desse modo apresentar outros paradigmas. No segundo tópico, discuto a questão da cidadania no Brasil sob o olhar de autores que também se debruçam sobre este tema, tendo como objeto de estudo a realidade social brasileira. No terceiro tópico, procuro falar sobre as unidades de polícia pacificadora e o seu papel, segundo a lógica do programa em territórios de favelas e os impactos reais desta política. Ao mesmo tempo apresento, embasado nas discussões anteriores, o território escolhido por mim como objeto de estudos, o Morro da Coroa em Santa Teresa, e procuro através de informações do trabalho Social do território e dados do IBGE, organizados pelo Programa Rio+Social, traçar um perfil atual deste território.

No terceiro capítulo, discuto a problemática das favelas. Neste sentido, procuro fazer uma reflexão apresentando o contexto das favelas no Rio de Janeiro, através de um breve histórico que é auxiliado por estudos desenvolvidos sobre esta questão no Rio de Janeiro. No segundo tópico, procuro falar sobre favela, criminalidade e a questão da pobreza. Meu objetivo é discutir através de exemplos a problemática do indivíduo que mora em um território vulnerável, onde além dos problemas sociais, o estigma de criminoso também é associado a sua condição de pobreza. No quarto tópico, trago uma discussão a partir do olhar da mídia quando o processo de pacificação começa a ser implementado em diversos territórios de favelas do Rio de Janeiro e desse modo como foi feita a repercussão na mídia televisiva e principalmente na mídia impressa no Rio de Janeiro.

O quarto capítulo será voltado para fazer uma análise das entrevistas realizadas e apresentadas no terceiro capítulo. A proposta será dialogar com os argumentos dos entrevistados e desse modo construir reflexões voltadas para a questão da segurança pública e cidadania, que se aproximem das realidades de territórios de favelas do Rio de Janeiro. Deste modo, a ideia também é pensar no papel das políticas públicas que estão sendo implantadas nestes territórios, tendo como base o discurso da população e, a partir daí, buscar perceber na pesquisa, qual é o papel do cidadão morador de favela neste processo de intervenção pública. Quais seriam as mudanças necessárias para que tal política de fato se legitimasse. Este capítulo pretende ser mais um a ajudar na “provocação” para a discussão sobre segurança pública e cidadania no Brasil.

As considerações finais estão voltadas para se pensar na análise da pesquisa e a partir daí construir uma reflexão e discussão mais concreta sobre o processo de construção de cidadania

e da segurança pública em territórios de favelas. Deste modo, o que espero é que essa etapa final no trabalho traga novos questionamentos sobre o processo de diálogo entre poder público e territórios de favelas no Rio de Janeiro e que as hipóteses levantadas neste trabalho tenham me auxiliado no processo de investigação do problema, apontando deste modo para os caminhos que possam, de fato, ser construídos de outra forma. O esforço de captar falas, histórias individuais, teve como finalidade construir uma reflexão a partir das falas de moradores de territórios de favelas, para que possam servir de subsídios que poderão ser utilizados em estudos que desejo continuar posteriormente.

CAPÍTULO 1– O MORRO FALA

Este capítulo tem como objetivo trabalhar inicialmente com reflexões baseadas em memórias de vivência no Morro da Coroa, para ilustrar a trajetória da segurança pública no território antes do processo de pacificação, como também o novo processo de intervenção do poder público. Neste sentido, inicio trazendo dois tópicos: intimidade e realidade, e território e mudança, quando busco fazer uma ligação com um terceiro tópico: o processo da pesquisa. Apresento os relatos de campo produzidos no decorrer do envolvimento que tive com o território e com os entrevistados, assim como as dificuldades e as tensões envolvidas no processo de abordagem dos indivíduos para fazer a proposta de participação neste trabalho. A ideia no terceiro tópico é tentar relatar o que ocorria no território quase que em tempo real, com a finalidade de dar sentido às falas dos entrevistados.

1.1 INTIMIDADE E REALIDADE

Nasci no Morro da Coroa, em Santa Teresa, na década de 1970, período de Copa do Mundo no Brasil, exatamente, no mês de junho quando as seleções mundiais se enfrentavam para conquistar seu título. O Brasil de Pelé, Garrincha, Rivelino, encantava os brasileiros e o mundo com seu talento, fazendo com que boa parte do país não entendesse, de fato, o que ocorria politicamente no dia a dia da vida pública. Repressão política, sequestro e tortura e a vigência de um governo civil-militar constituía-se em pano de fundo desta época. As favelas cariocas, neste período, são marcadas pela precariedade. Aos quatro ou cinco anos de idade, ainda na década de 1970, lembro-me da casa onde residi, com apenas um cômodo de madeira e porta de tramela⁹ que se trancava por dentro, enquanto por fora, não me lembro de se a tal porta tinha como recurso externo uma fechadura. A aparente fragilidade de proteção era compensada pela ausência efetiva de risco.

O solo do Morro da Coroa, nos anos 1970 era totalmente de barro, sem luz e com esgotos abertos. Saneamento básico, nesta época, era um conceito que estava muito longe das favelas cariocas. Em relação à luz, lembro-me de minha mãe acender um lampião¹⁰ com

⁹ Tramela - Tipo de maçaneta de madeira que serve para fechar portas por dentro. Muito usadas no Brasil Colonial.

¹⁰ Lampião - Recipiente onde eram concentrados gasolina e um pedaço de pano e seu interior para iluminar as casas

querosene para iluminar a casa. Esse momento constituía-se em um ritual: somente a mãe ou o pai podiam acendê-lo. Eu e meu irmão apenas olhávamos o cair da noite, enquanto um dos pais cumpria a tarefa de iluminação do ambiente. Essa era a prática diária da casa. Somente nos anos 1980, a energia chega à favela. Postes de luz são colocados e, cria-se uma comissão de luz, isto é, um grupo de pessoas que iriam ser responsáveis pela manutenção, supervisão e cuidado com a luz no território. Surgiu também à figura do manobreiro, o responsável por manobrar a água para o morro. Não é preciso dizer que esta era uma posição de status e poder, pois, todo mundo conhecia a pessoa quem manobrava a água naquela localidade, assim como o seu caráter.

Neste espaço, residiam eu, meu irmão mais velho, minha mãe e meu pai. O tempo passava e eu ainda pequeno, por volta dos sete anos, aproximadamente, vi meu pai construir o piso, as paredes da casa e mais um cômodo para baixo. Meu pai trabalhava fora da favela e nos finais de semana construía a casa. Assim, a vida cotidiana, ficou melhor. A casa estava menos apertada, as paredes da casa agora eram de tijolos e o teto era uma laje. E, é claro, como todo morador de favela, aprendi a “*virar laje*” junto com o “*coletivo*” ou com *a comunidade*. Na verdade, esta era uma das características neste espaço: a solidariedade forjada pela dificuldade vivida que surgia entre os conhecidos e até desconhecidos. “*Virar uma laje*”, por exemplo, era algo que virava notícia no morro, principalmente pelo seu tamanho e também pelas pessoas que por ventura nela se envolviam. Era um momento de sociabilidade e de compartilhamento. E, para quem achava que o status nas relações entre os indivíduos na favela não existia, era só ficar a par dos comentários de quem ajudou quem neste evento. Os traficantes? Os moradores mais antigos? Somente familiares? Dependendo dos participantes e de sua influência no morro, o fato poderia ser muito bem falado ou, ao contrário, ecoaria como um problema que ficaria marcado na história daquele grupo. A divisão entre as funções de gênero também eram visivelmente marcadas: os homens “*viravam a laje*”; as mulheres faziam a comida que podia ser um “*angu à baiana*”, um “*mocotó*”, um “*feijão melhorado*” ou, até mesmo, uma “grande macarronada” com “frango é claro”. Ali se trabalhava se divertia e compartilhava-se a vida¹¹.

Nestes momentos, confirmavam-se os laços de amizade e de responsabilidade. **Pois**, quem nasce na favela aprende que a sua palavra, a sua honra, a sua dignidade, a sua moral e a sua

das favelas. Também muito usado no Brasil Colônia.

¹¹ De certa maneira, a virada da laje pode ser comparada a realização da Festa da Cumeeira, também tradicional acontecimento na cultura popular.

conduta formam o seu caráter diante das outras pessoas e da comunidade, sejam elas quem for: traficantes, trabalhadores, vizinhos, etc. O indivíduo será respeitado (ou não) a partir do seu “comportamento”, isto se não romper com os códigos socialmente aceitos daquela comunidade. Podem ser considerados sujeitos não confiáveis por serem “maconheiros”, vagabundos (no sentido de não gostar de trabalhar), por viver no meio de traficantes mesmo sendo trabalhador, se não respeitar as meninas “sérias”, principalmente se engravidar “filha dos outros”, se ficarem de madrugada no morro cheirando cocaína, ou se diz que vai cumprir com a palavra e não cumpre.

Todos esses elementos são importantes para o reconhecimento da comunidade para com o sujeito. Desse modo, o lugar que irá ocupar diante deste grupo será conduzido pelo seu histórico de vida dentro da comunidade. No entanto, o indivíduo que é reconhecido como traficante ou “do bicho” e age de forma discreta e “protetora”, tem o reconhecimento da comunidade e lugar de respeito garantido. Outros se associavam ao tráfico e ao bicho, mas não eram considerados respeitosos, pois mantinham o controle devido ao medo. No decorrer dessa pesquisa, vimos que no período que antecedeu às UPPS, principalmente, na década de 1990, houve uma mudança gradativa de postura dos traficantes, que passaram a agir cada vez mais de forma agressiva e violenta¹². E cada vez apareciam sujeitos de fora que não conquistara o respeito, mas que já chegavam impondo “respeito e medo”.

Nos anos 1970, no que se refere à segurança pública no Morro da Coroa, ocorriam visitas de policiais que, segundo meu pai eram da “Cavalaria”. O morro, nesta época, ainda tinha muito espaço físico vazio e, desse modo, o avanço a cavalo por tropas policiais não era nada inviável e, sim, mais que possível, considerando-se o aclave e o declive decorrente da configuração de rochas, matagais e terra batida. Nestes espaços irregulares, diversas famílias instalaram suas habitações que foram sendo alvo da polícia que estava preocupada apenas em não deixar a “desordem tomar conta”. Os problemas da favela não tinham muito a ver com a cidade. Neste sentido, ser cidadão, morador de favela no Rio de Janeiro, nesses períodos, era algo dissociado da grande cidade, ou seja, uma coisa não levava a outra. Ao contrário, o termo cidadão quando referido ao morador de favela era relacionado à delinquência e não à noção de qualquer direito.

¹² Alba Zaluar apresenta alguns comentários sobre a mudança das solidariedades quando o tráfico ganha o papel de protagonista principal, deixando o jogo do bicho em segundo plano.

No território de favelas, eu diria que todo e qualquer conflito, ou qualquer outro problema acaba fazendo parte de você também, seja uma briga doméstica, uma briga no bar do Sr. Geraldinho¹³, uma manifestação truculenta da polícia ou uma guerra entre traficantes rivais. Sob meu ponto de vista, conviver com a violência e com a ausência de direitos no território de favelas contribui para engendrar talvez uma experiência coletiva que torna naturais fatos muito graves e constrói uma atitude de conformidade para com as situações vividas e isso se expressa em atitudes regulares dos que moram nestes locais. É observável que moradores diversos, subjetivamente, acabem por desenvolver inibições que os impedem de atuar ou construir práticas que levam à reivindicação de quaisquer direitos.

Trago nessas minhas análises, vivências pessoais da favela, questões ligadas ao desafio da construção de identidade e cidadania no território, onde a cada momento, sofreram alterações, ora marcadas pelo medo, ora marcadas pela revolta, pela insatisfação ou frustração. Neste sentido, acredito que é perceptível uma instabilidade no que diz respeito a minha autoafirmação como sujeito, cidadão e detentor de direitos. Escrever então se tornou para mim uma válvula de escape, não da realidade a qual estava submetido, mas de não ser absorvido pela impotência diante do tamanho daquela realidade cotidiana. O sentimento de vulnerabilidade, impotência, medo era muito grande. O grande problema era eu entender que não tinha onde me sustentar no que diz respeito à proteção, por exemplo. Os dois lados, tanto a polícia quanto os traficantes geravam insegurança. Acredito ser muito difícil para um morador de favela, saber que sua integridade física, no sentido concreto da coisa, está a todo tempo sob ameaça.

Maria Alice Resende chama a atenção para o fato de que:

“A principal implicação é a de que as políticas públicas voltadas a segmentos populares urbanos não são importantes apenas porque “compensam” carências e reparam injustiças históricas. É claro que objetivos compensatórios são relevantes e mesmo imperiosos, em se tratando de sociedades tão profundamente desiguais como a brasileira. Mas, informado pela noção de cidade escassa, o aspecto mais importante das políticas sociais urbanas passa a ser o de que tais políticas tendem a liberar a população pobre das redes hierárquicas, informais ou ilegais, de mando e obediência. Habitação, trabalho, educação, saúde e segurança são, pois, bens de cidadania na medida em que impedem o controle e a dominação pessoal dos mais fracos pelos mais fortes. Portanto, cidade, nessa acepção, não é propriamente o ambiente sociológico com que nos habituamos desde o século XIX, mas um ethos político, isto é, um modo de vida, um hábito, político”.

(RESENDE, 1995, pag.22)

¹³ Sr Geraldinho: Comerciante e morador antigo do Morro da Coroa.

A valorização do indivíduo, paralelo a sua vontade, desejo por reconhecimento, deve ser ancorada também por políticas que busquem valorizar territórios e os seres humanos que fazem deste um lugar. Por outro lado, para além do lugar de origem é necessário que esses mesmos indivíduos entendam que seu lugar, sua identidade não se remete apenas a uma localidade apenas, mas que ele faz parte do mundo do todo e por isso seu transito é legítimo, sem causar contrastes constrangedores como violência, desrespeito ou falta de infraestrutura básica para se viver. Neste sentido, a cidadania nestes territórios, deve estar totalmente relacionada à questão da segurança pública, pois o princípio do bem-estar da garantia de direitos da qualidade de vida é um elemento de uma vida segura protegida e de indivíduos seguros em toda a sua totalidade. Não olhar delicadamente para estas questões é reproduzir espaços e seres humanos ausentes que terão que apostar ainda somente em si mesmos e para não serem absorvidos por essa lógica é necessário mudar essa configuração.

No tópico a seguir, procuro apresentar as mudanças ocorridas nestes territórios a partir das intervenções do poder público, com as Unidades de Polícia Pacificadoras - UPPs. Será neste momento que introduzirei também a pesquisa realizada em campo com moradores do território, falando sobre a questão da segurança pública e cidadania em territórios de favelas. Chamo a atenção para o fato de que, apesar das políticas de pacificação serem frágeis, ocorreram mudanças que impactaram na vida local, entretanto, as lacunas existentes devem ser consideradas e avaliadas com devido cuidado.

1.2 TERRITÓRIO E MUDANÇA

Chega o ano de 2011, o Morro da Coroa é ocupado pelas forças policiais do Estado através do Programa Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). A proposta é o resgate do território de favelas pelo Poder Público através do que a imprensa denominou de “cinturão”. Na área do Rio Comprido, o Morro da Coroa está inserido no complexo de São Carlos que engloba o Morro da Mineira, Morro do Fogueteiro, Morro de São Carlos, Morro do Querosene, Morro do Fallet e Morro dos Prazeres¹⁴. A polícia foi ocupando cada um desses territórios a um só tempo em uma

¹⁴ Apesar do programa Rio+Social classificar o território como Complexo de Santa Teresa, no cotidiano, inclusive a

mesma operação. Não houve mortes ou trocas de tiros. Não houve resistência por parte de traficantes, a favela encontrava-se limpa, “vazia”. Finalmente, a paz chega depois de vinte longos anos a esses territórios e também a conquista de direitos e cidadania para indivíduos que há meio século viveram à margem da cidade, esquecidos, destituídos.

No início da ocupação, eu já não morava mais no Morro da Coroa, entretanto, ao subir a favela nesta época, realmente era visível a diminuição das tensões. O Beco do Compositor¹⁵ começou a compor outras melodias, mais tranquilas sem tantas notas complexas, dissonantes, mas simplesmente aquelas que diretamente soam simples e são diretamente identificadas pelos ouvidos. Pessoas descendo, subindo, bom dia, boa tarde, nada de granada, nada de homens armados ao final da escadaria, nada de trocas de tiros no “corredor da morte¹⁶”, nada de escovar os dentes no balde, dormir sem tomar banho, nada de luzes apagadas ou mesmo o medo de sair e voltar de madrugada. A intervenção policial de fato garantiu a paz no Morro da Coroa. Houve um período em que subindo a favela, fui capaz de ver uma confraternização entre os moradores e policiais dentro da associação de moradores. Era uma festa para crianças. Havia muitas policiais femininas que abraçavam as crianças, pegavam no colo. Tudo naquele cenário era extremamente harmonioso, difícil de acreditar que um dia alguém veria algo ímpar dentro de uma favela, mas isto foi no início, com amplo investimento midiático.

Com o decorrer do processo, a população começou a se colocar apreensiva em relação à permanência das Políticas de Segurança ou simplificando, sobre a permanência de fato da polícia na favela. Até hoje esta é uma dúvida que paira na cabeça dos moradores. Haja vista, a população começou a ver que o paraíso não era de fato ali e que estava longe ainda de ser constituído em tais circunstâncias. O tráfico de drogas continuava na favela segundo moradores. Os traficantes não andam mais armados explicitamente, ostentando munições e poder; entretanto, de modo velado, o tráfico continua e as armas também. Diminuíram as mortes e os conflitos; contudo, para, além disso, nenhuma outra transformação foi de fato implementada no território. Projetos sociais de fato não chegaram com o objetivo de mudar a vida das pessoas. O diálogo e a

imprensa chama aquela área entre Catumbi e Rio Comprido de Complexo de São Carlos.

¹⁵ O Beco do Compositor foi o nome dado por moradores da localidade a um beco por qual passavam diversas pessoas cotidianamente. Esta nomeação surgiu no Programa: Favela Bairro no Governo Cesar Maia-Prefeitura do Rio- Década de 1990.

¹⁶ Corredor da morte - local onde diversos traficantes eram alvejados em emboscadas por policiais. O fato de não ter saídas laterais para escapar foi-lhe atribuído o apelido de corredor da morte.

participação não foram estimulados. A relação entre polícia e moradores não é da ordem pacífica, como poderá ser constatado nas entrevistas realizadas por mim em campo para compor este trabalho. Entretanto, apesar disso tudo ressalto alguma satisfação através da expressão de alguns moradores, como Senhor Divagar¹⁷, um dos primeiros entrevistados para esta pesquisa:

“Está todo mundo indo à praia, se divertindo de montão
Não tem mais roubo de carro, também não tem mais arrastão
A rapaziada tá no sapato, se meter a cara vai pro valão
É por isso que eu te digo que essa malandragem é bundão
O “Ném” lá da Rocinha não é bobo não
Quando chega os P2 não dá tiro neles não
Está sempre no meio de bacana tira onda de barão
Está sempre com dinheiro, isso é que é malandro bom
Não é essa pá de otário que vive arrumando confusão
Dando tiro nos PMS, indo todos pro valão
É por isso que eu te digo que essa malandragem é bundão
Tem mãe entregando filho sem dó, sem compaixão
Quando ele chega em Catanduva, chora e perde perdão
É por isso que eu te digo que essa malandragem é bundão
O Fabiano Atanásio era dono do Alemão
Quando viu tanque de guerra ele não encarou não
Viu a vala aberta tirou onda de “ratão”
Perdeu barra de ouro, diamante até cordão
Disse pra rapaziada: “eu aqui não fico não!”
A moçada disse pra ele não faz isso com nós patrão!
É por isso que eu te digo que essa malandragem é bundão.”
(Autor: Divagar - Morador do Morro da Coroa a mais de 50 anos)

O compositor, Divagar, é morador do Morro da Coroa desde os 22 anos de idade. Hoje com 70 anos encontra-se aposentado. Ganhou a vida como ajudante de caminhão, vigia e porteiro. Mineiro da cidade de Simonésia migrou para o Rio de Janeiro ainda adolescente para ganhar a vida. Criou dois filhos com sua Mulher, Dona Clara. Um formou-se em Contabilidade e outro em Sociologia. Os filhos não moram mais na favela, mas têm com os pais uma relação de visitas constantes.

Dona Clara, mulher do Divagar, é mineira de Manhuaçu, católica praticante. Segunda filha mais velha de cinco irmãos, sendo três homens. Migrou para o Rio de Janeiro na década de 1960 para trabalhar como empregada doméstica e diarista, com o intuito de ganhar a vida. Conheceu Divagar no Rio de Janeiro, apesar de também ser de Minas Gerais. Casaram-se e foram

¹⁷ Todos os nomes utilizados são fictícios, não é preciso dizer. As entrevistas dele e de sua esposa, D. Clara, ajudaram a compor o panorama da pesquisa e da história do Morro da Coroa.

morar no Morro da Coroa que curiosamente, tem uma colônia de mineiros que migraram para a mesma favela. Neste local, os filhos foram educados e criados. Sua grande preocupação era fazer com que os filhos não se misturassem com quem não “prestasse”, por isso, saía para o trabalho e deixava os mesmos com uma tia chamada Eulália, utilizando as tradicionais redes de proteção sociais primárias existentes em nossa sociedade¹⁸. Figura engraçada, gostava de tomar uma cachaça e pedia para que um ou outro dos dois irmãos fosse comprar um “remédio” no boteco do “Montes Claros”. Como se estes não desconfiassem de nada. Neste sentido, Dona Clara com ajuda de Dona Eulália foram responsáveis por uma parte da formação de duas crianças nascidas em um território vulnerável.

Divagar foi educado para o trabalho e foi esta a mensagem que passou para os filhos. Sua fala estava sempre relacionada à necessidade de o homem ser trabalhador e cumpridor das leis. Na sua concepção, a droga e a “vagabundagem” são inadmissíveis. Acredita que a polícia deve prender quem usa droga, quem rouba e quem não trabalha. O homem honrado na concepção de Divagar é aquele que ganha dinheiro honestamente e exige apenas aquilo que é seu por direito, fruto do seu próprio trabalho. A única droga possível de ser consumida na sua concepção é cerveja e a cachaça, mesmo assim “sem que o homem fique escravo dela”.

Com um pensamento chamado por ele mesmo de conservador, Divagar viu com bons olhos a chegada da polícia à favela. Não gostava da atitude dos traficantes de ostentarem armas pelo morro, por desrespeitarem moradores e criarem situações que colocavam em risco a vida da população local, por isso via como positiva a ação da polícia. Sua questão na verdade está relacionada à necessidade da lei e da ordem. Nesse sentido, pode-se ver em seu samba também a exaltação aos “donos do morro”, por exemplo, quando os sujeitos garantiam a paz e a justiça. Também pode ser vista sua crítica em relação à corrupção policial, alegando serem estes, em sua opinião, os principais responsáveis pelo aumento da violência e do tráfico de drogas nas favelas. Acredita, como talvez a maioria dos moradores, que se a polícia for embora ou se algum desses “caras que defendem direitos humanos” assumirem o governo, tudo voltará como antes e o tráfico vai tomar conta do território novamente. Enfim, é nesta relação contraditória que essas histórias são tecidas e que a cidadania pode ser tecida. No próximo item, narro o processo da pesquisa propriamente dita. Minhas próprias memórias e as entrevistas com S. Divagar e D. Clara me

¹⁸ Acerca dessa questão, cf. Sarti (2003), Freitas, Braga e Barros (2010) e Fonseca (2002), entre outras.

ajudaram a compor os contornos desse quadro. As entrevistas realizadas com os moradores, narradas a seguir, possibilitaram traçar as cores desse quadro.

1.3 O PROCESSO DA PESQUISA

O primeiro contato feito para realizar entrevista que irá compor este trabalho de pesquisa foi com uma jovem de 21 anos, oriunda do Morro da Coroa, indicada para mim através de uma Organização não Governamental que eu era parceiro de trabalho. Entretanto, no ato da entrevista, na casa da jovem, a mesma se encontrava com seus dois irmãos um rapaz de 17 anos, estudante do ensino médio e outra jovem de 19 anos que havia terminado o segundo grau. Diante deste cenário, entendi que o formato de entrevista individual iria ficar inviabilizado, em função do tempo. No entanto, obter a fala de cada um desses jovens, neste primeiro momento, era o objeto principal da pesquisa. Deste modo, propus aos jovens fazer uma conversa em conjunto, sendo que cada um poderia responder a mesma pergunta de acordo com seu ponto de vista. O processo ocorreu depois dos acordos feitos e cada um conseguiu colocar o seu ponto de vista sobre as questões. O fato da irmã de 21 anos estar na universidade talvez tenha deixado os outros dois irmãos um pouco refém de suas reflexões, mas de certo modo, conseguiram expressar seus pontos de vista sobre os assuntos abordados.

Após este processo, o passo seguinte era contatar outras pessoas que por ventura os jovens conhecessem e que morassem na comunidade, caracterizando a metodologia de “Bola de neve”. Eles ajudaram montado um grupo no whatsapp para que eu pudesse entrar em contato diretamente com esses jovens. Avisaram com antecedência sobre meu contato. Entretanto, quando eram colocados o teor da pesquisa “Segurança Pública e Cidadania”, os jovens desconversavam, dois disseram não ter a idade adequada, e outros quatro não responderam após serem esclarecidos os objetivos propostos. Foram diversas tentativas: tanto no whatsapp, como em sua maioria por telefone, sem qualquer resposta.

Até então entendi com normalidade a impossibilidade de não realização das entrevistas. Continuei a ligar para um deles que nunca estava disponível sempre fazendo algo, não podendo falar naquele momento. Desisti.

Por conta própria fui a busca de outros jovens que nunca havia tido contato, mas que seus pais eram amigos de infância e construíram suas vidas na localidade. Consegui conversar com uma jovem de 18 anos que de imediato, quando coloco a questão da pesquisa, começa a ficar arredia: “é para emprego?” Tive de responder, apesar do documento que explica essa pesquisa trazer tais detalhes, que a contribuição de seus relatos seria feita (caso aceitasse) de forma voluntária. Como ficou visível a indecisão para aceitar fazer parte do trabalho, sugeri que a mesma ficasse com o documento para ler melhor, apresentar para seus familiares mais próximos e depois eu ligaria para saber ao certo sobre sua decisão. Diversas ligações foram feitas sem retorno. Em algum momento, a jovem atendeu ao telefone ríspidamente, e pediu para ligar depois, pois estava no médico. Outras ligações vieram e a partir daí nenhuma delas mais foi atendida.

Pelo fato de conhecer o território e pelo menos pessoas que compunham a minha geração dos anos 80, continuei a busca atrás de outros jovens dispostos a colaborar com a pesquisa. Cheguei até uma jovem de 21 anos, estudante de relações internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fui até o local onde trabalha com os pais que são comerciantes. Os pais têm uma loja de distribuição de água e gás, tanto para o morro como para os bairros das redondezas de Santa Tereza, Rio Comprido e Catumbi. No primeiro encontro tudo foi muito tranquilo e solícito. A jovem leu todo o material que continham informações e procedimentos sobre a pesquisa e decidiu colaborar com tranquilidade. Retornei no dia combinado, seria no mesmo local onde a abordagem fora feita. No entanto a jovem, apesar de solícita colocou-se extremamente arredia para a entrevista. Alegou não saber de fato se eu viria para a entrevista e que não teve como me avisar com antecedência. Entendi a princípio que aquele encontro precisaria ser remarcado. Entretanto, para minha surpresa a jovem disse que não iria participar da pesquisa apesar de no primeiro encontro ter aceitado. Entendi que não queria se comprometer. Expliquei que, como estava no consentimento, ela poderia responder somente o que quisesse e que de forma alguma seria obrigada a responder aquilo que poderia entender como comprometedor. No entanto, essas argumentações não fizeram com que mudasse de ideia. Ressaltou no final que não era por ela mas sim pelo pai, receava por ele. Diante daquela decisão, disse para deixar como estava e que aquilo fazia parte da pesquisa. Naquele momento entendi de fato que tanto essa jovem como os demais que fiz contato, recusaram-se de fato a fazer parte da

pesquisa.

Ao sair do local de entrevista, comecei a entender que eu estava há muito tempo afastado da favela onde morei por trinta e cinco anos. Algo deveria estar acontecendo ali e os jovens estavam de fato com medo de falar sobre a questão. O que deveria estar ocorrendo na verdade? Comecei pensar na possibilidade de os jovens estarem sem perspectiva de futuro na favela, mesmo aqueles que não eram envolvidos com tráfico, os trabalhadores, etc. A questão seria a incerteza no território no que diz respeito à segurança. Contudo, ao invés dos adultos serem os mais apreensivos com tal situação, os jovens mostram ser aqueles que se sentem mais afetados no território. O universo do tráfico de drogas e o conflito entre policiais e traficantes parece hoje estar mais próximo da juventude, que desse modo gera um medo, e talvez outras gerações que moram também em território de favelas não cultivaram com tanta ênfase.

Por fim, após conversa com minha orientadora, resolvemos que o público alvo da pesquisa não seria apenas os jovens, mas ampliar para pessoas que vivessem essa mesma realidade e estivessem dispostas a falar. A estratégia utilizada foi de ir até pessoas da minha geração e partir daí elas me indicariam outras pessoas para entrevista. Cheguei até um amigo de infância que foi com quem dei início a essa nova etapa do trabalho. Este amigo me indicou mais duas pessoas às quais foram entrevistadas e a partir daí as entrevistas seguiram; porém, a estratégia que utilizei foi de fazer as entrevistas fora do território. Não me sentia mais seguro em fazer nas casa das pessoas. Meus pais moram até hoje naquele território, são idosos pensei, estão totalmente vulneráveis. Ao mesmo tempo, eu mesmo depois das recusas, comecei a me sentir vulnerável naquele espaço. Entender isso não foi muito fácil, afinal, eu nasci naquele lugar, tenho ou tinha uma relação de intimidade e familiaridade com o território. Como assim eu me torno um estrangeiro de fato? Ou não consigo reconhecer mais o lugar? Ou as pessoas não são tão receptivas assim? Tive de repensar e me adaptar. Na verdade, nas discussões de orientação descobri o livro de Gilberto Velho : *Observando o familiar*, no qual o autor discute essa questão da proximidade, quando se propõe pesquisar um local que foi sua moradia e de seus pais durante muito anos, no entanto, a experiência da pesquisa revela para o autor a seguinte questão:

“ O fato é que dentro de uma de uma grande metrópole, seja nova York, Paris ou Rio de Janeiro, há descontinuidades vigorosas entre o “mundo” do pesquisador e os outros mundos, fazendo com ele, mesmo sendo Nova Yorkino, parisiense ou carioca, possa ter experiência de estranheza, não reconhecimento ou até choque cultural comparáveis a de

Foi positivo fazer a entrevista fora do território. As pessoas que se propuseram vieram de braços abertos, acredito até pelo fato de não estarem próximas ao local onde moravam, podendo desse modo falar de coisas que dentro da favela ficaria mais delicado. Utilizei então espaços de Santa Teresa, fiz entrevistas no IFCS¹⁹, utilizei uma de suas salas, me identificando como aluno do curso mestrado da UFF e assim consegui dar conta das entrevistas agendadas.

Após a última entrevista, me afastei do campo e continuei mantendo contato apenas por telefone via mensagens com meus pais e com o amigo que me abriu caminho para as outras entrevistas. Não sei se foi um exagero, mas nas vezes em que subi o morro depois das entrevistas, evitava entrar pela frente principal, pois encontraria com muita gente, inclusive com as pessoas as quais tive problemas com recusas. Entrava então pela parte de trás do morro onde estão posicionadas as instalações da UPP. Neste local só há uma escadaria para chegar à casa de meus pais e o movimento de pessoas é muito pequeno. Na verdade, hoje este local funciona mais como espaço de trânsito: não há mais biroskas funcionando, pessoas não param mais ali, somente os policiais fazendo plantão.

O efeito causado pela minha figura nas pessoas que entrevistei foi muito positivo e ao mesmo tempo, sob meu ponto de vista, angustiante. Todos eles expressavam um olhar e fala sobre mim, afirmando que eu estava fazendo um trabalho bonito, que deu certo, que eles gostariam de fazer a mesma coisa também. Isso fica claro em alguns relatos no final das entrevistas quando alguns deles dizem: “*Dá vontade de ligar pro disque denúncia*”, ou “*Cara, eu moro lá, eu tenho família lá, não posso me comprometer*”. Na verdade eu não conseguiria falar de outra realidade enquanto cientista social. Todo esse drama do ficar calado e querer fazer alguma coisa me acompanhou por muitos anos. Vi na academia a possibilidade de fazer algo e ao mesmo tempo, sem que eu esperasse essa experiência acabou virando minha catarse, pois descobri o quanto sou estrangeiro num espaço que a vida inteira me foi íntimo e familiar.

Entendi o quanto os indivíduos que moram neste território no que diz respeito à liberdade, não a exercem de fato. O medo ronda as relações e as atitudes desta população que veem, mesmo nesta política de intervenção frágil, a possibilidade de terem certa dignidade e paz

¹⁹ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, localizado no Largo de São Francisco.

no seu território. Dignidade no sentido de fazerem as pessoas entenderem que na favela não existem somente “marginais”, mas pessoas de “bem” como afirmam nas entrevistas. Chamo a atenção para o fato de que estamos no século XXI e que esse discurso do criminoso, marginal da favela tem início no Brasil a mais ou menos dois séculos atrás, quando negros deixaram de ser escravos, quando as cidades começaram a crescer e urbanizar-se, quando as indústrias tomaram à cena no lugar das ferramentas rústicas do campo, etc. Entretanto, temos esta estrutura de pensamento ainda muito forte no momento atual.

Por outro lado, o olhar para a realidade de praticamente todos os entrevistados, sob meu ponto de vista, era extremamente parecido com o pensamento da maioria da população brasileira. No que diz respeito à justiça, não havia nada novo, específico para aquela realidade, mas sim que a justiça, a lei deveriam cumprir o seu papel. Essa era a reivindicação na maioria das falas. O grande ressentimento era saber que a polícia não estava ou não está cumprindo o seu papel que é de promover a segurança, o direito de ir e vir das pessoas, a liberdade de fato. Nada disso, segundo os entrevistados estava acontecendo no território. A eminência de que alguma coisa poderia acontecer a qualquer momento aparece na maioria das falas e desse modo, a idéia de que aquela política de intervenção era algo sem muita substância, sob o olhar particular de cada um dos entrevistados se dava como evidente.

Algumas semanas depois, em um sábado a noite, o Morro da Coroa foi invadido por uma facção rival que, segundo alguns dos entrevistados (conversei pelo Whatsapp), eram do Comando Vermelho, facção criminosa. O Morro da Coroa até então era comandado por outra facção intitulada ADA (Amigos dos Amigos) há anos, assim como todo o Complexo de São Carlos. O governo do Estado no que diz respeito à Segurança Pública, procurou construir um cinturão de segurança nas imediações do Catumbi e Rio Comprido. Coincidentemente esta área é a que abriga os desfiles das escolas de samba todo ano no Sambódromo, local que reúne centenas de pessoas principalmente estrangeiros que prestigiam esse evento que movimentam milhões na cidade, durante o período de carnaval.

O que foi relatado pelos entrevistados no que se refere a vivências marcadas pelas armas pelo tiroteio, pelas invasões de outras facções, algo que até então estava na memória e na apreensão de cada um foi o seguinte: Segundo informações, o Fallet invadiu a Coroa. Durante toda a madrugada de sábado para domingo houve intensa troca de tiros entre traficantes rivais.

No total, oito pessoas morreram entre traficantes e moradores. Na rua Itapirú, local de acesso entre Catumbi e Santa Teresa, informações diziam que adolescentes foram feitos de escudo em troca de tiros com a polícia. A tensão, o medo tão temido pelos entrevistados tomou a cena do morro novamente. Tive a oportunidade de subir o morro em um desses dias tensos, o que constatei foi que em cada esquina, como em momentos passados a conversa girava em torno da invasão. “*o morro virou*”, “*o morro virou*”, estes eram os ecos ouvidos pelas pequenas vielas acrescentados de detalhes da invasão.

A intervenção policial se deu no Morro da Coroa pela manhã de domingo. Pelas informações, a parte mais alta do morro, justamente onde funcionava o DPO, foi ocupada pelos traficantes rivais. Deste modo, a parte mais alta do morro e parte de trás, eram os locais que sofriam intenso tiroteio e tensão. O bairro de Santa Teresa, também na parte mais alta chamada de Dois Irmãos, especificamente no Largo do França, começou a ser ocupado por policiais que realizavam blitz nas ruas do bairro. Neste sentido, os moradores tanto de dentro das favelas ou comunidades, moradores do bairro de Santa Teresa, voltam a ficar refém do conflito armado e da violência do tráfico de drogas nos arredores. O espaço perigoso está de volta. Na verdade, talvez nunca tenha saído dali, daquele lugar.

CAPÍTULO 2 – SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA NO BRASIL

2.1- REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E A PROPOSTA DAS UPPS

O tema Segurança Pública e Cidadania nunca obteve tantos espaços para discussão e para a criação de projetos como vêm acontecendo nos últimos anos. Até o início dos anos 1990, essa questão não tinha tanta amplitude diante dos governos. Parecia existir um pudor em falar do problema que, no entanto, sempre esteve presente de forma crescente na sociedade brasileira. Nesse sentido, segurança no Brasil tornou-se, na prática, um benefício para determinadas classes sociais como foi dito na introdução deste trabalho. Caso uma cidade ou bairro estivesse muito violento, a ideia era equipar melhor os agentes de segurança, aumentar o efetivo e estimular a repressão sobre os indivíduos ou populações consideradas propensas a produzir delitos. Garantia-se, desse modo, o controle social sobre camadas sociais menos privilegiadas. Neste caso, as populações negras e pobres das grandes cidades, foram as que mais sofreram com as investidas do poder público no que diz respeito à repressão.

A questão da segurança pública no Brasil pode ser tratada a partir de diversos olhares ou pontos de vista. Sob o ponto de vista do senso comum, segurança pública está relacionada a proteger o “Cidadão de Bem”, aquele que trabalha, paga seus impostos (que pelo senso comum, não mora em Morros) e desse modo não pode ser ameaçado por qualquer pessoa ou “delinquente” que por ventura esteja fora da lei (como normalmente são catalogadas as pessoas que moram nesses espaços, caracterizando nossa histórica relação entre criminalidade e pobreza). Portanto, devem-se arrumar estratégias para proteger este cidadão, utilizando-se dos mecanismos possíveis para isso. Esse discurso do senso comum pode ser encontrado nas bases de uma gestão pública e, não raramente, estas esferas se interpenetram e de fato se tornam em um ponto de vista único, hegemônico.

João Trajano Sento Sé organizou o livro *Prevenção da violência: o papel das cidades*, onde diversos estudiosos como Luiz Eduardo Soares, analisam a Segurança Municipal no Brasil. Soares discute o tema da Segurança Pública, apresentando alguns questionamentos e propondo algumas soluções para que o perfil da política de segurança pública que conhecemos

tenha outro formato. Na primeira parte de seu trabalho, a questão principal colocada pelo autor é saber do que se está falando afinal e o que é, na verdade esse conceito de segurança pública. Nesse sentido, o autor apresenta o seguinte argumento;

“Vamos partir do trivial: quando nos referimos a políticas de segurança nos preocupamos com o que denominamos segurança pública, desejamos alcançar, e temos em mente a manutenção da ordem com respeito às leis e aos direitos humanos, reparações jurídicas compatíveis com o estado democrático de direito e redução da impunidade. Sendo assim, da perspectiva que adotamos, segurança pública é a estabilização das expectativas positivas quanto à ordem pública e a vigência a sociabilidade cooperativa” (SOARES, 2005, pag.17).

Luiz Eduardo Soares acredita que as políticas de segurança devem ser sensíveis às complexidades sociais quando encontradas, principalmente em áreas vulneráveis. Devem promover a redução da violência. Salienta que a gestão adequada será aquela que reunir e mobilizar meios organizacionais, recursos humanos e instrumentos que viabilizem a aplicação de políticas eficazes. Argumenta também que um gestor de políticas sociais deverá elaborar políticas específicas de segurança com base em diagnósticos sensíveis, seja a partir da complexidade dos problemas, seja a partir das peculiaridades de cada esquina, cada rua, cada praça e cada comunidade.

Sobre a gestão dos municípios, o autor acredita em alguns pressupostos básicos que deverão ser incluídos para pensar a segurança, como por exemplo, uma nova abordagem da problemática da violência criminal, que saiba reconhecer de fato esta violência e que também saiba reconhecer a diversidade de níveis da realidade que envolve, desde a autoestima das populações, a dinâmica dos afetos, o universo imaginário e de valores e a construção identitária, até as questões de aprendizado, acesso à escola, ao lazer, ao emprego, além de experiências familiares comunitárias, de acolhimento, crise, estigmatização e rejeição. Assim, o autor acredita numa prática preventiva para se lidar com a violência criminal, considerando que os municípios podem auxiliar muito na construção deste novo processo. Isso nos leva a concluir que uma política de segurança, cuja abordagem seja preferencialmente preventiva, diminui gradativamente os problemas que ainda se fazem presentes.

Soares dirá também que é indispensável articular neste processo, entidades da sociedade civil, associações comunitárias, a mídia e os cidadãos dispostos a participar de um esforço comum. É preciso, segundo autor que haja uma liderança hábil para promover aliança

entre os agentes envolvidos e firmeza para conduzir com clareza, persistência e paciência o processo, explicando-o reiteradamente à sociedade, sublinhando o sentido da pluralidade de ações e projetos com a unidade de um programa ou de uma política única e uniforme. O autor está se referindo a uma ação conjunta entre as três forças responsáveis pela segurança pública nos municípios; Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal:

“Considero que o que se espera dessa junção é que a gestão de segurança seja dividida e compartilhada entre essas instituições, para que desse modo varias questões, tanto estruturais, como de gerenciamento do trabalho sejam efetivamente resolvidas. Na verdade, o que esta em jogo é a necessidade de se construírem políticas institucionais amplas, que sejam adequadas ao tamanho do desafio posto à sociedade e ao Estado.” (SOARES, 2005, pag.24).

O artigo de Soares demonstra a necessidade de se entender que segurança pública não está relacionada apenas ao contexto estrutural de aparelhagens e armamentos. A questão humana deve ser colocada como prioridade, tanto para a população que tem acesso aos serviços de segurança, quanto para os atores que garantem tal serviço. Para o estudioso, a valorização destes elementos fortalece o processo proposto.

“Dessa maneira, os avanços no que diz respeito à construção e respeito à cidadania serão mais consistentes. A relação da sociedade como um todo, em relação aos aparelhos de segurança pública, tenderá mais para a cooperação do que para a repulsa e omissão. A expectativa é que os órgãos executivos possam ser sensíveis aos apelos de mudança a muito reivindicados” (SOARES, 2005, pág. 39).

Ricardo Balestreri (2002) aborda a questão da segurança pública, através da análise sobre a incorporação policial no processo de desenvolvimento social e procura chamar a atenção para o papel da polícia e do policial na sociedade e analisa que este processo de discussão é realmente novo, pois em momento algum, antes, a discussão sobre segurança pública e direitos humanos se aproximaram tanto da opinião pública. Para o autor, “novos tempos estão se aproximando”. Também argumenta que neste novo processo de repensar as polícias, a sociedade civil deve participar ativamente, pois o foco da segurança pública começa a mudar, incorporando a questão da cidadania como elemento primordial para construção de novos avanços nesta área.

Balestreri reitera as palavras de Luiz Eduardo Soares, quando afirma que neste novo processo, a sociedade civil deve participar ativamente, pois o foco da segurança pública começa a

mudar, incorporando a questão da cidadania como elemento primordial para construção de novos avanços nesta área. A citação a seguir, demonstra o argumento do autor:

”Corremos o risco de esperar mais quinhentos anos e o Estado (não fará) enquanto não mudarmos essa cultura. Enquanto os cidadãos não começarem, o Estado não fará também o que lhe cabe, porque a ação concreta da cidadania é que empurra, que qualifica o Estado para que ele comece a atuar”. (BALESTRERI, 2002, pag. 10).

Marcos Rolim ao discutir a questão da segurança pública, argumenta que nesta área há um espaço aberto para demagogias e aventureiros que tomam decisões a partir das pressões da opinião pública e não por um conhecimento de causa. O que acontece é a produção de resultados contraditórios sobre a questão, que não ajudam no desenvolvimento de uma política de segurança que realmente venha surtir efeito junto à sociedade. O autor dirá, ainda, que essa atitude vem implicar num descontrole e numa incapacidade gerencial e desperdício de recursos públicos, além de uma ineficiência generalizada no que diz se refere ao cuidado em se tratar do assunto.

Rolim entende que a partir desta prática insuficiente por parte de alguns gestores de segurança, a dificuldade do processo de inovação da segurança ocorre de uma maneira mais lenta no Brasil, pois a maioria das pessoas, inclusive os próprios policiais, não conseguem perceber alternativas que soem como positivas, para melhor desempenho de ações concretas impetradas no cotidiano da sociedade. Entretanto, o autor dirá que é possível avançar em uma ampla reforma do sistema de segurança se se construir uma adequada demanda social e/a favor da mudança. (ROLIM, 2007, pag. 41)

Outra questão importante destacada por esse autor refere-se ao papel das universidades neste cenário. Para começar este novo processo, o autor acredita que as universidades deveriam estar mais próximas do tema da segurança pública, o que, para ele, ocorreu de maneira muito tímida. Na verdade, seu ponto de vista é que “historicamente, a academia pouco ou nenhum valor deu ao tema e à própria atividade policial”. Questões desta natureza foram vistas pela tradição universitária brasileira como “secundárias” ou mesmo nada relevantes para pesquisa, segundo o especialista. Há uma ausência no processo de tomada de decisões em conjunto, construção de conhecimentos tanto dos órgãos de segurança como da academia.

Para Marcos Rolim, há uma distancia prejudicial entre estas duas instâncias de

atuação na sociedade. Isto prejudica o avanço das discussões e implementações de medidas inovadoras na área de segurança. A questão vista pelo autor é a de que há uma espécie de receio por parte das instituições de segurança. Interpreta que elas não acreditam na contribuição que a academia pode dar para este tema, e se sentem ameaçadas por uma parceria desse tipo, pelo fato de, no seu interior, diversos interesses corporativos regerem os seus movimentos.

Entretanto, num contexto internacional, o autor mostra que diversas instituições de segurança pública da Europa arriscaram-se a mudar a atuação de suas corporações e os resultados foram bastante significativos. Segundo o autor, foram introduzidas inovações centrais em segurança. Entre essas estão o modelo de polícia comunitária e de policiamento orientado para solucionar problemas. Além disso, foi constatado investimento em tecnologia, que permitiu a evolução das técnicas de controle, investigação e perícia, dirá o autor. Armas não letais, satélites de rastreamento, uso de DNA na produção de provas, formam os outros investimentos destas corporações internacionais as quais chamaram a atenção do autor. No entanto, ressalta que a inovação da segurança pública no Brasil deixa muito a desejar em relação a diversos outros países, inclusive os da América Latina:

”No Brasil, em quase todas as situações de inovações aplicadas pelas polícias, percebe-se claramente que elas se encontram em posições secundárias, quando não isoladas do modelo tradicional de policiamento, que segue sendo amplamente hegemônico” (ROLIM, 2007, pag. 39).

Para que o Brasil dê certo na área de segurança pública, Marcos Rolim também segue a mesma linha de pensamento de Luís Eduardo Soares e Ricardo Balestreri: acredita no investimento em projetos voltados para a juventude. O autor argumenta que uma política de segurança pública será tanto mais eficaz na redução do crime e da violência, quanto maior for a atenção conferida a dois agrupamentos: crianças e adolescentes em situação de risco e egressos do sistema penitenciário e das instituições juvenis de privação de liberdade. Para isso, o autor entende que é necessário investimento, foco para que de fato se comece a buscar soluções eficazes, que estejam de acordo com as problemáticas que envolvem a segurança pública no Brasil:

“Tais programas devem ser associados a outras iniciativas, especialmente aos projetos de auxílio e terapia das famílias dos jovens em situação de risco que enfrentem as

circunstâncias domésticas preditivas para crime, como abuso sexual, a negligencia e os maus tratos, programas intensivos de atividade pós-escolar e uma abordagem anti-bullyng nas escolas” (ROLIM, 2007, pag., 43).

Em relação às Unidades Pacificadoras Policiais (UPPs) – da qual falarei melhor adiante – trago também as reflexões de Luiz Antônio Machado (2010), quando em seu artigo pergunta: “*Afinal, qual é a das UPPs?*” Indaga sobre o papel do poder público nos territórios de favelas no momento atual. O Sociólogo pergunta se uma política de controle é necessária. Parte do ponto de vista que ações nestes territórios levam a uma apatia por parte da população local, a ponto da mesma regredir incorporando a política do medo; por este motivo esta é uma questão que deve ser refletida. Machado provoca para pensarmos se a concentração total do poder público refletido no poder policial, não tendo, a principio, nenhuma outra instância que faça a mediação com a população, não seria um risco. Neste sentido, pergunta: o que deveria prevalecer na favela? Ou melhor, o que deveria ser fortalecido em territórios de favelas? Propostas de incentivo a participação? Diálogo com o poder público? Criação de projetos sociais que valorizem a vida local ou práticas subjetivas, simbólicas que ajudem aos indivíduos reconhecerem por eles próprios o quanto também são detentores de direitos?

Concordando com os autores, ressalto que quando se fala em política de Segurança Pública no Brasil, o discurso está sempre no plano estrutural, são os armamentos, a repressão, a construção de presídios, o aumento de penas para reclusão. Entretanto, não se pensa na construção de uma política preventiva, onde outros aspectos podem ser relacionados a uma política de segurança pública. Nesse sentido o investimento social pode de fato estar relacionado a uma política de segurança. Pensar e agir sobre problemas que causam conflitos e delitos, pode ser uma forma de se prevenir a violência. Pensar e agir sobre os vários tipos de violências simbólicas, onde o uso da força não é impetrado é também reduzir violências e garantir direitos para todos, sem exclusividades. Desse modo, a criação das chamadas UPPs poderia ser um caminho para a construção de práticas alternativas de segurança pública. Essa iniciativa esteve em primeiro plano em várias mídias apresentando a política como importante mecanismo de implantação de uma nova estratégia de segurança pública, que proporcionaria uma interface mais próxima entre a polícia e a população local.

2.2- A UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA NO MORRO DA COROA

É importante conhecer um pouco da história dessa política. Mas minha intenção aqui não é fazer uma análise da política em si. O foco do meu estudo está na população local, nos sujeitos desses territórios que viveram esse processo, tendo como lócus para o estudo o Morro da Coroa, objetivando compreender a forma como estes analisam esse processo. Como disse na introdução dessa dissertação, busquei captar a percepção dessa população sobre a questão da Segurança Pública e da Cidadania, tendo como referencia o processo de “pacificação”.

“A UPP Fallet-Fogueteiro e Coroa é formada por seis comunidades: Unidos de Santa Tereza, A.M. e Amigos do Vale, Luiz Marcelino, Ocidental Fallet, Vila Santa Bárbara e o Morro da Coroa. As comunidades Unidos de Santa Tereza, A.M. e Amigos do Vale e Luiz Marcelino formam um complexo denominado de Complexo Unidos de Santa Tereza, enquanto a Ocidental Fallet, Vila Santa Bárbara e o Morro da Coroa são comunidades isoladas. A Tabela 1 mostra a localização das comunidades da UPP na Área de Planejamento 1, nas Regiões Administrativas 3 – Rio Comprido e Região Administrativa 23 – Santa Tereza. A UPP se localiza entre dois bairros: Rio Comprido e Santa Tereza”. (RIO + SOCIAL,2013).

A instalação das UPPs no Morro da Coroa se deu de modo nada diferente que em outras localidades que receberam tal programa do governo estadual. Na verdade, a ocupação no território, que ocorreu no ano de 2011, foi no mesmo dia em que o complexo de São Carlos, que é composto pelo Morro da Coroa, Morro do Querosene, Morro de São Carlos, Morro da Mineira, Morro do Escondidinho, Morro Júlio Otoni e Morro dos Prazeres, foram também ocupados. Todos ocupados em um só dia pelas Unidades de Política Pacificadoras, não sendo disparado um só tiro no Morro da Coroa e nos demais territórios – não houve tensões, não houve conflitos. Até hoje os moradores querem entender como isso de fato aconteceu. Diversos são os argumentos, diversos são os boatos ou verdades, a questão é que a rotina do território mudou: no lugar dos traficantes, nos pontos estratégicos onde ficavam, ocupavam agora os policiais. Os armamentos pesados sumiram de fato, o tráfico também... Por um tempo... Pequeno.

A associação de moradores ficou durante muito tempo sendo o “QG” da polícia militar no Morro da Coroa. Policiais femininas podiam ser vistas com muita facilidade no morro. Festas infantis no início da instalação da UPP, principalmente em homenagem às crianças foram recorrentes. Aulas de línguas, dadas pelas próprias policiais foram ministradas. O SENAC

chegou também logo depois da ocupação oferecendo cursos profissionalizantes. A SKY²⁰ também chegou oferecendo suas assinaturas a baixo custo para a população já que neste momento aquela “área deixa aos poucos de ser considerada área de risco²¹”.



Fonte: blogspottrabalhosocial.com. br

No que diz respeito à Segurança Pública, o Morro da Coroa sempre foi considerado até os anos 90 como um morro tranquilo onde a “bandagem não era tão violenta” e estava muito mais preocupada em manter a “paz” e a ordem na favela para que os negócios funcionassem sem problemas. Assim no final dos anos 70 início dos anos 80 o primeiro traficante que aparece na favela, que impõe poder sob arma de fogo e se intitula “dono do morro”, tinha o apelido de Grilo. O nome já diz um pouco do sujeito: magro, negro, filho da Maria Xuxu, negra, alcoólatra que não tinha como se sustentar e muito menos o próprio filho²².

²⁰ SKY. Sistema de TV fechada que cobra mensalmente a partir de pacotes de canais que podem ser acessados, contendo informações diversas, desde entretenimento a noticiários nacionais e internacionais.

²¹ Somente um Jornal de grande circulação ficou resistente em ter assinantes na localidade ou nas proximidades da localidade, alegando que aquela área ainda era área de risco. Enfim, o jornal deveria estar um pouco desatualizado, apesar de ter sido o mesmo veículo que cobriu todos os processos de “pacificação” em todas as favelas do Rio de Janeiro.

²² Assim, as opções de Grilo eram mínimas e estavam de fato ligadas a favela e o que ela tinha para oferecer. Grilo teve um filho que quando a avó, Maria Xuxu morreu e o pai, assassinado pelos próprios traficantes, transformou-se em um menino sem rumo dentro da favela. Ora pedia um pão em uma casa aqui, ora pedia outro pão em outra casa

Esta favela carioca pertencente ao Complexo de Santa Teresa segundo o programa Rio+Social, tomada pela UPP em 25 de fevereiro de 2011, é de influente participação na formação da população carioca. Diversas histórias contam sobre sua origem²³. Dentre estas, a que a comunidade ocupou um espaço que durante o Império, foi utilizado como um haras para os cavaleiros da coroa e daí o nome Morro da Coroa; uma alusão ao regime de governo da época. Recentemente descobriram-se cavernas que serviam de esconderijo para os escravos em fuga na área do morro, o que ratifica essa primeira teoria como a inspiradora do nome. Uma dessas cavernas que ficou famosa na época de sua descoberta foi a localizada no terreno da antiga casa da boleira Dona Carminha, onde atualmente foi encoberta a entrada e tornou-se a parede do bebedouro do salão da Luciana, na Praça Amor de Mãe.

Moradores mais antigos relatam que o nome coroa refere-se ao antigo campo de futebol que existia na parte mais alta do morro, o cume, o topo, ou seja, a “coroa” em meados dos anos 1930. Uma terceira versão diz que o nome faria referência ao formato arredondado do topo do morro e nessa região, onde foram construídos os barracos mais antigos enfileirados lado a lado, seriam as pontas da coroa. De todas as três histórias de criação da comunidade a mais próxima da verdadeira é a primeira, pois há ainda as tais cavernas para comprovar que pelo menos escravos foragidos havia na região. Diversos processos de popularização também são característicos do Morro da Coroa.

ali, até chegar à vida adulta, residindo sem casa, em situação de rua, pelas vielas do Morro da Coroa. O filho de Grilo não se tornara traficante, não foi cooptado pelo tráfico, talvez, como muitos jovens, não tivesse estrutura para isso. Sobrou-lhe a rua, melhor as vielas do morro, lugar que nunca abandonara.

²³ Este tópico foi construído com informações coletadas no Blogpost do Trabalho Social e pelas informações publicadas pelo Rio + Social. O Trabalho Social funciona no Morro da Coroa. Em 2010 iniciaram-se nesta localidade as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Esta política foi implementada em 2008 com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de populações e territórios fragmentados. Assim, como proposta do ministério das Cidades, em cada território onde há obras do PAC, faz-se necessário a presença de uma equipe social para articular no território diversas questões como acompanhamento das obras, campanhas educativas, mapeamento do território no que diz respeito a necessidades, articulação com a população e lideranças locais, construção de histórico e a memória da localidade. Neste sentido, as informações fornecidas no Blog construído pela equipe me auxiliaram na apresentação da história do território. Já o Rio+Social é um programa multidisciplinar coordenado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) em parceria com o ONU - Habitat – o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, para promover a melhora na qualidade de vida de populações que moram em territórios pacificados. Segundo as informações fornecidas pelo site da prefeitura, a atuação da Rio+Social tem o seu trabalho pautado por três eixos: o da informação – com levantamentos que geram um retrato e um panorama de cada território; o básico – de prestação de serviços públicos; e o do desenvolvimento econômico – com formação, consultoria e auxílio em legalização para empreendedores locais visando à geração de renda e emprego nas comunidades. Outra informação importante dada pelo site da Prefeitura é que esse programa era conhecido como: UPP Social. Programa que reunia todas as ações da Prefeitura do Rio nas áreas pacificadas que passou a ser chamado **Rio+Social** em agosto de 2014.

O morro, cuja ocupação começou em 1946, exatamente entre o bairro de Santa Teresa e Catumbi no Rio de Janeiro, iniciou o processo de expansão após a derrubada da favela de Santo Antônio que ocasionou a emigração de alguns moradores da antiga localidade e consequente assentamento na nova área. Na época, havia ainda poucos barracos na região, mas com o passar dos anos, no entanto, logo houve a necessidade de criar uma associação de moradores para conter o crescimento acelerado e desordenado da comunidade. Deu-se início à formalização para criar a Sociedade dos Amigos do Morro da Coroa (SAMC) cujo Estatuto Social preconiza, desde esse avanço formal, a "promoção do bem estar da comunidade administrando os bens de uso comum e a representação dos moradores perante os poderes públicos". Assim, na década de cinquenta foi fundada a associação de moradores.

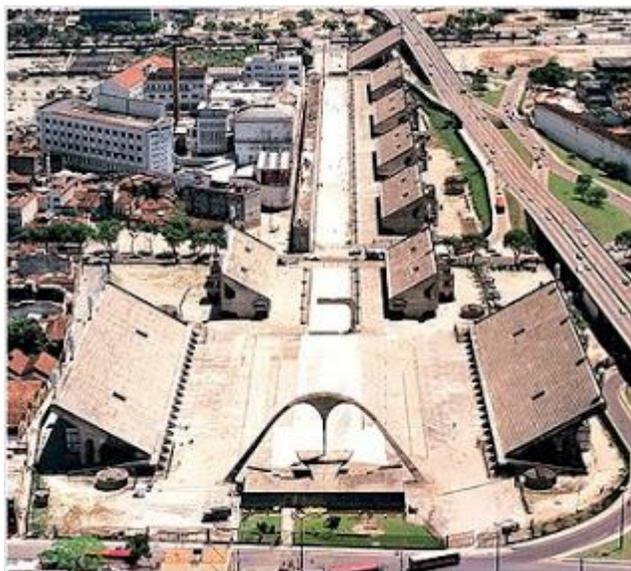
Até o final da década de 70, o Morro da Coroa era um local habitado em sua grande maioria por barracos de madeira que construía uma arquitetura bem clássica das favelas cariocas, casas aglomeradas de zinco coladas uma na outra, falta de iluminação que somente no início dos anos 80 chegaria gradativamente para a população, assim como o saneamento básico que aos poucos foi mudando a configuração do morro, que era marcado por valas e esgotos a céu aberto. A mesma configuração se deu também no que diz respeito à urbanização: toda a favela era marcada pelo chão de barro que cortava toda a sua extremidade. Essa estrutura territorial precária que habitava um certo número de pessoas, foi sendo construída em cima do túnel Santa Barbara, situado no Bairro do Catumbi. Deste modo, aqueles que transitam em direção ao Bairro de Laranjeiras, tem contato visual ao passar pelo túnel com o aglomerado de casa que formam esta favela.

A fim de registro, com as chuvas de 1982, que provocaram deslizamentos e mortes na comunidade, a SAMC viu a necessidade de ampliar suas lutas não só por melhorias físicas na localidade, mas também a valorização da autoestima e a criação da autonomia dos indivíduos, auxiliando no enfrentamento da pobreza e exclusão social. Atualmente, os moradores ocupam 1.323 residências no Morro da Coroa, cada um deles tem em média 3.08 moradores, uma das taxas mais baixas para comunidades carentes na cidade do Rio de Janeiro, totalizando mais de 4.069 moradores.

Com uma área total que corresponde a 82.935 m², está entre as primeiras regiões ocupadas do Rio de Janeiro. Outro dado que também chama atenção é o número de trabalhadores

com mão de obra qualificada para atender a demanda do centro da cidade. O novo censo mostrou que a faixa etária mais expressiva é a dos 06 aos 14 anos na comunidade e os últimos números do IBGE, revelados no dia 1º de julho de 2010, mostrou que há 88 homens para cada 100 mulheres moradoras do Morro da Coroa, resultando em mais chefes de família do sexo feminino.

Ao longo dos anos seguintes, várias conquistas foram agregadas à comunidade, tais como: criação da primeira região administrativa, serviço postal, gari comunitário, bombeiro hidráulico, assistência jurídica, reforço escolar, cursos de línguas e informática, horta comunitária, alfabetização de adultos, acupuntura além do Projeto Vida Nova, em parceria com o Governo do Estado no intuito de resgatar e prevenir os jovens em situação de vulnerabilidade social.



Vista panorâmica da Apoteose do Samba. Foto tirada do topo

Fonte: blogspottrabalhosocial.com.br

A comunidade, em constantes melhoramentos, cresce a passos largos e vem se tornando um ponto de visitação turística, com uma vista espetacular da Apoteose do Samba e do centro da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo o programa do Rio + Social, o Morro da Coroa é a comunidade mais populosa (44% do total), seguida pela Unidos de Santa Tereza (41% do total) e a comunidade Ocidental Fallet (8% do total). No entanto, a densidade demográfica é mais alta na comunidade

Luiz Marcelino (574,5) e na Vila Santa Bárbara (562,8). A comunidade AM e Amigos do Vale são a menor, nos quesitos população e densidade demográfica.

Outra informação do programa Rio + Social é que, seguindo a tendência observada nas outras áreas de UPP, e na cidade do Rio de Janeiro também, na UPP Fallet-Fogueteiro e Coroa as mulheres são maioria em quase todas as comunidades. Elas representam 54,66% do total de pessoas da comunidade AM e Amigos do Vale e 54,23% em Unidos de Santa Tereza. E a razão de sexo é bastante significativa em todas as comunidades, atingido a taxa de 82,95 em AM e Amigos do Vale. Deste modo, no Morro da Coroa há um total de 1.947 homens que corresponde a 47,85%, 2.122 mulheres que corresponde a 52,15%.

Em relação às faixas etárias, as informações trazidas pelo Rio + Social são as seguintes: crianças (0 a 14 anos), que representam 24% do total de pessoas; jovens (15 e 29 anos), que somam 28% do total de pessoas; adultos (30 a 64 anos), que são 44% e idosos (65 anos ou mais), que significam apenas 4% da população. Nesse sentido, a equipe informa que, trata-se de uma população bastante jovem, pois pessoas entre zero e 29 anos representam 52% do total da população. Outro dado do Rio + Social é que o percentual de pessoas entre 30 e 64 anos de idade é bem próximo do observado na R.A. Rio Comprido (44,9%) e no município do Rio de Janeiro (46%). Outra questão que coloca é sobre os idosos: nas comunidades da UPP esse segmento é consideravelmente menor que na R.A. Rio Comprido, onde eles são 10,5%, que na R.A. Santa Tereza, 8,9%, e na cidade do Rio de Janeiro onde representam 10,4% do total de pessoas. Assim, no Morro da Coroa as faixas etárias se configuram da seguinte forma: 0 a 14 anos: 981 pessoas que correspondem a 24% da população; 15 a 29 anos: 1.146 pessoas que correspondem a 28 % no território; 30 a 64 anos: 1.799 pessoas que correspondem a 44% e 63 anos ou mais, um total de 143 pessoas que correspondem a 4%.

O programa apresentou também um conjunto de dados socioeconômicos em seu trabalho (reitero que todo o seu trabalho de organização de dados teve como fonte o IBGE), a respeito do território analisado, que revelam aspectos considerados de fundamental importância para entender a realidade de cada área. Os dados foram apresentados em duas seções. A primeira resume um conjunto de informações referentes à infraestrutura e serviços urbanos, assim como a condição domiciliar. Mais concretamente, dizem respeito ao acesso dos domicílios localizados nas comunidades à infraestrutura adequada de água e de esgotamento sanitário, assim como a

serviços de coleta de lixo e de fornecimento de energia elétrica. Além disso, incluiu-se nesta seção a condição de ocupação do domicílio. A segunda seção resume algumas informações censitárias de educação, calculadas através do cruzamento entre dados de alfabetização da população com os de distintas faixas etárias. Assim, optou-se pela delimitação de três faixas etárias: de 08 a 09 anos de idades, de 10 a 14 anos de idade e maiores de 15 anos. Dados absolutos de pessoas alfabetizadas ou não destes três recortes etários estão também apresentadas por sexo. Por fim, a terceira seção apresenta os dados de renda considerados mais pertinentes para este contexto. Os dados de renda domiciliar per capita foram observados de acordo com as seguintes faixas de renda: até 1/8 de salário mínimo; de 1/8 até 1/4 de salário mínimo; de 1/4 até 1/2 salário mínimo; de 1/2 até 01 salário mínimo; de 01 a 02 salários mínimos e de mais de 02 salários mínimos. Já os dados que tratam da renda dos responsáveis pelos domicílios e da renda segundo o sexo foram analisados em correspondência com outras faixas de renda: até 1/2 salários mínimos; de 1/2 até 01 salário mínimo; de 01 até 02 salários mínimos; de 02 a 03 salários mínimos e de mais de 03 salários mínimos.

Informações sobre a condição de ocupação dos domicílios existentes nas comunidades da UPP Fallet-Fogueteiro/Coroa e uma comparação das mesmas informações nas RAs Rio Comprido, Santa Tereza e no Município do Rio de Janeiro foram organizadas pelo programa²⁴. Por condição de ocupação entende-se que o domicílio pode ser próprio de um ou mais moradores; alugado; cedido gratuitamente por terceiros, seja este pelo empregador ou qualquer outra pessoa, mesmo que os moradores paguem taxas de conservação; ou ainda ocupado por uma forma que não se encaixa em nenhuma das três acima mencionadas, como por exemplo, através de ocupações. É importante ressaltar que, a partir deste ponto, os dados apresentados para as comunidades na UPP Fallet-Fogueteiro/Coroa são os divulgados pelo IBGE tendo como base o Censo Demográfico 2010. Assim, segundo os dados apresentados sobre o Morro da Coroa temos: Imóveis próprios 1.154 que correspondem a 87%, contra imóveis alugados que são num total de 160 que correspondem a 12%, sendo que 05 são cedidos, correspondendo a 0% e 04 estão na categoria outros, fazendo um percentual também de 0%.

O Morro da Coroa no final dos anos 80 recebeu obras do “Favela Bairro”, projeto de urbanização vinculado à prefeitura do Rio de Janeiro, que teve Luís Paulo Conde, falecido há

²⁴ Como o foco do meu trabalho é o território do Morro da Coroa, procurei focar os dados somente neste território. Entretanto, para aqueles que se interessarem pode visitar o site do programa Rio+Social: www.riomaisocial.org

poucas semanas, como prefeito naquela época. Diversas vielas foram asfaltadas, entretanto o serviço de saneamento básico deixava o poder público em maus lençóis, pois não foram resolvidos até a entrada do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – projeto do governo federal que se vinculava a estados e municípios para fazer intervenções em territórios de favelas. Os avanços dentro do território foram visíveis. Esgotos em algumas áreas, principalmente aqueles situados às ruas principais do morro, receberam tratamento de canalização. Entretanto, áreas mais escondidas tiveram seus projetos prejudicados devido a irregularidades.

O relatório traz informações sobre o abastecimento de água nas comunidades da UPP analisada nesse documento, além da comparação com as Regiões Administrativas e o município do Rio de Janeiro. Esclarece que, como abastecimento de água *adequado seria* o número total de domicílios cujos moradores declararam que suas residências estavam ligadas à rede geral de água, enquanto que *inadequado* deveria se referir àqueles que responderam que seus domicílios têm outras formas de abastecimento, por exemplo, proveniente de poços, rios ou através de caminhões pipa. Nesse sentido, os dados apresentados mostraram o abastecimento como *adequado* na quase totalidade dos domicílios (99,9%), média bem próxima daquela observada nas R.A.s (99,5% na R.A. Rio Comprido e 99,6% na R.A. Santa Tereza) e na cidade do Rio de Janeiro (98,5%). O programa ressalta, no entanto, que o levantamento realizado pelo IBGE não pretendeu avaliar a qualidade do serviço ofertado, restringindo-se apenas a existência da infraestrutura, seja ela oficial ou não. Portanto, questões como a falta de água regular não são captadas. Nesse sentido no Morro da Coroa os dados ficaram da seguinte forma: fornecimento adequado chegou-se a um número de 1.322 domicílios que corresponde a 99,9%; inadequado, 01 domicílio que corresponde a 0,1%.

Os dados apresentados pelo programa sobre o destino do lixo nas comunidades da UPP Fallet-Fogueteiro/Coroa, das R.A.s Rio Comprido e Santa Tereza e do município do Rio de Janeiro, informam que a coleta de lixo é considerada adequada quando é feita diretamente, ou seja, um agente da COMLURB passa de porta em porta recolhendo o lixo produzido ou quando é feita indiretamente, ou seja, o indivíduo deposita seu lixo em uma caçamba, que será esvaziada pelo agente em dias e horários determinados. Quando o destino do lixo é outro, como um terreno baldio, um logradouro, um curso d água ou queimado e enterrado em algum terreno o acesso ao serviço de coleta de lixo é considerado inadequado. Assim, a equipe informa que em 81,8% dos

domicílios a coleta de lixo é adequada na UPP, sendo que em quatro comunidades 100% dos domicílios têm coleta considerada adequada (AM e Amigos do Vale, Luiz Marcelino, Vila Santa Bárbara e Ocidental Fallet) e uma tem praticamente a totalidade avaliada como adequada, a saber, o Morro da Coroa com 99,9% dos domicílios. A exceção, responsável pela “queda” na média geral da UPP, é a comunidade Unidos de Santa Tereza, onde 44,5% da coleta de lixo são considerada inadequada. Nesse sentido, os números do Morro da Coroa ficaram da seguinte forma: Coleta adequada 1.322 que corresponde a 99,9% e 01 coleta inadequada que corresponde a 0,1%.

O programa apresenta números que correspondem a um percentual de domicílios com energia elétrica proveniente da companhia distribuidora (com medidor e sem medidor), de outras fontes ou sem energia. Segundo o programa, o IBGE considera “outras fontes” como sendo as fontes de energia solar, eólicas e gerador. No entanto, na prática, sabe-se que essa opção (“outras fontes”) significa que a energia é proveniente de companhia distribuidora, mas que não é computada pela agência fornecedora: o famoso “Gato”.

Neste sentido a equipe mostra que 78,5% dos domicílios da UPP têm energia elétrica com medidor, 5,5% não usam medidor e 16% são abastecidos com energia proveniente de outras fontes. O percentual de domicílios com medidor é significativamente menor que aquele observado nas R.A.s Rio Comprido (86,2%) e Santa Tereza (96,7%) e no município do Rio de Janeiro (92,6%). No que se refere à variável “sem medidor”, a média da UPP Fallet-Fogueteiro/Coroa (5,5%) está abaixo daquela observada na R.A. Rio Comprido (8,8%) e no município do Rio de Janeiro (6%), mas acima da R.A. Santa Tereza (3%). No que diz respeito a “outras fontes” corresponde a 16% dos domicílios, percentual bem acima de ambas as R.A.s (5% e 0,3%) e do município do Rio de Janeiro (1,4%). Nesse quesito, vale ressaltar que é a comunidade Unidos de Santa Tereza a responsável por essa média tão alta, já que lá o percentual atinge 38,9% dos domicílios. No que diz respeito ao Morro da Coroa, os números apresentados ficaram da seguinte forma: domicílios com medidor 1.248 que corresponde a 94,3%; domicílios sem medidor 75 que correspondem a 5,7%; domicílios com energias de outras fontes 0 que corresponde a 0,0% e domicílios sem energia 0 que corresponde a 0,0%.

O programa trás também dados sobre o tema Educação, mais precisamente do percentual de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas em diferentes faixas etárias nas

comunidades que compõem a UPP Fallet-Fogueteiro/Coroa. Nesse sentido, informa que, a título de comparação foi incluído nas tabelas as informações sobre as Regiões Administrativas (R.A. Rio Comprido e R.A. Santa Tereza) e o município do Rio de Janeiro. Como definição de alfabetizado considera-se a pessoa capaz de ler e escrever um texto simples.

Reitera o programa que o Estatuto da Criança e do Adolescente entende o acesso à educação como um direito, portanto, um dever do Estado. Isso porque há consenso sobre o fato de que ser alfabetizado é fundamental para estar inserido na sociedade moderna, ter acesso à informação e dispor de condições mínimas para desenvolver-se integralmente.

O programa informa também que os dados apresentados não revelam a cobertura do ensino na área analisada, ou seja, não é possível inferir o número de crianças que frequentam a escola; portanto, se a demanda está sendo atendida ou não. No entanto, eles sinalizam dois aspectos importantes: a quantidade de crianças alfabetizadas e a quantidade de crianças que não são alfabetizadas, mas deveriam ser. Assim no Morro da Coroa o número de pessoas alfabetizadas de 8 a 9 anos é de 136 que corresponde a 97,1% e crianças não alfabetizadas 04 que corresponde a 2,9%. Sobre o analfabetismo entre crianças de 10 a 14 anos os números ficaram entre alfabetizados 389 que corresponde a 97,5% e não alfabetizados 10 que corresponde a 2,5%. Finalizando os números entre pessoas de 15 anos ou mais, os dados ficaram da seguinte forma: alfabetizados 2.998 que correspondem a 97,1% e 90 não alfabetizados que correspondem a 2,9%.

Os dados referentes ao rendimento nominal mensal domiciliar per capita dos domicílios particulares agregam informações importantes, segundo o Programa, pois tratam das questões de condições de vida e o grau de vulnerabilidade em que vivem as pessoas. Dessa forma, estes dados são capazes de auxiliar na construção de um panorama mais completo sobre os territórios, ressalta. Assim, foram organizados dados do Censo 2010 sobre o rendimento nominal mensal domiciliar per capita dos domicílios particulares de acordo com as seguintes faixas de renda: até 1/8 de salário mínimo; mais de 1/8 até 1/4; mais de 1/4 até 1/2; mais de 1/2 até 1; mais de 1 até 2; mais de 2 salários mínimos; além de informações de domicílios com renda per capita 0 (zero) ou domicílios sem informações de renda. Tendo em vista que os dados foram levantados no ano de 2010, quando o salário mínimo era de R\$ 510,00, as faixas de renda mencionadas correspondem respectivamente aos valores de: até R\$ 63,75; entre R\$ 63,76 e R\$

127,50; entre R\$ 127,51 e R\$ 255,00; entre R\$ 255,01 e R\$ 510,00, entre R\$ 510,01 e R\$1020,00; e mais de R\$1020,01.

O programa informa também que a análise do cruzamento feito com as duas primeiras faixas de renda possibilita construir uma estimativa aproximada sobre o número de domicílios nos quais habitam pessoas sob a linha de indigência ou de pobreza. Além disso, as quatro primeiras faixas de renda podem indicar, de forma aproximada, a quantidade de domicílios nos quais vivem pessoas elegíveis ou já cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), uma vez que estas faixas de renda são utilizadas como critérios básicos para o cadastramento de pessoas em determinados programas sociais. Deste modo o Morro da Coroa aparece da seguinte forma: rendimentos até 1/8 salários mínimos, 03 que corresponde a 2%; rendimentos mais de 1/8 a 1/4 salários mínimos 36, que corresponde a 2,7%; rendimentos mais 1/4 salários mínimos a 1/2 teriam um número de 196 pessoas que corresponde a 14,8%. Rendimentos com mais de 1/2 a 1 salário mínimo teriam um número de 577 pessoas que corresponderiam a 43,6%. Entretanto, pessoas com renda entre 01 a 02 Salários mínimos ficariam entre 418 que corresponde a 6%; pessoas com mais de 02 salários mínimos ficariam em 44 que corresponde a 3,3% e pessoas sem rendimentos ficariam em 49 correspondendo a 3,7%.

No que diz respeito a instalações públicas no Morro da Coroa, hoje existe a UPP com uma sede própria na Rua Navarro, no Catumbi, a Clínica da Família e uma Creche da Prefeitura, no bairro de Santa Teresa. O antigo posto de saúde Hernani Agrícola, que durante muito anos atendeu toda a população de Santa Teresa, hoje com as modificações da saúde atende somente moradores do “asfalto” de Santa Teresa, deixando para a Clínica da Família no Catumbi atender a todas as favelas ao redor do bairro. O problema é que o atendimento para estas populações ficou mais difícil de ser eficaz e rápido, devido ao volume de pessoas a serem atendidas em um equipamento extremamente limitado. Não há nos arredores do Morro da Coroa outras instituições públicas, muito menos, Organizações Não Governamentais. O Complexo de São Carlos como um todo, mesmo sendo no coração do Rio de Janeiro, tem uma carência de trabalhos sociais absurda, tão necessários quanto em outras áreas da grande metrópole do Rio de Janeiro. Nesse sentido vou dar prosseguimento na análise desta problemática, no entanto de modo mais amplo, falando da questão das favelas no que diz respeito a sua dinâmica e relação histórica com a cidade, contextualizando o território com a ajuda de referenciais teóricos.

Capítulo 3– A PROBLEMÁTICA DAS FAVELAS.

3.1- APRESENTANDO O CONTEXTO

Há alguns anos percebe-se que grupos sociais que sofrem repressão direta do poder público vêm, a seu modo, procurando construir articulações, que busquem ajudar a minimizar os impactos sofridos pela violência e pelas precariedades presentes em seu território. Como justificativa para estes argumentos, chamo a atenção para a criação da Central Única de Favelas (CUFA) na Cidade de Deus²⁵ e a Criação da ONG Casa da Paz na comunidade de Vigário Geral na Zona Norte do Rio de Janeiro²⁶. Ambas as instituições foram pioneiras em trabalhos voltados para juventudes de territórios de favelas, levando outros referenciais que contribuíram para trajetória de jovens em situação de desigualdade e riscos nestes territórios.

No que diz respeito à questão da cidadania no Brasil, se pensar, por exemplo, nos indivíduos e na sua trajetória, chegaremos à conclusão de que poucos eram os grupos reconhecidos em termos de representação social no país. As populações mais pobres e negras, por exemplo, no que diz respeito às intervenções políticas, tiveram sempre que lutar com forças oligárquicas que tinham como base a manutenção do status. Estes grupos procuraram a seu modo e a partir do seu ponto de vista, estruturar-se para não ficarem a mercê do aparato das forças que buscavam mantê-los distantes da coisa pública, deste modo procurando neutralizar sua participação nos processos políticos. Nesse sentido a questão da cidadania no Brasil é algo recente que ainda tem um longo caminho a ser percorrido para sua efetivação.

As grandes cidades desenharam uma realidade social de acordo com influências econômicas, migratórias e culturais peculiares que deram o perfil societário em seus espaços territoriais. O Rio de Janeiro, por exemplo, teve em sua área urbana divisões sociais e econômicas que marcaram profundamente o seu desenvolvimento. Cortiços e favelas foram os principais ambientes que abrigaram grupos excluídos socialmente. Fatos como esse podem ser

²⁵ A CUFA – Central Única das Favelas – é uma organização sólida, reconhecida nacionalmente pelas esferas políticas, sociais, esportivas e culturais. Foi criada em 1999 a partir da união entre jovens de várias favelas do Rio de Janeiro – principalmente negros – que buscavam espaços para expressarem suas atitudes, questionamentos ou simplesmente sua vontade de viver.

²⁶ A CASA DA PAZ- Espaço criado em 1993 no bairro de Vigário Geral na Zona Norte do Rio de Janeiro onde 21 pessoas foram mortas por policiais.

identificados entre o século XIX e o início do século XX. Trabalhadores, mulheres “da vida”, “homens sem rumo” começaram a habitar antigos casebres que antes foram habitados por membros da corte portuguesa ou mesmo cedidos para imigrantes portugueses:

“Considerado o lócus da pobreza, no século XIX era local de moradia tanto para trabalhadores como para vagabundos e malandros, todos pertencentes à chamada “classe” perigosa. Definido como verdadeiro “inferno social”, o cortiço carioca era visto como da vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. Percebido como espaço propagador de doença e do vício, era denunciado e condenado através do discurso médico e higienista, levando à adoção de medidas administrativas pelos governos das cidades” (VALLADARES, 2005, pág. 24.).

Com a extinção de grande parte dos cortiços em várias áreas da cidade houve o surgimento e aumento das favelas no Rio de Janeiro – isoladas, situadas ao redor da grande cidade e com uma construção geográfica e social bastante peculiar. Inicialmente, este território não inspirava o poder público para o direcionamento de construções mais ordenadas ou para a necessidade de uma discussão mais ampla sobre a política de segurança, cidadania, qualidade de vida etc. A questão estava relacionada à separação de grupos e territórios. Nesse caso, o foco principal, centrava-se no cuidado com o volume populacional e a estética da cidade:

“O Rio de Janeiro passava por uma grave crise habitacional. A migração regional e estrangeira inchava a cidade cada vez mais. Em apenas vinte anos entre 1870 e 1890, a população aumentou cerca de 120%, passando de pouco mais de 235 mil para cerca de 520 mil habitantes. No mesmo período, o crescimento do número de domicílios ficou em 74%” (SILVA e BARBOSA, 2005, pag. 25.).

Assim, até o início do século XX, as favelas crescem e continuam a habitar negros, pobres e migrantes de outras regiões do Rio de Janeiro que vem tentar a vida na grande cidade. A segurança pública era limitada à questão da manutenção da ordem, focalizada nas ações policiais. Os grupos que partilhavam a cidade sabiam de fato dos limites impostos pela ordem pública no que se refere principalmente à ocupação de territórios. A política do “pé na porta” implementada pelo governo Pereira Passos deixava esta questão muito clara, pelo fato do mesmo ter promovido na cidade uma limpeza urbana a começar pelos cortiços, empurrando a população oriunda desses espaços os arredores mais altos da cidade:

“As autoridades públicas chegam a sugerir o deslocamento daquela população para os arredores da cidade em pontos onde passem trens e bondes. Durante a gestão de Pereira Passos, a principal preocupação era esvaziar as áreas centrais” (BARBOSA e SILVA, 2005, pag. 26.).

Muitas famílias subiram para os arredores da cidade e ali começaram a construir suas vidas, entretanto, as adversidades que encontravam no território como terreno íngreme, matagais, falta de infraestrutura de saneamento, fizeram com que a insalubridade tomasse conta do cotidiano dos indivíduos que eram de fato empurrados para esses territórios, devido às políticas implementadas pelo governo Pereira Passos. Por outro lado, outras famílias, migraram para áreas mais distantes da cidade como os subúrbios, local onde as linhas férreas começam a dar seus primeiros passos e desse modo, atendiam as demandas de populações afastadas dos grandes centros que se deslocam de um ponto a outro da cidade para trabalharem.

Zaluar e Alvito (2003) procuram sinalizar que diversos acontecimentos históricos são associados à formação das favelas brasileiras, principalmente a necessidade de se construir a cidade com um único perfil étnico por exemplo. No entanto, o que se tornou a favela? Um espaço marcado pela diversidade de grupos submetidos a uma lógica desigual. Assim, a beleza, a qualidade de vida, o reconhecimento e a possibilidade ascensão, ficam nas partes mais baixas da cidade, sobrando para estes espaços o controle e necessidade de manutenção da ordem:

“A favela ficou também registrada oficialmente como área de habitação irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade, o 'outro', distinto do morador civilizado da primeira metrópole” (ZALUAR e ALVITO, 2003, pag. 08).

Por esses motivos, a favela se torna de fato um “outro” lugar. Hábitos, comportamentos irão “diferenciar” os indivíduos dos demais da cidade. O estigma de “favelado é perigoso” é formado por um conjunto de atributos dados aos indivíduos e ao território onde habitavam. Chamo a atenção para o fato de que essa necessidade da distinção entre indivíduos e territórios na grande cidade, nada mais é do que uma herança de um Brasil pós-colonial que tem como marco o processo industrial que invadia a cidade. Neste sentido, no Brasil colonial, temos a senzala, a restrição ao trânsito na cidade, a religião como impedidores de relações igualitárias. No

Brasil moderno, o advento da abolição da escravidão trouxe as ideologias racistas, que cumpriram o papel de distinguir indivíduos “livres” pela cor da pele e pelo discurso da superioridade de uma raça sobre outra. Ideologias que se formaram na academia e que foram absorvidas pelo senso comum que tinha então como justificar seu discurso baseado na exclusão:

“A favela passa, então a ocupar os debates sobre o futuro da capital e do próprio Brasil, tornando-se alvo do discurso de médicos e higienistas que condenam as moradias insalubres. Para ela se transfere o postulado ecológico do meio como condicionador do comportamento humano, persistindo a percepção das camadas pobres como responsáveis pelo seu próprio destino e pelos males da cidade, dando a perceber que o debate sobre a pobreza e o habitat popular – já desde o século XX agitando as elites cariocas nacionais – fará emergir um pensamento específico sobre a favela” (VALADARES, 2005, pag.28).

Os problemas sociais, ligados às necessidades básicas dos indivíduos, como trabalho educação, saúde e de fato, moradia, irão se misturar com problemas raciais não resolvidos depois da abolição da escravidão. As favelas irão abrigar todos esses problemas não resolvidos pelos governantes da época. A “emergência” da modernização ajudou para que não fossem construídas medidas que reparassem o problema da escravidão e a melhor solução foi de imediato dividir territórios na grande metrópole, abrigando grupos distintos que teriam também tratamentos diferenciados. A favela então respondia bem a essa expectativa, pois estaria distante territorialmente, especificamente no alto da cidade, local previamente considerado de difícil acesso, abrigando indivíduos vistos como “perigosos”. Mas, perto o suficiente para trabalharem nas casas e fábricas em desenvolvimento.

Neste sentido, teremos “territórios saudáveis” e outros “extremamente doentes”, onde a cura seria em primeiro lugar limitar seus avanços para dar vez ao “novo modelo” de cidade e por outro lado, fazia-se necessário identificar o perfil desses indivíduos que vez por outra, rondavam a “nova cidade”. Estes eram de fato uma ameaça à cidade, pois não pertenciam visivelmente a sociedade que se constituía na grande metrópole. Nada mais justo então de classificá-los, mediante o perigo que representavam para o avanço urbano. Neste sentido, associar grupos negros a favelados ou pobres como oriundos destes territórios conflagrados, protege de certo modo a nova dinâmica imposta à grande metrópole e associa diretamente o pobre e o negro à criminalidade.

3.2 – FAVELA, CRIMINALIDADE E POBREZA NO BRASIL – ALGUMAS REFLEXÕES.

O filme “Era uma vez”, (2008) protagonizado pelo ator Thiago Martins e a atriz Vitória Frate, dirigido por Breno Silveira, conta a história de um jovem, filho de nordestinos, morador do morro do Cantagalo na zona sul do Rio de Janeiro, que trabalha em um quiosque no Calçadão da Avenida Vieira Souto em Ipanema. O personagem de Thiago Martins, Dé, desenvolve uma paixão platônica por Nina, uma jovem de classe média alta que mora em frente à praia de Ipanema, local onde Dé vive o seu dia a dia como balconista e também convive com o ir e vir de outros estilos de vida, que por aquele local transitam cotidianamente.

A questão do personagem é a distancia entre o seu universo e o daquela realidade a qual ele passa a maior parte do tempo. O Morro do Cantagalo funciona como outro lugar no que diz respeito ao calçadão de Ipanema, pois as relações estabelecidas no balcão são de outra ordem. Dé é um cara maneiro que os outros jovens surfistas da área têm confiança, deixam suas pranchas e podem até “pendurar” um cachorro quente sem problemas e pagar depois, ou não. Afinal, talvez sejam “essas as únicas relações que ele possa oferecer aquele universo, naquele momento”. A questão é que o limite das relações sociais estabelecidas, não incluíram os desejos do personagem Dé, por isso surge a atração por Nina que inicialmente não passava da fantasia. Havia uma barreira, mesmo que invisível que Dé obedecia, pois cada um deveria ficar no “seu lugar”.

A questão da pobreza é identificada na condição social do personagem de Thiago Martins. A condição de morador de favela denuncia sua realidade. Local onde as precariedades são profundas e as oportunidades são poucas. Sua realidade econômica e o seu lugar na sociedade já estão pré-determinados. A questão da exclusão aparece no filme e se associa à pobreza e este fato fica mais evidente quando Dé se aproxima de fato de Nina e começa a ter uma relação com ela. O medo de ser estigmatizado logo de início, faz com que o personagem forje uma identidade que não é sua, mas que se aproxima da realidade do personagem. Assim, o encontro de universos distintos ocorre.

O desfecho desta trama se dá quando, sob o consentimento e desconfiança do pai, Dé começa a se relacionar com Nina e assim, ambos começam a frequentar um o universo do outro. O pai busca chamar a atenção da filha para o fato de que a favela não é lugar para ela frequentar com regularidade, pois se deve ter cuidado. Neste processo, ocorre o sequestro de Nina e a

mesma é levada para dentro da favela, o pai não hesita em acusar Dé pelo sumiço - sequestro da filha. O rapaz pobre da favela de uma hora para outra se torna um criminoso perigoso, que sequestrou a filha de um “magnata do asfalto” e por isso todo o poder e opinião pública se voltam contra ele. O final desta trama é baseado em Romeu e Julieta. Dé é alvejado pela polícia e Nina, tomada pela fúria, aponta e atira em direção aos policiais com a arma do seu companheiro. Os dois morrem na mesma cena:

Para nossa discussão tornar o outro visível é mais que uma metáfora, na medida em que este Outro é fixado como a imagem congelada de uma realidade plenamente concreta e inquestionada e, ainda, generalizante, assim tornada por efeitos específicos da capacidade “indexical” da fotografia. O discurso colonial opera por produzir outro visível e plenamente reconhecível, tornando objeto inscrito num discurso totalizante que homogeneiza, integra e hierarquiza diferenças construídas desde um ponto de vista ocidental, branco masculino. Enunciação que distingue o objetiva para dominar e submeter. (BACELAR e CAROSO, 1999, pag.97).

Thiago Martins, ator do filme não é negro; entretanto, nasceu no morro do Vidigal. Sua carreira como artista começou no grupo de teatro Nós do Morro, onde pessoas influentes do mundo artístico resolveram investir nestes talentos que surgiam durante os trabalhos. Para este filme, Thiago Martins teve que provar que era capaz de fazer tal personagem, pois o ator pretendido pelo diretor deveria ser um jovem negro. Contudo, o ator convenceu o diretor, afirmando que aquele personagem poderia representar, pois o mesmo teria tudo a ver com ele. Depois de muita insistência, o diretor aceitou. Talvez o recado para o diretor fosse fazê-lo entender que de imediato a pobreza e a criminalidade não têm cor definida, mas que esses elementos são incorporados sim, a determinados grupos, e se constitui em problemas universais que ultrapassam a favela. Exemplo maior é o final do filme que termina onde tudo começou: no calçadão de Ipanema com centenas de pessoas (a sociedade) em volta.

A pobreza no Brasil pode chegar a condições extremas e por causa disso deveríamos buscar soluções para resolver tais problemas. Entretanto, o fato de se viver em condições sociais desfavoráveis levam a outras interpretações para além da pobreza. Gera na sociedade o medo da “outra classe”, o que não promove transformação na realidade daqueles que vivem em condições precárias, seja nas favelas, seja nas ruas da grande cidade, mas sim, a construção do estigma do criminoso que é ameaçador à ordem pública. Neste sentido, Silva e Barbosa (2003) falam sobre questão do medo social nas grandes metrópoles, especificamente no Rio de Janeiro. Falam de um

Brasil urbano-industrial do século XIX, assustado com a incidência de negros descendentes de africanos, livres do cativo, tomando as ruas da cidade à procura de perspectivas de trabalho para sobreviver. A sociedade da época, que colocava grupos considerados inferiores, sob o estereótipo da criminalidade e do obscurantismo, mostrava-se insatisfeita em conviver com a diferença gritante entre negros descendentes de africanos e brancos europeus.

Grande parte das políticas públicas voltadas para populações pobres no Brasil carregam características extremamente deterministas. Deste modo, “o pobre no Brasil é vulnerável, capaz de cometer delitos, produzir arruaças e balburdia”. Vide a obra de Aluizio Azevedo (1890) “O Cortiço”. Neste local, os pobres se apinham. Volta e meia à polícia tem que dar uma batida para conter os ânimos, pois a confusão é certa. Ninguém espera destes espaços outras atitudes que não a violência e atitudes consideradas marginais. Sendo assim, para definir a criminalidade e a pobreza não há necessidade de se construir particularidades, mas sim, generalizações e associações.

Um dos grandes problemas da sociedade brasileira até hoje foi entender como as classes consideradas pobres e abaixo da linha de pobreza funcionam, sobrevivem ou se relacionam com o mundo, como por exemplo, imaginar o cotidiano de uma favela, de uma periferia, etc. Ainda há, tanto na academia como nos ambientes de formulação de Políticas Sociais, características deterministas e pouco heterogêneas em relação a esses grupos e territórios. Para essas populações, ainda chegam projetos sociais marcados pelo assistencialismo e pela discriminação, pois não conseguem fazer leituras dessa realidade. Estes fatos levam-nos a questionar, por exemplo, se há um projeto para retirar jovens do tráfico dentro de um território insalubre, sem qualquer política básica ou perspectivas de melhorias, qual será o entusiasmo provocado no público alvo? Qual envolvimento de outros setores sociais com esse projeto para que o mesmo alcance seus objetivos? Por exemplo, durante os processos de ocupação nas favelas do Rio de Janeiro, boa parte da população chamava a atenção para a criação de projetos que ajudassem aos jovens a saírem da vida do crime. Esta era a grande expectativa, que alternativas fizessem parte do território. Entretanto, a principal queixa, principalmente dos gestores de Segurança Pública era a que fossem feitas parcerias com outras secretarias, para que novas perspectivas e possibilidades fossem viáveis no território; em assuntos tão complexos, uma atuação intersetorial deveria ser mais que uma necessidade, um pressuposto de atuação. Outro

fato importante é que no processo de intervenção também de obras, diversos trabalhos sociais tiveram início; entretanto, ao longo do tempo não continuaram, criando uma lacuna entre a expectativa da população e projetos. Cabe ressaltar também, que alguns projetos que chegavam ou chegam aos territórios de favelas, tem a função de preparar indivíduos somente para a indústria de serviços, isto é, cabeleireiros, garçons, recepcionistas, auxiliar de serviços gerais, etc. A questão seria entender quais seriam as demandas locais primeiro para depois se implantar determinados projetos. Ocorre que alguns cursos se esvaziam pela falta de interesse da localidade, por não ser aquela a sua expectativa de trabalho.

Como falar em uma sociedade inclusiva de fato se determinados setores da sociedade são invisíveis? Como pensar que todos têm os mesmos direitos se em determinados territórios os indivíduos têm tratamento diferenciados por causa da cor, território ou condição econômica? Como falar em colaboração, ajuda mútua se pensamos que determinados indivíduos “nunca foram dados ao trabalho”, “são vagabundos”, “preguiçosos” e é claro, “o ambiente o qual vivem proporcionam tais atitudes”. Determinantes morais acompanham reflexões intelectuais e formulação de políticas. Há uma necessidade de dissolver subjetivamente pontos de vista construídos ao longo de muito tempo e desse modo garantir a construção de outras interpretações sobre a questão da pobreza e da marginalidade no Brasil. Por mais primitiva que sejam essas práticas elas ainda existem e não fazem parte apenas do universo mais pobre da sociedade, pois as elites brasileiras ainda reproduzem tais equívocos com muita energia.

Norbert Elias e Scotson (2000) discutem sobre processos de exclusão, discriminação, pré-conceito, a partir de uma pesquisa realizada em uma comunidade chamada Winston Parva. Nesta localidade o autor relata que, grupos de indivíduos, discriminavam outros indivíduos apenas pelo fato de serem antigos em seus territórios. Entretanto, esta simples forma discriminatória de um grupo pelo outro suscitavam outras formas de exclusão e justificativas para tais atos. Nesse sentido, não querer o outro grupo compartilhando do mesmo espaço se dava pelo fato de serem considerados forasteiros, não pertencentes ao território e sem laços estabelecidos ao longo do tempo. Deste modo, o grupo que se considera coeso, dirá o autor, exercerá o poder sobre o outro, mais enfraquecido no que diz respeito aos vínculos familiares e locais.

Não querer um grupo estranho ao seu redor faz com que diversas formas de exclusão sejam colocadas em prática. A associação à criminalidade, cor da pele, condição econômica,

dentre outras formas de discriminação podem ser acionadas no grupo e nos indivíduos, a partir do momento em que as posições sociais de cada um estejam xeque. No caso desses grupos estudados por Norbert Elias e Scotson, havia a questão voltada para a antiguidade territorial que estabeleciam relações de poder. Não eram aspectos raciais, econômicos, habitacionais, mas sim o fato de um grupo pertencer mais tempo no território do que outro. A questão complexa colocada pelo autor é que o grupo fragilizado em vários momentos ou situações assumia essa condição de inferior e subjugava-se a tal relação de poder. Como reverter essa questão de modo positivo? Isto é, transformando aquilo que hora era negativo em reações positivas de enfrentamento?

“Se deixarmos de confundir os processos sociais observados na favela com os processos sociais causados na favela, será possível compreender fenômenos que, apesar de se manifestarem de fato nas favelas, também se manifestam em outros lugares. Ou, melhor dizendo, na medida em que certos problemas deixassem de serem estudados exclusivamente na favela, eles assumiriam outra dimensão... as favelas deixem de ser o campo sistematicamente utilizado para estudar as mais variadas questões ligadas à pobreza. Só assim deixaremos de confundir favela, pobreza” (VALADARES, 2005, pag. 163).

A naturalização da pobreza e da criminalidade encontradas nos trabalhos de Silva e Barbosa (2005) e como aponta Valadares também em seu trabalho, mostra o quanto a nossa sociedade ainda está dando passos lentos para resolver tal questão. Infelizmente, questões seculares ligadas ao preconceito de cor, território e economia ainda vigoram na realidade atual. Neste sentido, para resolver tais problemas não bastam medidas paliativas, pontuais que venham pretensiosamente pretender resolver problemas sociais e raciais históricos. É necessário reconhecer estes territórios e os indivíduos que neles residem. Tratar de maneira generalista indivíduos e territórios é de fato querer sentenciar a um lugar determinados grupos e colocar também a responsabilidade longe de todo o conjunto da sociedade.

3.3- FAVELA, CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA?

O processo de intervenção em favelas do Rio de Janeiro, através da Política de Pacificação, ainda está longe de ser consolidado como prática do poder público como garantidor de direitos e proteção a populações locais. As medidas de controle social foram utilizadas

principalmente nestes territórios de favelas com o objetivo de manter a ordem social e mecanismo de afastamento de determinados grupos, negros e pobres da cena social. Os processos de participação nestes territórios também tiveram avanços e retrocessos ao longo dos anos. Os equívocos e preconceitos marcados pelas condições econômicas, raciais e geracionais são questões permanentes, concretas e visíveis.

No que diz respeito às questões políticas, culturais e econômicas, o Morro da Coroa como outras favelas do Rio de Janeiro, por exemplo, muito havia o que se perceber de diferente da grande cidade. Necessidades básicas como saneamento, água, luz, urbanização, eram muito precárias neste território. A população local constantemente vivia o drama de conviver diariamente com a insalubridade sem qualquer intervenção governamental. O que existiam eram mutirões onde a população se reunia para resolver um problema de esgoto, bater uma laje, asfaltar uma rua, retirar alguém doente de dentro de casa em uma cadeira doméstica, ajudar em remoções no caso de chuvas deslizamentos, etc. O problema era que este território tinha que resolver sozinho tais questões. Havia no imaginário social uma relação muito natural em relação à tragédia na favela. Nesse sentido, cair uma casa, incêndio em um barraco não soavam como coisas fora da realidade, afinal aquele lugar estava totalmente “propenso a produzir tais acontecimentos”.

Boétie (1982), no discurso da servidão voluntária, discutiria qual seria o ânimo desses seres humanos, moradores dessas localidades para mudarem a sua realidade. Não seria de fato mais cômodo permanecer nesta condição esperando qualquer ajuda, caso surgisse? Caso Boétie fizesse essa reflexão, estaria totalmente imbuída do discurso do senso comum da época que viam as populações dos territórios de favelas como parasitas no que diz respeito à produtividade ou ameaça no que diz respeito à criminalidade. A partir da “permissão” para se fazer aglomerações ao redor da grande cidade, o controle, a segurança tornam-se os temas principais da opinião pública. A construção de uma estrutura de controle e de segurança que garantisse a ordem local permanente, para que a sociedade não fosse surpreendida de uma hora para outra com questões como, por exemplo, o aumento de roubos, furtos ou violência resultado do uso demasiado de álcool, foi à saída encontrada.

O Historiador Marcos Bretas retrata a prática de controle do governo no final do século XIX apontando as seguintes questões:

“No período de 1890, assistiu-se às primeiras investidas das autoridades sanitárias contra as condições de habitação nos cortiços da cidade. Essas investidas contribuíram para expulsar os pobres do centro do Rio para os subúrbios, ou para as construções precárias nas encostas dos morros, dando origem às primeiras favelas. Apesar do crescimento demográfico da cidade, algumas freguesias do centro começaram a mostrar um crescimento negativo. Mas o golpe definitivo contra as freguesias centrais foi desfechado em 1904, quando o prefeito Pereira Passos deu início a um programa de reurbanização da cidade demolindo uma parte significativa do velho centro e desalojando cerca de 13. 000 pessoas”. (BRETAS, 1997, Pág., 20)

Outro fato colocado por Bretas (1997) é que a abolição da escravidão em 1888 e o fluxo contínuo de imigrantes europeus forçaram uma completa reestruturação do comportamento social, introduzindo novos, e não imediatamente classificáveis indivíduos no espaço público, que constituíam um desafio específico para as forças da ordem. Entretanto o mundo naquele momento no Brasil já era outro, regido pela lógica da capital e da industrialização. Neste caso não há mais cativos escravos, mas sim mão de obra, mesmo que desqualificada. Era necessário então construir estratégias de controle dessas massas, para que as mesmas pudessem ser utilizadas de modo adequado no processo produtivo.

A possibilidade de organização de grupos sociais, no início do século XX, era então inviável, melhor dizendo, inaceitável, já que lhes estavam sendo “cedida à ocupação nas extremidades da cidade”. A garantia dos direitos a essas populações não era uma questão de governo, porém o controle repressivo do poder público redobrava-se. O fato de representarem em sua maioria uma camada da sociedade que guardava uma herança marcada pela escravidão era o caminho para a construção de estigmas e discriminações. A responsabilidade do Estado restringia-se em conter esse público, afastá-los dos “moradores de bem”. A favela abriga os desvalidos da sociedade que se moderniza, não se esperam contribuições para o avanço da cidade, mas sim que esses indivíduos sejam controlados em seus territórios, na verdade, nesta outra cidade, dentro da cidade.

Durante o início do século XX, especificamente no início dos anos 1930, a política de controle nas favelas dava-se pela aplicação de medidas repressivas pautadas na ideia de identificação dos indivíduos, situação empregatícia e residência, isto é, o indivíduo era julgado “criminoso” ou não, a partir também do local onde residia geograficamente e o envolvimento com o mercado formal de trabalho; a carteira de trabalho pode ser vista como símbolo da

cidadania regulada, retratada por Wanderley Guilherme dos Santos²⁷. Esse controle estabelecido estava relacionado à proposta de inibir o ir e vir desses sujeitos. Muitas vezes o entorno da grande cidade e as áreas periféricas eram de fato espaços entendidos como de trânsito possível para aqueles que viviam em aglomerações construídas a certa distância das áreas mais urbanizadas.

Os anos 1950 foram marcados pela ideia de progresso e pelo crescimento da indústria e da construção civil. Muitos migrantes vindos de diversas partes do Brasil chegavam às grandes metrópoles na esperança de conquistarem empregos e começarem uma nova vida. A favela é o único espaço da cidade que estes indivíduos irão também ocupar. Para este grupo que chega, os mecanismos de controle e repressão são as únicas possibilidades de contenção de qualquer distúrbio:

“A favela é, dos bairros desconhecidos, o mais falado graças às ocorrências que, desenroladas ali com frequência, fazem o seu nome figurar nos registros policiais. A polícia, por vezes, exerce a sua vigilância nesses antros, onde raras vezes penetra a higiene” (SILVA e BARBOSA, 2003, pág. 33).

Até os anos 1970, boa parte das favelas do Rio de Janeiro não eram urbanizadas. Condições insalubres tomavam conta da maioria desses espaços urbanos. Nenhum tipo de serviço público ligado à área de saneamento era fornecido. Além disso, o serviço de iluminação também não fazia parte da realidade dos moradores, os quais precisavam, muitas vezes, utilizar velas para iluminar seus lares. A iluminação começa a chegar de fato nas favelas, no início dos anos 1980, quando o projeto de urbanização do governo Leonel Brizola, beneficia diversas famílias com um relógio individual.

A chegada dos anos 1980 é marcada pela ideia de abertura política e neste momento, o Brasil dá sinais políticos de querer se destituir dos mecanismos de controle impostos aos mais pobres. As favelas do Rio de Janeiro também sentem esse impacto ao construírem de maneira autônoma seu processo de mobilização. A população local começa a construir canais de articulação importantes, apesar de ainda sofrer forte controle do Estado. Afinal, a favela é “algo à parte”, “desconhecida”, “incontrolável”, no imaginário social.

²⁷ Em Santos (1993), o autor trata da questão da cidadania que é regulada pelo estado a partir da concessão de direitos que são implementados de cima para baixo na sociedade brasileira.

Os anos 1980 são marcados também pela chegada dos primeiros telefones públicos na favela (coisa rara). Quem tinha um telefone particular em sua residência adquiria um status especial, assim como aqueles que tinham suas primeiras TVs coloridas. Estas situações foram vividas durante muito tempo. O acesso a bens de consumo era muito restrito, assim como o trabalho formal que era muito escasso para alguns indivíduos, substituído na maioria das vezes pelas atividades informais. Neste sentido, a precariedade e ausência de investimentos, darão margem para a institucionalização de relações que irão ser reconhecidas a partir de uma lógica particular, que não se relaciona diretamente com a Grande Cidade. O espaço da favela será marcado por relações informais baseados em contratos fortalecidos pela palavra empenhada entre as partes. A quebra do “contrato” implica em uma sanção que não passaria por processo jurídico formal, mas sim por leis estabelecidas internamente entre moradores e “lideranças locais”.

Na última década do século XX intensificou-se o olhar sobre a favela como lugar perigoso, violento e marcado pelo intenso conflito armado e o tráfico de drogas. Os problemas se agravaram e pouco foi feito para que fossem solucionados. Para o poder público, a ocupação nesses territórios tinha objetivo claro: “estabelecer a ordem a qualquer custo”. Trago como exemplo o último incidente que ocorreu em uma favela do Rio de Janeiro, onde um menino de oito anos foi morto com um tiro na cabeça. Ficou comprovado que o tiro partiu de uma arma de um policial; entretanto o Governador do Estado foi para a televisão e disse: “vamos agora partir pra cima com mais força ainda”²⁸.

Neste sentido, ao invés da opinião pública descobrir os problemas desses territórios e a partir daí se indignar, foram se tornando mais e mais comuns ideias como a de extinção desses territórios, assim como a repressão aos indivíduos que ela entendia como ameaçadores. No início dos anos 1990 então, construiu-se o consenso, no âmbito das instâncias governamentais, de que as favelas deveriam sofrer uma intervenção do Estado através da força. Aumentou, por exemplo, o investimento em material bélico, como os “caveirões”, fuzis e pistolas para o combate ao tráfico. O argumento utilizado era o poder de armas do tráfico de drogas, que “justificava” a entrada na favela de uma polícia bem equipada. Entretanto, o saldo desta luta continuava negativo e a cidade perdeu muito, assim como muitos indivíduos desses territórios, fossem eles culpados ou inocentes.

²⁸ O fato ocorreu na Zona Norte do Rio no Bairro da Penha, no Complexo do Alemão do ultima dia 02 de abril de 2015

Assim, os anos 1990 marcam um período crítico nas favelas do Rio de Janeiro. A violência ultrapassa os “limites estabelecidos anteriormente”. O tráfico de drogas toma uma proporção que vai além dos limites de controle dos aparelhos de Segurança pública. O Estado endurece bruscamente. A política de execução, consubstanciada na figura de premiação por bravura, concedida aos policiais que matavam indivíduos nas favelas e também em outras áreas periféricas da cidade é algo garantido por alguns gestores públicos, a ponto de servir como bônus no cumprimento de serviço do operador de segurança²⁹.

Esta última década é marcada por conflitos constantes. As estatísticas de mortes ligadas aos confrontos entre policiais e traficantes, tomam as páginas de todos os jornais. Dados mostram que diversas manifestações são feitas por moradores dessas localidades³⁰, denunciando maus tratos por parte dos aparelhos de segurança pública. Organizações ligadas aos direitos humanos começam a cobrar do Estado uma atitude diferente em relação a esses espaços e aos indivíduos que neles residem. Nenhum tipo de ação do Estado na área era tão mais contundente do que a inserção da polícia nos territórios de favelas do Rio de Janeiro.

Entretanto, surpreendentemente o final dos anos 1990 começa a apresentar iniciativas promovidas por novos atores sociais nas favelas, resultado de manifestações anteriores, como a reivindicação por justiça feita em memória das pessoas assinadas em Vigário Geral e também a manifestação das Mães de Acari, que reivindicavam justiça pela morte de seus filhos por policiais. Vários projetos começam a serem viabilizados para estes espaços. Grupos culturais utilizam a própria realidade como objeto de expressão artística, para se autoafirmar como cidadãos e também para denunciar a ausência e a violência do Estado em seu território. Este período da história marca uma mudança de atitude da favela. Vários atores sociais, oriundos desses espaços ganham visibilidade. Surgem falando sobre a sua própria realidade, ao mesmo tempo em que biografias e trabalhos acadêmicos começam a serem produzidos e discutidos dentro da academia. Há outro olhar sendo construído nesses espaços e sobre esses espaços e, o que é mais interessante, fomentado principalmente pelos próprios atores locais.

²⁹ No governo Marcelo Alencar no Rio de Janeiro no ano de 1995, foi criada a gratificação por pecúnia, onde soldados da polícia militar ganhavam dinheiro por participar de grandes operações em favelas. Devido ao número de mortes, a premiação foi chamada de “gratificação faroeste”.

³⁰ No ano 2000 diversos jornais, Extra, O Globo, Jornal do Brasil, fizeram matérias sobre manifestações de moradores de favelas cariocas que, indignados pediam justiça por mortes de pessoas inocentes, as quais responsabilizavam a polícia militar do Rio de Janeiro.

Contraditoriamente, apesar destas mudanças identificadas no território, os mecanismos de controle do Estado no início do ano 2000 intensificam-se drasticamente. Não se fala mais em abordagem, averiguação e até prisão. O controle deste território pelo Estado se constitui através do confronto direto. Os indivíduos moradores desses locais tornaram-se alvo direto de discriminação, desconfiança e medo, por toda sociedade. Desse modo, passou-se a valorizar a política de repressão nos espaços das favelas, pautadas na pouca tolerância, na morte e não garantia de direitos como cidadãos. Isso se dá pelo fato desses territórios a cada ano ou cada dia, agregarem mais poderio de fogo. Armas sofisticadas, que nem mesmo a polícia era autorizada a utilizar eram encontradas nesses locais. A sensação de fragilidade da “sociedade” e o medo, influenciados também por uma parte da opinião pública, tenha talvez ajudado os aparelhos de segurança a aumentarem a carga de enfrentamento nesses territórios.

No entanto, o final da primeira década do século XXI (2000) é marcado por uma entrada do Estado nos territórios de favelas de outra forma não somente pela repressão. Programas para jovens são criados. Convênios com empresas para financiamento de projetos são colocados em prática, sob a responsabilidade do Governo. Programas como o Pró-Jovem³¹ e PROTEJO³², marcam essa inserção nas favelas. A questão da segurança Pública nesses espaços, apesar de resultados negativos ainda existentes, começa a dar pequenos sinais de mudança. “Cafés comunitários” que reuniam batalhões de polícia e populações de favelas são organizados. Intervenções permanentes da polícia são programadas e passam de certo modo, a serem colocados em prática, ao contrário daquelas que ocorriam anteriormente que eram tópicas, violentas e de curta duração. O que ocorre é uma nova proposta de práticas de incursões que deveriam ser feitas de maneira calculada, incorporando o discurso de proteção ao morador e valorizando o cumprimento da lei de maneira íntegra e formal.

O Programa de Aceleração do Crescimento é criado com o objetivo de intervir em áreas urbanas precárias, removendo e construindo novas habitações, sob o perfil do diálogo e da participação comunitária. O PAC era monitorado e vinculado diretamente ao Ministério das Cidades. Este estabelecia parcerias com Estados e Municípios, fornecendo subsídios para que as intervenções de obras ocorressem nos territórios vulneráveis da grande cidade. O diferencial

³¹ Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Criado pelo Governo Federal em 2005 tinha o objetivo de trabalhar com jovens de 18 a 24 anos em situação de risco, a partir do aumento de escolaridade.

³² Protejo - Programa ligado ao Governo Federal que tinha o objetivo de trabalhar com jovens em situação de risco, oferecendo cursos profissionalizantes.

deste novo processo era a necessidade da população local participar de todo o evento até o final. Assim, a ideia era atacar além da problemática relacionada à infraestrutura, outras questões sociais como, geração de renda, educação sanitária, empreendedorismo, mobilização social. Para isso deveriam se criadas equipes sociais nos territórios que iriam dialogar e viabilizar propostas no território. Paralelo às obras, o trabalho social deveria ocorrer com a participação da população.

As UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) são colocadas em prática e se constituem como a principal estratégia de atuação do Governo Estadual e têm o objetivo de ocupar permanentemente as favelas do Rio de Janeiro, de “forma pacífica”. Assim, cerca de 20 comunidades foram ocupadas até o final de 2011, sendo considerado algo inédito nunca feito por qualquer outro governante. Os resultados vinham se apresentado como positivos, apesar de problemas que eram detectados com a permanência da polícia no território. A relação, por exemplo, entre policiais e moradores em algumas comunidades, que chegam a hostilizar militares ou expressar repulsa pela presença dos mesmos em sua localidade. No entanto, a maioria das pessoas, no início da ocupação, não esboçavam essas reações. Havia o sentimento de proteção que se misturava com o sentimento de continuidade do programa. Para dar seguimento a essas reflexões, no próximo item busco analisar a maneira contraditória que esse processo se desenvolveu e para isso, recorro à análise de matérias de jornais.

3.4 A VOZ DA MÍDIA.

Vou apresentar algumas entrevistas colhidas em jornais colocadas neste trabalho, principalmente uma série de entrevistas produzidas pelo Jornal o Globo entre 2008 e 2010. Através da Mídia impressa, o jornal produziu uma serie de cadernos falando sobre o processo de “pacificação” no Rio de Janeiro. Foi o único meio de comunicação no Rio de Janeiro que trazia uma reportagem mais abrangente sobre o assunto, ocupando o seu jornal impresso com um caderno inteiro. Entretanto, o Jornal do Brasil produziu também algumas matérias, selecionei pelo menos uma para iniciar esta exposição, trazendo uma reportagem com a Socióloga Julita Lemgruber em 2009, afirmando que esta questão seria apenas uma gota no oceano:

“Este processo desenvolvido pelo governo do Estado do Rio de Janeiro não abrange a totalidade do problema, pois existem cerca de 1020 favelas em todo o Rio de Janeiro. Na opinião da especialista, o Governo não teria um efetivo que garantisse uma ocupação em todos os territórios dominados por gangues criminosas. Julita Lemgruber não acredita na política do confronto, para ela esta prática fracassou, embora ela não reprove a ocupação nas favelas, mas sim a falta de critério da polícia e seu histórico de truculência que manteve dezenas de pessoas inocentes sob sua mira. A questão que coloca é que a política da violência, não diminui o problema, ao contrário faz aumentá-la em proporções muito maiores” (JORNAL do BRASIL, 2009, Caderno Cidade, pag. 15).

Sobre conflitos gerados com o tráfico de drogas em 2009, o jornal “O Globo” informou que 100.267 alunos da rede pública municipal, haviam sido impedidos de frequentar a escola ou creche, por pelo menos um dia letivo em razão dos tiroteios. Depois disso, várias matérias abordaram o retorno da tranquilidade nas favelas ocupadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora. Em relação às festas de final de ano, por exemplo, o Jornal publicou a seguinte manchete; **“UPP devolve a paz a dois morros”**. Nesta reportagem, ressalta-se a implantação de mais uma Unidade de Polícia Pacificadora no Morro dos Tabajaras na Zona Sul do Rio de Janeiro. Segundo as informações registradas, cerca de 110.000 moradores de favelas do Rio de Janeiro estariam livres das garras do tráfico de drogas. Mesmo assim, a população do Morro dos Tabajaras, ainda desconfiada, solicita a entrada de projetos sociais na sua comunidade, pois entendem que serão estes os caminhos que a livrarão realmente do tráfico de drogas.

O Jornal O Globo de 31 de Dezembro de 2009, por exemplo, traz o seguinte título, em matéria no Caderno Retrospectiva 2009: **“O Rio encurrala o tráfico”**. Nesta matéria, aparece a foto de um menino negro, brincando de se pendurar em um policial no morro Dona Marta. O fato é inusitado, no cenário de repulsa que se consolidou nas favelas, durante muito tempo, em relação aos aparelhos de Segurança Pública. O jornal ressalta o fato de se acreditar ter vencido uma primeira barreira contra o tráfico de drogas, que é o restabelecimento gradativo da confiança da população nos órgãos de proteção.

Neste mesmo caderno, outra matéria fala sobre **“Redenção das favelas”**, na qual um policial aparece brincando de consertar uma pipa com uma criança. Neste caso, a matéria mostra a ampliação das UPPS, que já havia tomando conta de pelo menos uma favela da zona sul, o Dona Marta, que, segundo o jornal, os roubos de carros, por exemplo, teriam caído 44%. Noutro extremo da cidade, outra favela foi ocupada (Cidade de Deus), e após essa ação, o número de

homicídios teria caído 82%. Ao mesmo tempo, diz o Jornal, a repressão ao uso de drogas, antes permitidas nas favelas, teria aumentado 100% no Dona Marta e 550% na Cidade de Deus.

Outra matéria produzida pelo Jornal “O Globo”, sobre as UPPS apresenta resultados que surpreendem devido ao pouco tempo de intervenção nas localidades. Por exemplo, a matéria intitulada: “**A implantação das UPPS na Cidade de Deus**”, mostra os seguintes resultados;

“As UPPS chegaram à localidade em Fevereiro do ano passado. Daquela data até o momento, houve uma queda em vários índices de criminalidade, apesar de ainda haver uma resistência do tráfico em algumas partes do território. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, entre Novembro de 2008 e Novembro de 2009, o número de homicídios diminuiu de 34 para seis; os autos de resistência (mortes em confronto com policiais) caíram de 20 para dois; a apreensão de drogas aumentou de 56 para 364; e o número de prisões subiu de 58 para 185. Diante desses números, o Secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame, ao ser interpelado pelo jornal sobre a eficácia das UPPS, argumentou que o ‘Estado está devolvendo o morro aos moradores’. A prioridade, segundo o Secretário, é ‘devolver o território aos seus verdadeiros donos’” (O Globo, caderno Rio, 31/12 2009, pág.10)

Saltando para o ano de 2012 a 2014, o cenário relacionado à política de pacificação mudou. Diversas denúncias sobre arbitrariedades de policiais contra moradores foram detectadas. Na favela da Rocinha, um dos casos mais graves, o comandante da UPP local foi preso por ordenar a morte, tortura e sumiço do corpo de um morador que fora acusado de envolvimento com o tráfico de drogas³³. Em outras favelas, como no Complexo do Alemão, veiculavam-se notícias relacionadas a conflitos, mortes de moradores após o processo de ocupação. No complexo de São Carlos foram identificados policiais que recebiam propina do tráfico de traficantes para fazerem vista grossa em relação ao comércio local, ainda existente³⁴. Todos esses problemas relacionados a essa política causaram um desgaste no governo, no programa e intensificaram o descrédito da população local na polícia e na política do governo vigente.

Paremos então para fazer a seguinte análise: Onde estão incorporados neste processo a construção do diálogo e da garantia de direitos entre o poder público com a população local? Como resolver um problema de vinte e cinco anos de ressentimento, isto é, dos anos noventa até os dias de hoje, que ajude a dissolver o descrédito e o medo do morador dos aparelhos de

³³ No dia 23 de Outubro de 2013, O jornal O Globo cobriu matéria sobre três policiais militares que se entregaram, após a repercussão do assassinato por policiais na favela da Rocinha no Rio de Janeiro de um morador da localidade.

³⁴ No ano de 2014, policiais foram presos por serem acusados de aceitar propina de traficantes no Complexo de São Carlos.

segurança pública no território de favelas? Quais foram às parcerias sociais realizadas no processo de pacificação que auxiliaram no processo de mudança do território que não através da ocupação? Qual o poder de voz destas populações locais no que diz respeito à capacidade de monitorar, denunciar e propor novas práticas e projetos sociais nestes territórios?

Não indagar sobre essas e outras questões é deixar lacunas importantes, que sob meu ponto de vista ajudariam na ressignificação de fato desses territórios. Neste sentido, não podemos pensar as questões sociais no Brasil de forma unicamente objetiva, muito menos podemos negar a questão da subjetividade quando falamos de questões raciais. Esses e outros elementos citados neste capítulo fazem parte da dinâmica social que envolve pobres negros, favelados e moradores de periferias do Brasil. Como tratar o problema da criminalidade e da pobreza sem colocar em xeque todas as questões que fazem parte da sua estrutura... O olhar para um homem ou uma mulher pobre, infelizmente é carregado de interpretações ligadas à cor, ao território, ao gênero, a opção sexual e etc. Neste sentido, sublimar questões que fazem parte da identidade do sujeito para fim de resolver questões econômicas, não reconstrói olhares, não produzem reciprocidades, colaboração e integração. É importante que o Brasil entenda as peculiaridades de suas problemáticas sociais para que de fato possa chegar ao ponto de solucionar sem deixar sequelas.

No próximo capítulo terei como objeto de análise mais especificamente o lócus dessa pesquisa, ou seja, o Morro da Coroa.

CAPÍTULO 4 – O MOMENTO DAS ENTREVISTAS

Este capítulo destina-se a analisar as entrevistas realizadas diretamente para a construção dessa pesquisa. Ao todo, foram sete entrevistas realizadas:

A - 21 anos, negra, estudante de Direito da UERJ

B - 19 anos, negra, ensino médio completo

C - 17 anos, negro, cursando ensino médio em escola pública

D - 46 anos, negro, técnico administrativo, curso de administração incompleto..

E - 32 anos, negro, curso superior de Administração incompleto.

F - 40 anos, negro, ensino médio completo.

G – 32 anos, negra, técnica em logística, 7ºano de Enfermagem incompleto.

Como descrevi na introdução, foram várias as dificuldades para realização das entrevistas. Não foi fácil também proceder à análise das mesmas. O material resultante do processo de entrevistas é sempre muito extenso e complexo. Procurei me ater o mais próximo possível as suas falas. Para melhor organização do texto, separei em algumas temáticas. Começarei exatamente discutindo a primeira pergunta feita: “O que é segurança pública?”.

4.1 SOBRE O SIGNIFICADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

A primeira pergunta realizada para todos os entrevistados foi exatamente essa: “O que vocês entendem por segurança pública?”

“É uma obrigação, a gente corre risco tanto na comunidade como no asfalto, em qualquer lugar.” (B, 19 anos).

“Segurança pública é segurança para todos, mas a minha visão hoje, está completamente fora do eixo, moradores sendo baleados, a gente por estar aqui na janela pode ser atingido!” (C, 17 anos).

Estes entrevistados afirmam que o Estado é quem deve ser o responsável pela segurança de todos. Entretanto pelo menos um deles, fala da segurança pública como algo instável no território pois há riscos, pelo menos na localidade onde moram. Fica claro nesta primeira conversa a necessidade do Estado ser interventor no processo de Segurança. O combate à violência, neste caso, deve ser de responsabilidade do mesmo segundo os entrevistados.

Recorro a Max Weber quando fala dos tipos de dominação legítima em uma sociedade. O autor trabalha a partir da lógica dos três tipos de dominação: dominação carismática, dominação racional legal e dominação tradicional. No caso do grupo de entrevistados podemos aproximar suas falas do que Weber fala sobre as relações de poder do tipo racional legal, no qual por meio das leis, o governante deve atuar sobre a sociedade. É de responsabilidade do Estado o uso da força e não de qualquer outro grupo. Os entrevistados parecem chamar a atenção que esse uso da autoridade do Estado não pode ser unilateral, duvidosa, frágil ou dúbia. Deve o Estado ser íntegro na sua atribuição.

“A dominação, ou seja, a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, pode depender diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações utilitárias de vantagens e inconvenientes por parte daquele que obedece. Pode também depender de “ mero” costume, do hábito cego de um comportamento inveterado. Ou pode fundar-se, finalmente, no puro afeto, na mera inclinação pessoal do súdito. Não obstante, a dominação que repousasse apenas nesses fundamentos seria relativamente instável” (Weber, 1938, pag.128).

Os entrevistados apontam também com suas palavras para a necessidade de que a existência de um Estado consciente e ciente de suas atribuições é extremamente necessária, embora apontem que convivam com uma realidade bem diferente desta. A construção de políticas ineficazes, que não irão chegar ao objetivo de resolver problemas sociais no território, não são importantes. É preciso que questões sociais sejam ampliadas no território, neste caso é preciso que se olhe de fato pra necessidades locais e não coloquem algo de cima para baixo. Enfim, o que se percebe, negando mesmo um determinado senso comum, é a demanda por um Estado que seja interventor. Não se busca a ausência deste, mas o seu aprimoramento de forma a atuar efetivamente na proteção a todos.

O entrevistado D, da mesma forma, como aparece nas outras entrevistas, vê o Estado como aquele que é responsável pela segurança do território

“Segurança pública pra mim é tudo aquilo que o estado nos oferece em termos de segurança, ou seja todo tipo de condição de você ir e vir. Tudo o que nos dá segurança em termos de estrutura. Com minha ignorância é tudo aquilo que o estado pode oferecer” (D, 46 anos)

O entrevistado D vê a questão da Segurança pública também como uma função do estado, entretanto, para além disso – talvez em decorrência de sua maior idade – analisa essa política como falida, quando compara sua eficácia aos anos 80 onde acredita que de fato neste período as coisas no que diziam respeito à Segurança funcionavam de fato. Neste sentido, mesmo com a disciplina rígida dos anos 70 e 80, o entrevistado vê esse período como o melhor no que se refere ao desenvolvimento da segurança pública no Brasil, pois nesta época, as regras eram obedecidas. Na sua concepção, o Estado na figura do Ministério Público não funciona, faliu:

“Meu ponto de vista é um sistema falido que não funciona. Funciona só no papel. Da década de 70 até 80 pra gente, naquele período de repressão, você era considerado vadio, hoje não, essa disciplina não existe mais. Até ali existia disciplina, da década de 80 para cá isso acabou. O ministério publico não funciona. Você vai ver que quase todas as pessoas do morro acham isso.” (D, 46 anos)

Para o entrevistado F:

“O que eu entendo por segurança pública, ela serve pra assegurar qualquer cidadão seu direito de ir e vir geral, é o que eu entendo. O governo tem que assegurar esse direito, tem que ter assegurado pela segurança. E também, o próprio cidadão se sentir seguro colaborando com a segurança. Em determinadas situações ele pode até ser o próprio segurança. O cidadão tem o direito de prender.” (F, 40 anos)

O entrevistado faz uma abordagem sobre a questão da segurança muito próxima dos entrevistados anteriores. O Estado como responsável pela segurança de todos assim como pelo direito de ir e vir, elemento básico na definição da cidadania. Entretanto, trás algumas questões não levantadas, como por exemplo, a capacidade dos indivíduos também serem responsáveis pela segurança da sociedade, a partir do momento em que tem domínio das regras e dos códigos instituídos pelo Estado. A problemática trazida pelo entrevistado neste primeiro momento seria a falta de informação dos indivíduos em nossa sociedade. Por outro lado, afirma que subjetivamente há uma falta de fé na segurança por parte de toda população de um modo geral.

Simbolicamente, em outros tempos a segurança era algo visto como reflexo, um desejo, uma referência; entretanto hoje o que ocorre é extremamente o inverso. Para o entrevistado, hoje ser fora da lei, estar do lado oposto é que é mais valorizado. Neste sentido, a noção de valores que parece ser o que entrevistado chama a atenção, tem se mostrado sob seu ponto de vista equivocada, distante do ideal de sociedade o qual acreditou ao longo da sua vida.

A entrevistada G, uma mulher com uma diferença de dez anos a mais em relação às outras duas que foram entrevistadas, nos diz que

“Bom, do ponto de vista como moradora, basicamente nada. Vou te dizer por que, porque o morador que mora em comunidade fica muito a mercê. Entendo que segurança pública é o direito de ir e vir. Não é só a preparação de um policial militar de um guarda municipal. Segurança pública não é só isso. Se eu pago meus impostos cumpro meus deveres. Eu posso ser assaltada a qualquer momento eu não tenho segurança pública. Segurança é pra proteger seu direito de ir e vir. Dentre os inúmeros impostos que se paga, você não vê esse serviço. Você vê que seus direitos não são garantidos. Segurança pública vai além do policiamento. Não estamos livres de qualquer ato delinquente, mas uma segurança pública mais eficiente seria melhor”. (G, 32 anos)

O apelo da entrevistada no que diz respeito à segurança pública esta relacionada a uma prática convencional que qualquer gestão pública deva garantir: a liberdade dos indivíduos, transmitir a sensação de segurança e garantir os direitos de todos, sem exceção. Entretanto como coloca a entrevistada, alguns territórios como o de favelas, ficam à mercê da violência e da ausência de direitos. Neste sentido, Denis Mizne, destaca o seguinte:

“É compreensível que lideranças políticas importantes fujam do tema da segurança. Trata-se de agenda complexa que dificilmente será solucionada no tempo de um mandato. Mais ainda, nossa cultura, de prestar atenção ao problema apenas diante de casos emblemáticos, faz com que governantes tenham que a ocorrência de um crime espetacular possa desviar a atenção da opinião pública e colocar por terra anos dedicados a uma política consequente. Esses fatores contudo, podem e devem ser superados através de um diálogo claro com a população, sensibilização de formadores de opinião e dos setores organizados da sociedade e apresentação de um plano sério concreto” (MIZNE, 2005, pag. 334).

Neste sentido, vale ressaltar que quando se trata de pessoas mais velhas, os direitos civis, o direito de ir e vir, ou mais precisamente, a negação desse direito surge como elemento

fundamental para uma boa prática de segurança pública. Talvez por ser este o direito mais negado para estes.

Também perguntei se achavam que a segurança pública poderia estar relacionada a outras questões sociais. Para a entrevistada G,

“Acho que é segurança pública em si. Claro que existe uma ligação com a segurança pública e a cidadania. Muita gente deve conhecer os seus direitos, mas partindo do princípio de que é mais fácil compreender os seus deveres, os direitos ficam mais fáceis pra você compreender depois. A questão seria reeducar a população, reeducar os operadores de serviços. As pessoas precisam entender o que é uma segurança pública e até onde vão os seus direitos. Se juntar a segurança pública com a cidadania, efetiva mais reeducação da população. Começa a melhorar também a partir do momento que melhorar a questão de equipamentos e as pessoas que trabalham com segurança pública”(G 32 anos).

A entrevistada reflete a partir do ponto de vista de que, a estruturas de segurança pública, e isto inclui os seus agentes, devem ser reorganizados e ser dado apoio as essas instituições públicas, para que possam trabalhar suas fragilidades. A grande queixa feita pelas instâncias de segurança pública é a falta de infraestrutura, salário, sendo este último, para alguns, o motivador da corrupção policial. Assim, a entrevistada entende que o problema está na falta de entendimento das atribuições de cada um dentro da sociedade: os agentes de segurança pública e a população de modo geral. Reestruturar seria a solução sob seu ponto de vista. Claudio Beato nos traz a seguinte reflexão:

“Algumas agencias e programas estão mais naturalmente propensos a atividades de extirpar as ervas daninhas do que as de sementeira. Outras, como o citado PRONASCI, ficam mais a vontade com a intervenção social do que com as ações policiais muitas vezes necessárias. Não é trivial, portanto, o gerenciamento da sequencia, e a estratégia mais adequada talvez envolva o desenvolvimento de uma metodologia de ação em rede, em torno de problemas bem focalizados, através de camaras de gestão locais. Não se trata de projeto apenas para os próximos quatro anos, e o maior desafio será assegurar as condições de continuidade” (Beato, 2008, pag. 324).

Nossa primeira entrevistada A, afirma que:

“Hoje a questão social esta muito banalizada. No Complexo da Maré aparece dia de domingo na televisão: todos felizes na UPP!, comandante beijando neném... Banalizou muito a questão social, acham que com uma festinha vão resolver alguma coisa?! UPP distribuindo presente vai resolver o problema? Não tem

uma estrutura para resolver o problema. Tem gente com boa intenção, mas estrutura pra fazer não tem” (A, 21 anos).

Sob o olhar dos entrevistados esse processo poderia ser mais legítimo se questões básicas de fato fossem incluídas no programa. Por exemplo, se programas ligados a geração de renda fizessem parte desta política para atender famílias extremamente pobres. Por outro lado, também esta política de pacificação segundo os entrevistados, deveria pensar com maior profundidade as problemáticas sociais. Entendem que questões pontuais não resolvem o problema, na verdade como dizem, torna-os banais. Assim, lincar segurança pública e cidadania, é na verdade construir uma estrutura que de fato dê conta dos problemas sociais.

O entrevistado E. da mesma forma como aparece nas outras entrevistas, vê o Estado como aquele que é responsável pela segurança do território. Entretanto, diferente das outras falas, acrescenta que há uma responsabilidade local, cultural sobre este processo:

“André, como te falei, de repente não to sabendo me expressar tecnicamente como segurança pública. A responsabilidade total não é só do governo. A questão é cultural. Quando você fala segurança pública eu entendo que o governo também tem uma grande parcela de responsabilidade nisso, mas também há a comunidade nisso aí.” (E, 32 anos).

A articulação entre segurança pública e questões sociais aparece claramente na fala dos entrevistados, como também enfatiza F:

“Possível seria sim, quando teve intervenção lá em cima, fez cinco anos agora. Não seria o dever deles, trazer serviços sociais pra comunidade, mas trouxeram, mas são segurança pública, não deram continuidade. Começou uma beleza!, círculo de amizade, polícia e morador, os primeiros totalmente diferenciados, as pessoas atacavam eles não revidavam. Eu vi com meus próprios olhos! Eles nem revidavam, eu sou comerciante lá, só quando tinham alguma coisa muito hostil” (F, 40 anos).

O entrevistado faz uma associação direta à questão da cidadania e da Segurança Pública, entendendo que o Estado, não na figura da polícia, é quem deveria intervir no território promovendo o social. Entretanto, ressalta como positivo o fato dos órgãos de segurança pública tomarem para si tal questão e que, no território, caso tivesse sido dado continuidade, efeitos positivos seriam sentidos. A questão colocada pelo entrevistado é que, sob seu ponto de vista, não

houve parcerias com a segurança pública. A mesma, por falta de apoio teve de voltar a cumprir somente o seu papel que é o da segurança. No entanto, durante o tempo em que atuaram no social, a segurança pública, os agentes de segurança pública foram capazes de transmitir, a partir da postura, do envolvimento em atividades sociais, outros referenciais para o território, principalmente para os mais jovens. Assim, a relação de identificação no território com outros sujeitos, tornou-se logo possível para o entrevistado; contudo, é a retirada das Gestões Municipais e Estaduais deixaram a segurança pública sem força, segundo entrevistado.

O entrevistado chama a atenção também para o fato de que, a segurança pública, as UPPs é que foram colocadas como culpadas pela ausência de projetos sociais no território. Argumenta que a questão é que não houve investimento para que se desse continuidade aos projetos. A própria infraestrutura do território, a associação de moradores, por exemplo, segundo o entrevistado, foi prejudicada sem ter tido qualquer apoio para manutenção ou permanência em relação aos projetos. Neste sentido, se o estado não se fortalece no território outras forças vão continuar se fortalecendo, agora sob alegação de que o Estado no território não deu certo.

Em relação às políticas sociais, o entrevistado apresenta uma clareza e uma coerência importantes para se entender o processo político no Brasil. Faz um caminho de 1989 a 2002 chamando atenção às conquistas que foram agregadas ao cotidiano da sociedade brasileira, desde a constituição até o surgimento do governo Fernando Henrique Cardoso até Luís Inácio Lula da Silva.

É importante ouvir também as reflexões do entrevistado D. ao ser indagado se a segurança pública poderia estar relacionada a outros tipos de intervenção social:

Poderia, existiam vários projetos lá em cima, que era um projeto de socialismo. Poderiam melhorar bastante, mas não melhoraram em função da corrupção. Houve corrupção lá em cima, o que tinham que fazer não fizeram. Obras que eram para serem feitas para jovens, adultos, idosos, crianças também não ocorreram. Incentivo para cursos que eram para serem trazidos. A associação de moradores não existe mais! (D, 46 anos)

Para o entrevistado, Segurança pública e Cidadania casam de fato. Ao ser perguntado sobre essa questão, o mesmo não titubeia e logo associa os dois conceitos, informando que se tivesse de fato uma coesão entre os dois, ou se os projetos sociais tivessem continuado, tudo seria melhor. Neste sentido, podemos pensar em Luiz Eduardo Soares quando escreve sobre o papel

da Segurança Pública como um agente da Cidadania, chamando a atenção para o fato de que deve se ter o cuidado de construir possibilidades para os indivíduos e não apenas promover formas de regulação dos mesmos

Para o entrevistado falta administração. Fica clara a necessidade da presença do poder público no território. Durante todo o tempo o mesmo recorre ao Ministério público e as outras instituições públicas como responsáveis para organizar o território e isso de fato não ocorre. A presença desses órgãos no território, sob olhar do entrevistado poderia garantir a legitimidade. Ao insistir, perguntando, mas o que houve, sua resposta vem acompanhada de um silêncio e um riso embargado:

“Sumiu!!!!, não existe mais! Não tem secretaria. Nossa correspondência está em outro endereço. Estipularam um valor para se prestar serviço de carteiro. Estipularam um valor de 15 reais. André, de acordo com o levantamento feito na comunidade existem 1600 famílias, na estatística da obra. Multiplica esses 1600 por 15 ou 1000 por 15. 15 mil por mês vão pagar um salário mínimo pro cara, se pagar isso e o restante ? Se o valor fosse menor 2 ou 3 reais ainda seria um preço alto, no entanto seria melhor” (D, 46 anos)

O entrevistado apresenta discrição, cautela ao falar da associação de moradores. Entretanto em sua fala pode se perceber que pelo menos a sua localidade sem instâncias administrativas não tem como funcionar. Demonstra a necessidade de que se tenha sim uma gestão séria e confiável para que tanto ele como todos da comunidade possam de fato usufruir e legitimar as instituições locais.

A necessidade de se ter uma instância reguladora, administrativa no território que garanta de fato o bem-estar e o ir e vir dos indivíduos que moram na localidade, a todo tempo é uma realidade. Neste sentido, o entrevistado aos poucos com sua fala ajuda a desconstruir o mito de que a favela é o espaço da desordem da falta de leis. A necessidade de representatividade local é o tempo todo salientada. A partir destas inquietações do entrevistado, faço aqui uma reflexão então sobre a figura do Estado e do tráfico de drogas: Não tendo tendo instâncias públicas, legítimas e idôneas no território, não se está de fato dando margem para construção de poderes arbitrárias locais? Até que ponto o Estado é uma instituição legítima e forte que consegue garantir direitos e organização nestes e outros territórios da Sociedade? Como consequência, quase “natural” dessas reflexões, a temática da cidadania necessariamente surge. Assim, passamos para

nosso segundo tópico.

4.2 SOBRE SER CIDADÃO E CIDADANIA

A pergunta “*O que significa ser cidadão?*” também trouxe importantes reflexões. Os primeiros entrevistados tiveram dificuldades de responder essa pergunta. O entrevistado B respondeu pragmaticamente que “ser cidadão é andar dentro da lei, ser ético, cumprir a lei”. Diante dessa dificuldade sentida, que começou a me causar dúvidas se a pergunta estava clara correta, resolvi dar sinais de qual era o objetivo da pergunta, a ponto então de eu ter que formular uma outra que de fato estivesse mais próxima do universo dos entrevistados. Assim, elaborei a seguinte questão: “*Vocês se sentem enquanto jovens cidadãos valorizados dentro da comunidade?*”

“Eu costumo dizer assim, o fato de não ter mais confronto e transitar sem dar de cara com os garotos, já me sinto tranquila, por um lado valeu a pena. Era horrível ficar ouvindo tiroteio, agora ser valorizado enquanto cidadão não, o governo não entrou aqui e valorizou o jovem”(A, 21 anos)

Pensar cidadania no Brasil é algo bastante complexo. A primeira pergunta que talvez pudesse ser feita seria sobre que critérios os jovens seriam valorizados? Para ajudar na reflexão sobre essa questão, trago uma discussão desenvolvida por Wanderley Guilherme dos Santos:

“É quando o espaço público, social, se reduz ao puro conflito ou, na melhor das hipóteses, à diferença, que o papel pedagógico do poder adquire suprema responsabilidade. Por sua centralidade e visibilidade, o poder político se afirma como matriz de valores e paradigmas de conduta. Transições sociais aceleradas serão mais ou menos acompanhadas de “desordem” de todo o tipo em função da qualidade do exercício do poder e das normas que pautam esse exercício. Nas condições de estado da Natureza, o poder político tanto pode colaborar para gerar valores que restabelecem a solidariedade e a confiança sociais, reduzindo o conflito a níveis suportáveis, como, ao contrário, estimular o abuso e toda e qualquer tentativa de satisfação pessoal, independente do direito” (SANTOS,1993, pag.77).

Neste caso, o estado deixando o território de favelas à parte, sem cuidados, permitiu

que se configurasse outras relações que, de fato, garantiam interesses particulares e regidos também por forças particulares, que garantiam a liberdade e o direito a quem ou como lhes conviessem. Neste sentido, não temos o território de favelas indivíduos que de fato tem garantidos por parte de um poder idôneo, maior, reconhecidamente legal, a possibilidade de se exercer a liberdade baseada no princípio do direito igual para todos. Sendo assim, quando os entrevistados dizem que o Estado não os valorizou, neste caso então dizem que não lhes foram dadas condições mínimas reguladoras por um poder legal, para que os mesmos tivessem oportunidade de inclusão.

Nas entrevistas realizadas com aqueles na faixa dos 30 a 50 anos, temos a fala de D. Em seu entendimento, a noção de cidadania vem marcada pelo direito de ir e vir (ou a falta desse direito), bem como a cor da pele. Estas são as impressões do entrevistado sobre o conceito. Neste sentido a necessidade de que não haja discriminações principalmente de cor e que não se restrinja o trânsito dos indivíduos, são elementos principais do entrevistado para que o mesmo possa viver como cidadão. Assim, ao contrário do senso comum que exclui a questão da cor como problema marcado pela ausência de cidadania, o entrevistado ressalta a questão do preconceito racial como um entrave no que diz respeito ao exercício pleno da cidadania.

O entrevistado E. argumenta que:

“O problema é mais embaixo. Assim, o conhecimento lhe liberta e te torna muito crítico. Como eu lhe falei, eu venho estudando muito sobre política. O tráfico de drogas não saiu da comunidade, foi o fuzil que saiu da comunidade.” (E, 32 anos).

Nesta pergunta, o entrevistado não apresenta uma fala inocente no que diz respeito ao que ocorre hoje na sua comunidade. Apresenta na verdade suposições sobre a política de segurança pública instalada no território. Neste sentido, fica claro que o entrevistado não vê ainda este processo como legítimo e que, segundo seu ponto de vista, esta política serviu sim para a comunidade para alguns propósitos como a diminuição do armamento pesado. Penso então no trabalho de Luiz Antonio Machado, quando pergunta: “*Afinal, qual é a das UPPs?*” O autor questiona se esse processo vem para auxiliar de fato na construção da cidadania ou na verdade é uma política de regulação do território. Importante fazer esta pergunta pelo fato da própria população local, a seu modo, construir seu próprio questionamento sobre as ações da polícia. Neste sentido, o entrevistado me faz entender que havia sim uma outra expectativa em relação ao

processo chamado de pacificação no território.

O entrevistado F define como cidadão:

“Cidadão, ele tem que, na minha visão, ele tem que ter respeito ao próximo, tem que ter, o respeito e educação familiar, tem que ter a consciência de que se ele fizer, tentar, ou influir para que uma coisa dê errada, ou outra pessoa faça errado que vai prejudicar um outro cidadão, ele tem que saber que ele vai se punido. Tem que ser protegido pelas leis democráticas, pelo governo, pelo estado, tem que ser acolhido por isso aí, a lei tem que punir dentro dos conforme da lei, se roubou com arma, com arma, não fazer o que fazem, não botar o que botam hoje, um monte de coisas, ela erra, ela peca nisso. Mostrar pro cidadão, quando fez certo, o Estado tem que se redimir, pedir desculpa.” (F, 40 anos)

No que diz respeito à cidadania, diversos estudos na sociedade brasileira, apontam para uma relação de privilégios entre grupos, territórios, etc. Roberto da Matta quando reflete sobre a noção de indivíduo e pessoa, chama a atenção para essas questões tão comuns no Brasil. O indivíduo seria aquele que estaria sujeito às leis, deste modo, seria o que não tem influência na sociedade, não tem uma boa rede de amigos; ao contrário da pessoa que tem todo um aparato estrutural que garante o seu distanciamento das garras da justiça. Os privilégios, as preferências não estão ao alcance dos indivíduos mas sim das pessoas. Neste sentido, quando o entrevistado entende que ser cidadão é ter acesso a uma justiça que atue de modo igual para todos, aponta para o fato de como o território de favelas é marcado pela lógica do indivíduo, aquele que está sujeito às leis e que não é reconhecido na sua integridade pela sociedade.

James Holston, para ilustrar a fala do entrevistado e as reflexões de Da Matta, trás a seguinte questão:

“Toma o caso do Brasil como paradigmático de um tipo de cidadania que todas as nações desenvolveram em algum momento e que permanece entre os mais comuns :uma cidadania que administra as diferenças sociais legalizando-as de maneiras que legitimam e reproduzem desigualdade. A cidadania brasileira se caracteriza, além disso, pela sobrevivência de seu regime de privilégios legalizados e desigualdades legitimadas” (HOSTON, 2013, pag. 28)

Ao ser indagado se se sentia valorizado enquanto cidadão, o entrevistado F. responde:

“Eu sempre me senti, é de mim. Aquelas épocas brabas!, policiais na Baronesa parando todo mundo, sempre me senti valorizado e seguro de si. Melhorou mais,

ampliou mais, valorizou mais a minha casa. O tiroteio que era entre rivais diminuiu muito, a gente fica mais a vontade de andar pela comunidade. Ficou até vazio demais! Ficou mais tranquilo. A UPP ganha ponto comigo. Nesse ponto ai ela ganha comigo, pra chegar mais tarde de um trabalho!. Eu gostaria muito que continuasse assim pra melhor” (F, 40anos).

A questão que colocaria aqui nos remete novamente ao questionamento feito por Machado, mas eu reformularia a perguntaria e diria: Afinal qual é a da nova política de segurança pública em território de favelas, que tem a UPP como instrumento de ação? Pela fala do entrevistado vê-se que o problema grave do território, o fato de se estar exposto ao conflito armado diminuiu, não acabou. Por outro lado, no que diz respeito à especulação imobiliária, o próprio território de favelas se beneficiou com essa questão quando, tanto os imóveis do “asfalto”, localizados ao redor tiveram uma valorização significativa, como os do territórios de favelas “pacificados”. Entretanto, concordando com os questionamentos de Luiz Antônio Machado; seria somente esta a questão? Ordenar o território, estabilizá-lo dentro da conjuntura oficial ou ir mais além? Transformar este território e os indivíduos em agentes autônomos, capazes de reconhecerem e reivindicar por si mesmos o seus direitos, a fim de poder por eles próprios, em parceria com o poder publico, gerenciar seu próprio território, baseado na inclusão social, isto é, a mesma lei do asfalto também deve ser a mesma lei na favela?

A entrevistada G associa a falta de cidadania à questão da marginalidade, isto é, indivíduos que estão à margem da sociedade, à mercê das leis como coloca Roberto da Matta. Neste caso, segundo ela, todas as mazelas da sociedade são atribuídas a esse indivíduo. Este é o ladrão como diz, o contraventor. Não há uma relação com a condição desse sujeito com a questão da falta de oportunidades, por exemplo, que pode ser um fator preponderante para o papel ou posição que é colocado dentro da sociedade, que de fato não é colocado em questionamento.

“Eu acho que eu levo pra questão de ser cidadão, ser indivíduo, ser marginalizado. Porque as pessoas escutam a palavra marginal e acham que ele é o ladrão,ele é o contraventor, Não, marginalizado são todos aqueles que vivem à margem da sociedade. Ser cidadão então é ser consciente dos seus direitos e dos seus deveres. Se eu tenho que pagar um IPTU, se eu tenho que pagar uma água e entendo que aquilo que eu pago é um imposto e que naquele imposto diz que eu tenho direito ao lazer e a cultura, educação, saúde, e ao mesmo tempo eu não estou vendo esta cidadania voltar pra mim”. (G, 32 anos)

Na verdade de modo determinista e conservador, no Brasil, o cidadão era considerado aquele que estava dentro das relações formais, impostas pela sociedade. Assim, a carteira assinada, o local de moradia, os laços sociais, a cor do sujeito, a vestimenta definiam o indivíduo e o “cidadão de bem”, termo resgatado atualmente nos discursos extremamente reacionários que tem se propagado ultimamente no país.

O entrevistado D ao ser perguntado se se sentia valorizado, remete essa questão à discussão do IPTU:

“Agora eles tão querendo dar registro do IPTU. Eles querem parecer fazer urbanização. Mas não é válido diante do projeto que foi apresentado. A comunidade ia ser ligada à Santa Teresa, não ia ser algo a parte. Dá uma tristeza porque eu acho o morro pequeno, mas e muito agradável! A vista que tem ali é muito agradável! Eu gosto muito dali, mas a corrupção é um mal enraizado que não tem como acabar. Se entrar outro projeto ali, vai ter outra corrupção!” (D, 46 anos)

Várias questões são colocadas a partir do ponto de vista do entrevistado. O que me chama a atenção é fato de em todo o seu discurso, solicita a presença do Estado. O ministério Público, órgão que parece soar com maior credibilidade para o entrevistado, aparece como elemento central em todas as suas falas. O que é mais interessante é como apresenta a dinâmica de possibilidades de funcionamento da associação de moradores. O estado deve intervir, deve garantir o funcionamento da associação. Ao que parece, a presença de um poder para além do tráfico de drogas é o que deveria vigorar dentro do território e não foi o que aconteceu. Na verdade, não aconteceu.

Há uma consciência do ponto de vista do entrevistado de que o Estado, Prefeitura “maquiaram” a localidade. Segundo o entrevistado, os projetos sociais que entraram não foram fortalecidos pelo Estado. Novamente a figura do poder público como responsável pelo desenvolvimento do território é reivindicada. A presença de políticas sociais para além da força policial é apontada com uma necessidade para que de fato o território se transforme. No próximo item, as reflexões se voltam para esse território.

4.3 SOBRE O PERFIL DA FAVELA

Neste sentido, retorno a uma imagem comumente vinculada: a favela como o local da desordem, da falta de leis. Ouçamos primeiramente os mais jovens:

“Acho que falta de leis não!! Eu estudo em uma faculdade de Direito e tem gente com todo tipo de pensamento, tenho colegas que vivem um mundo totalmente diferente. Acho que aqui não é falta de lei, se o Estado não impõe, há gente que impõe. Como uma amiga minha falou que nós vivemos duas legislações: a legislação do estado e uma legislação prática (local)” (A, 21 anos).

“Há um embate entre as leis do estado e as leis do tráfico, principalmente desde que a UPP entrou, tem gente que obedece ao tráfico, tem gente que obedece a UPP” (A, 21 anos).

“Eu diria que são leis ditadas, porque lei tem, vamos dizer assim que não são leis corretas. Aqui tem som uma hora da manhã e alto. Tem leis, mas não são corretas. No asfalto não tem esse tipo de problema” (C, 17 anos).

Para estes, fica evidente a existência de leis, mas apontam para uma diferenciação entre o asfalto e a favela. Para o entrevistado D:

“Não. Existe, a gente sabe que existe a lei dentro da comunidade, você vê, mas você é cego, você é mudo, você é surdo. Não tem como você chegar e falar. Se você viu, vc fica anônimo, ou vc se expõe ou diz que não é com vc. Hoje eu sei que posso ir na delegacia e fazer um boletim de ocorrência se eu for roubado na rua. Eu sei. Agora, desordem dentro da comunidade, não vejo assim. Existem algumas pessoas ousadas que fazem barulhos! Mas bagunça, bagunça não vejo assim dessa forma. A sociedade em si vê as comunidades carentes como um problema onde que só tem marginal, mas não é verdade, se você for ver as pessoas que prestam serviço nas áreas nobres são de comunidade, são pessoas de bem. Por exemplo, você saiu da comunidade e hoje é um professor, certo? Eu moro em comunidade, estou com meu umbigo enterrado lá ainda, mas um dia penso em sair, mas não tenho problemas onde que eu moro. Não tenho problema com ninguém ali. É ruim em determinados aspectos, sim, qual seria o ruim? (não responde a própria pergunta!). Depois da pacificação posso levar meus amigos. Durante um período atrás não podia fazer isso. Hoje, no meu ponto de vista, melhorou 80 por cento. (D, 46 anos)

O estereótipo da comunidade, como espaço da marginalidade é também uma das questões apontadas pelo entrevistado, na verdade por vários entrevistados. Sob seu ponto de vista este olhar construído é o que prejudica a favela. Por outro lado, diz que a intervenção do governo

trouxe um outro tipo de lei para o território a lei imposta pelo estado. Deste modo, entende que o trânsito ficou melhor dentro do território. Amigos podem ser convidados e subir a localidade. Neste sentido, outros referenciais começam se estabelecer no território. As leis sob outra ótica e ponto de vista sempre existiram. O que tem agora é o conflito com as leis consideradas oficiais que a principio não seriam só da favela mas de toda a sociedade.

A negação desse espaço como um espaço sem leis, a negativa de uma visão estereotipada desse território, faz o Entrevistado E questionar a palavra favela:

“Cara eu acredito que... Eu vou falar de comunidade vou falar de comunidade, eu não sei qual a origem da palavra favela, eu gosto muito de falar comunidade, eu acho que a palavra favela diminui muito mais ainda as pessoas que moram lá” (E, 32 anos).

Nesta pergunta o entrevistado não vai direto a questão mas decidi não interromper a sua argumentação. Nesse sentido, o olhar que coloca em primeiro lugar é de como a sociedade olha para o território, a começar pelo nome favela ou comunidade. Assim, fica na fala do entrevistado reconhecido o sentimento de incômodo quando um dos termos é usado (favela) sob seu ponto de vista, muito mais para marginalizar os indivíduos e o território. Neste momento me remeto a pensar no trabalho de Jailson Silva e Jorge Luís Barbosa (2003), quando trazem citações do Correio da Manhã, demonstrando como a sociedade olhava para a favela. Na fala do entrevistado parece que algo que ocorrera a aproximadamente três séculos, ronda a cabeça dos indivíduos e o território ainda hoje. Neste sentido, quando no início do século associavam favela a um espaço perigoso, miserável e distante da realidade da grande cidade, o entrevistado parece apontar que essas mesmas questões, hoje, ainda fazem parte da vida dos indivíduos.

Ao solicitar que falasse um pouco mais sobre a questão da classe média na favela, ele afirma a existência de uma classe média na favela que está surgindo e se mantendo na localidade. Por outro lado, trás também questões que não aparecem em outras argumentações. Por exemplo, o fato do mesmo entender que o território de favelas ou comunidades hoje, na atual conjuntura seria ainda o melhor espaço para sobrevivência. Neste sentido é que admite haver melhorias com o processo de pacificação e chama a atenção para o fato de que há uma outra classe invadindo as favelas ou surgindo nas favelas: uma classe média. O entrevistado me fez remeter a trabalhos em curso que falam da nova classe média no Brasil. Indivíduos que se tornaram públicos

consumidores e que fazem mudar o perfil da economia brasileira, transformando uma parcela da sociedade que antes estava posicionada a uma linha abaixo da pirâmide (os pobres) em classe média³⁵

“Eu to dizendo as pessoas, não só a classe pobre, mas as pessoas que estão se tornando classe média na favela, estão se mantendo, estou falando de pessoas que gostam de andar corretamente” (E, 32 anos).

O Entrevistado F sobre essa questão da favelas como espaço da desordem e falta de leis, reflete que:

“Há desordeiros, mas não falta de leis. Como qualquer prédio, existe as leis, internas do condomínio e as leis do Estado, quer dizer, leis tem até demais!. A que é imposta pelo síndico e as leis do Estado. O morador segue leis até demais!, não há tanta desordem porque existem o síndico!.” (F, 40 anos).

O entrevistado faz comparações entre a lei do Estado e a lei que vigora dentro do território. Não existe a possibilidade dos indivíduos desobedecerem à lei externa, mas deixa claro que a lei que vigora internamente no território é de fato mais reconhecida do que aquela que vem de fora. Neste sentido, Marcelo Burgos irá falar sobre as relações informais que ocorrem dentro do território de favelas. A partir delas, os indivíduos constroem certa ordem e estabelecem sentido dentro do território. O autor irá salientar que esta lógica de relações acontece prioritariamente em territórios onde o Estado de certo modo se tornou ausente. O entrevistado chama a atenção para o fato de que a política de segurança proposta para o território a partir das UPPs, não esta funcionando:

“O maior problema da UPP, é que, ta tendo um problema muito sério!, eles não tão mais fazendo o trajeto, o serviço dentro da comunidade não ta tendo estrutura, dão uma voltinha e voltam. Eles mesmo estão deixando de dar o respeito. Eles recuaram, não tão dando mais aquela noção de cidadania que antes tavam dando pra população, que tava começando a entender a questão do direito do outro, etc” (F 40 anos).

O olhar apresentado pela Entrevistada G para a questão da falta de leis na favela, me remete as reflexões sobre do pensamento liberal:

³⁵ Para quem quiser se aprofundar existem os trabalhos de Jessé de Souza: “A ralé brasileira” e “ A nova classe média” de Marcelo Neri, que tratam da questão das classes no Brasil.

“Bom, acho que isso depende do olhar de cada um. Se eu falar para você eu to generalizando que todos ali são fora da lei, sendo que não é isso. Por exemplo; eu sou nascida e criada dentro uma comunidade, 30 anos dentro de uma comunidade. Nunca roubei, nunca usei nenhum tipo droga. Existem muitas pessoas de bem ali. Essa visão vem desde os primórdios, essa visão que o negro que não tinha pra onde ir e foi para ali. Infelizmente hoje tem pessoas na comunidade que chamam a atenção de maneira negativa. Não necessariamente a favela é um lugar da desordem. A minha bisavó pagou até sua morte o seu IPTU dentro da favela. É claro que tem que haver um programa de socialização das pessoas, precisa”. (G, 32 anos)

Apesar de fazer uma conexão histórica sobre a ocupação dos negros, o que a entrevistada destaca de certa forma, é uma visão bastante introjetada socialmente de que a responsabilidade é do próprio sujeito que de fato não aproveitou oportunidades, não as construiu e por isso sofre o dilema do seu próprio fracasso. Neste sentido, muito comum dentro das camadas menos favorecidas ter indivíduos que culpam a si mesmos pelos seus “fracassos”, não conseguem ampliar a reflexão, para apontar problemáticas que impediram o seu sucesso e que são na verdade de algum modo, vítimas de um sistemas que propõe desigualdades para indivíduos principalmente de áreas pobres ou oriundos de territórios conflagrados.

Procurei averiguar, também, acerca da infraestrutura local. Houve mudanças? Aconteceram melhoras? Começamos ouvindo a fala dos mais jovens:

"Ali embaixo os engenheiros não souberam fazer um planejamento certo, não souberam fazer uma escada, tiveram que chamar meu tio" (C, 17 anos)

"Aí ficou comprovada a roubalheira que o governo faz, saiu e entrou quantas empreiteiras? Quebraram e refizeram não sei quantas vezes! As casas que eram pra sair não saíram. Fizeram de qualquer jeito, materiais horríveis, casas pintadas estão desbotadas, duvido que uma rua daqui a cinco anos não vai estar com problema! O que a gente vê é que no morro, agora obra parou de vez, não sei se acabou, não sei!" (A, 21 anos).

A proposta de intervenção do Ministério das Cidades em territórios vulneráveis que por ventura viessem a sofrer intervenções de obras era de provocar o diálogo com o território. Neste sentido, a cada obra a ser realizada nesta área, era necessário apresentar o projeto para a comunidade, discutir juntos, isto é, equipes de obras e comunidade. Ouvir as demandas, as problemáticas, avisar sobre intervenções de modo antecipado, criar comissões locais de

acompanhamento de obras. Ter uma equipe de trabalho social, ou seja, uma pequena parte do projeto de obras deveria ser destinada para o trabalho social. Este deveria se movimentar no território a partir de tres eixos: o primeiro é a geração de trabalho e renda, que demarca as possibilidades de um território ser autossustentável e desta forma como poderia ao longo do tempo se auto gerir; o segundo, é a educação sanitária e ambiental, que tem como proposta entender as problemáticas ambientais do território, construir campanhas e articular com o poder público local; e o último eixo é a mobilização e organização comunitária, que tem a finalidade de mobilizar o território para que o mesmo fosse capaz de discutir e construir soluções para suas problemáticas, através de parcerias, principalmente com o poder público, organizar mutirões para resolver retiradas de grandes quantidades de lixo, entulho, etc. Construir comitês de acompanhamentos de obras e outros ligados à sustentabilidade e gestão de impactos, estimular o diálogo permanente entre poder público e território. A grande queixa e que aparece na fala dos entrevistados é que nenhuma dessas propostas foram para frente de fato. Todas ficaram pela metade, frustrando expectativas.

No que diz respeito à Gestão pública, para dialogar com esse questionamento do entrevistado, chamo atenção para o fato de que, esta é uma questão no Brasil muito recente. O próprio termo ainda soa estranho para muitos. O serviço público há muito no Brasil, sempre foi confundido com o Universo privado. A Política do patrimonialismo. Os interesses pessoais invadiam as repartições públicas sem o menor pudor. Assim, as relações pessoais prevaleciam nos ambientes públicos. O que temos então no Brasil é uma política baseada no princípio da cordialidade, patrimonialismo, nepotismo, clientelismo, dentre outras práticas para além da ordem legal, que foram, ao longo do tempo se sofisticando de acordo com a realidade. Deste modo, os territórios no Brasil viviam sob o mando local que se articulava com as políticas oficiais.

Assim, os entrevistados quando falam sobre a melhoria no território, chamam a atenção para o fato de que a Gestão pública, na maioria das vezes agiu no território de modo extremamente negligente. Não veem com legitimidade o processo de mudanças estruturais. Apontam para o fato de que as mudanças estruturais nos territórios de favelas, sob seu ponto de vista, tendem a ser tendenciosas a ponto de privilegiar uma área mais que a outra. Além disso, mesmo com esses privilégios, chamam a atenção para o fato de que a qualidade deixa a desejar. Alegam que todo esse processo não tem nada a ver com o território, mas sim tem a função de

impressionar estrangeiros. Questões básicas ligadas à saneamento, por exemplo não foram resolvidas.

“Acho que eles investem mais nas comunidades que eles tem mais visibilidade do que em outras...Pavão, Pavãozinho. Aqui não tem tanta visibilidade como nos outros morros, Dona Marta, etc., se você for lá vai dizer que aquilo lá não é morro .Eles fazem as coisas não é pra gente é para o turista” (C, 17 anos).

Segundo o Ministério das Cidades, todo o processo de intervenção de obras que forem ocorrer em qualquer território, marcado por precariedades, como o territórios de favelas cariocas, seria necessário, previamente, mobilizar a população local, informar sobre o projeto de obras e apresentar o projeto de obras. Discutir com o território sobre o processo de intervenção, os problemas e soluções que podiam ser construídos com a comunidade. A questão é que nada destas exigências foram seguidas a risca. Muitas da vezes, a população não sabia dos projetos de obras. Além disso a mobilização social deveria ocorrer paralelo às obras, o que nunca acontecia. Ocorre que é acionada de modo inevitável uma frustração, pelo fato de entenderem que aquilo que fora planejado, mesmo que sem a consulta da maioria local não foi pra frente. Alimenta o descrédito na eficácia do poder público e na possibilidade de acreditarem que possam de fato serem responsáveis também pela gestão de seu próprio território.

Há o reconhecimento que a comunidade (e suas moradias, etc) ficou mais valorizada:

“De fato lá ficou mais valorizado, ficou mais urbanizada as casas valorizaram. Eu, como corretor, acredito que se continuar melhorando será mercado imobiliário do futuro. A minha meta não é me manter lá, mas acredito que vai melhorar, prefiro acreditar que vai melhorar, vai continuar.” (E, 32 anos)

“Valorizou bastante. A comunidade ficou muitos anos sem obra. Entrou essa obra do PAC. Entrou a obra da Prefeitura com pintura reboco, duas obras: Prefeitura e Estado. O que acontece?! Cabral e Pezão Parou tudo!. Falta iluminação terminar, a questão da água, diziam que iam colocar hidrômetro. No inicio, teve diálogo, teve tudo. A ausência do poder público, da segurança pública e dos serviços sociais no Morro da Coroa, eu te digo, ta grande demais!. Porque os policiais estão ali, pouco andam e o serviço social já era. Não voltaram mais com as obras.” (F, 40 anos)

“Houve um impacto bem grande, bem positivo, pavimentação, tratamento de esgoto. O que a gente reclama é o tratamento das clínicas da família. O posto da saúde de Santa Teresa não atende mais as pessoas da comunidade, somente na clínica da família no Catumbi que a comunidade é atendida. Ficou mais difícil

de tratar as doenças mais complicadas. Criou-se um atendimento dessa história: o médico do Fallet não pode atender o pessoal da Coroa, e assim vice-versa, um médico pra cada comunidade. O atendimento ficou muito espaçado, demora muito” (G, 32 anos).

O histórico das favelas no Rio de Janeiro é de construções de mutirões que eram realizados para obras de infraestrutura como saneamento básico, onde os próprios moradores calculavam quantidades, medidas etc., muito pelo fato de serem profissionais da construção civil, ora autônomos, ora contratados por empresas privadas ou até mesmo da prefeitura. A questão é que até os anos 80 essa responsabilidade pelo lugar não era compartilhada pelo poder público. Neste sentido, se algumas ruas ou vielas eram pavimentadas dentro do território, eram as cooperações que as tornavam possíveis. Esta ação coletiva no território de favelas ajudou a construir entre os moradores um espírito de solidariedade que era compartilhado cotidianamente. Os indivíduos, de certo modo, criam uma rede de proteção que garantem a sua sobrevivência no território de favelas. Desta forma, podemos apontar o aspecto particular como a proximidade entre os moradores, em função de problemáticas comuns que acabam auxiliando a produção de redes de solidariedade, fazendo com que fortaleçam laços identitários locais.

A importância dos projetos sociais é também destacada:

“Com certeza, irmão! Com certeza!. Tudo bem, eu sei que tem questão que se cismar não tem jeito, o muleque vai mesmo!. Mas você ia recuperar uns três! As criança no começo foi até ameaçada! “uma coisa é uma coisa! Outra coisa é outra coisa!”, a gente falava!. No Complexo do Alemão teve gente que morreu. Se essa porcaria desse poder público não continuar insistindo no trabalho social, é aquilo que eu falei lá atrás, a força e a resistência, quem ganha?” (F, 40,anos)

Percebe-se que em todas as dimensões, a necessidade de uma intervenção qualificada do Poder Público aparece como fundamental. O processo de pacificação no território, segundo o relato da entrevistada G trouxe também um processo de distinção de territórios. Nesse sentido, lembrando de Pierre Bourdieu, penso que o acesso ao capital social mesmo quando for promovido para todos, terá em si um grau de distinção, pois nunca será o mesmo para o mesmo público. Existe uma tendência de haver uma alteração para cima ou para baixo, pois os indivíduos são diferentes, assim como sua capacidade de agregar capital, deste modo o processo de distribuição será feito valorizando o potencial agregador de cada grupo. Assim, a classe média de

Santa Teresa e as pessoas não oriundas de favelas, terão acesso ao posto de saúde e aos seus programas. Os negros e os pobres das favelas terão acesso a clínica da família e em hipótese alguma se pode dizer que essas populações não estão sendo atendidas pelo poder público. Afinal de contas há um equipamento público destinando somente para eles a fim de atendê-los da melhor forma, dentro da realidade é claro.

Tendo discutido segurança pública e cidadania e refletindo acerca do território onde vivem, passemos agora ao tema central dessa dissertação, conhecer a opinião dos entrevistados acerca do processo de pacificação.

4.4 SOBRE SEGURANÇA E LIBERDADE

Busco, nesse item, saber se houve mudanças após a instalação das UPPs e se este processo possibilitou a segurança e a liberdade.

"De certo modo (proporcionou a segurança), não pode é dar brecha. A qualquer momento pode acontecer alguma coisa" (C, 17anos).

"Minha mãe sempre quando ele (o irmão mais novo) sai pergunta se tá levando a carteira, sempre pergunta!" (A, 21 anos).

As questões colocadas pelos entrevistados chama a atenção pelo fato de apresentarem particularidades do território. A ordenação no território, segundo suas falas, funciona sob o jugo de grupos que não são reconhecidos como oficiais e que neste momento batem de frente com outras forças que se instalam de modo legal. Entretanto, o histórico de ausência do poder público, o problema com a questão da credibilidade, a falta de fé na eficácia ou resolução de fato dos problemas, fazem com que os indivíduos ainda estejam atrelados a uma lógica local de relações de poder, reconhecidas informalmente, pautadas em leis e códigos específicos do território e regidos por indivíduos que representam a si mesmos.

Assim, a relação com o poder local, sob o ponto de vista dos jovens ainda é uma questão. Subjetivamente então, a população ainda está atrelada a esses códigos simbólicos. Por outro lado, o poder público que poderia agir como um interventor, mediador de conflitos ou

mesmo uma referência mais ampla no que diz respeito a execução de leis mais gerais, mais universais, não o faz, segundo os entrevistados. Talvez esse seja o agravante que faça com que hajam de modo dúbio em relação ao cumprimento das leis. Burgos (2005) sobre esta questão irá dizer o seguinte após analisar uma foto onde dois policiais apontam uma arma para uma criança uniformizada:

"Embora chocante, a foto não deixa de revelar uma cena comum nos territórios: uma criança negra, um casebre em uma favela e a humilhação rotineira promovida por policiais treinados para a "guerra urbana". O uniforme da escola pública que o menino veste lembra a presença de um Estado que promove o acesso à educação; em contrapartida, os dois policiais, com seus fuzis autorizados e sua indumentária oficial, cumprem as ordens do mesmo Estado, que não respeita os mais elementares direitos civis. Com a força de uma única imagem, o núcleo da questão social brasileira é revelado em toda sua dramaticidade: a promoção dos direitos sociais desconectada dos direitos civis" (BURGOS, 2005, pag.26).

Vera Malaguti (2003) quando fala sobre o medo na cidade do Rio de Janeiro, chama a atenção para o fato de como os órgãos oficiais, Igreja e Estado, disseminaram o medo na cidade e por este motivo a insegurança tomou conta de toda a cidade. No território de favelas ou comunidades, a partir das falas dos entrevistados pode ser identificado esse medo. Segundo eles, a polícia trará de uma hora para outra o terror, ou mesmo as facções rivais irão disseminar o terror no território, independente de qualquer situação de controle. Esse discurso demonstra o quanto a instabilidade está presente no território e o quanto não há, neste primeiro momento uma expectativa que de fato haja uma intervenção que faça com que acabe de fato o tráfico de drogas e com os conflitos entre facções ou entre polícia e facções.

4.4.1 SOBRE O RACISMO

Falando de segurança e liberdade, a dimensão do racismo vem à tona. Em relação ao contato com a polícia, existe por parte do entrevistado C. certa naturalização da situação. Ao ser perguntado se já foi parado pela polícia (trata-se de um jovem negro), responde que sim; "uma três ou quatro vezes, mas em todas às vezes eles me pararam sem problemas, foi tranquilo" (C, 17 anos). Tento refletir com ele os motivos para a polícia agir dessa forma:

"Acho que a policia faz isso porque fazem o seu trabalho, nenhum deles faltou com respeito comigo, tem morador que não aceita, da uma de autoridade, se trata com educação eles vão te tratar com respeito também. Houve uma evolução sim, mas tem que melhorar, tudo tem seu tempo de adaptação"(C 17anos).

A visão estereotipada e racista perpassa o cotidiano e é reconhecida na prática dos policiais e seguranças vejam na argumentação do entrevistado C:

“Se você tiver aquele jeito meio malandro, olham pra você e falam: há! Bandido!” (C, 17 anos).

"A minha irmã outro dia estava na loja com a minha mãe e o segurança da loja estava seguindo elas, é que eu não estava lá, se estivesse havia arrumado um problema, tinha processado as Lojas Americanas!" (A, 21 anos).

Ramos e Musumeci (2005), no trabalho realizado sob o título: “Elemento suspeito” afirmam que raça ou cor são fatores determinantes para que um jovem ou um indivíduo considerado suspeito, sofra abordagem e revista policial:

“No total dos abordados, 6,5% declararam ter sofrido ameaça ou intimidação durante a última experiência, essa proporção mais do que dobra entre os respondentes autodeclarados pretos(13,4%). Os pretos(que são 11% da população carioca e 10,8% dos pardos pela polícia)representam 22,5% dos que afirmaram ter experimentado ameaças e intimidações. Ao mesmo tempo, é digno de nota o fato de os autodeclarados pardos relatarem ter sofrido ameaças em proporção menor que os brancos" (RAMOS, MUSUMECI, 2005, pag. 35).

Ramos e Musumeci também coletaram o seguinte comentário de um dos policiais ao contar sobre um caso de abordagem relacionado a questão do estereótipo:

“Procurem melhorar sua apresentação pessoal, melhorar a sua dicção. Arrancar o boné da cabeça, pentenar o cabelo, vestir uma roupinha melhor e saber falar. Se ele tiver essa boa educação, não vai ser parado. Ele tem ser menos marginal, ter menos biotipo do marginal, ter mais biotipo de cidadão" (RAMOS, MUSUMECI, 2005, pag.84).

A questão do estereótipo no território é ainda uma problemática. Obedecer determinados padrões de comportamento, vestir algo que não esteja fora daquilo que já é entendido como normal ou como possível para determinado grupo, pode ajudar ao indivíduo a se

desvencilhar desta área dura a qual Livio Sansone (1996) se remete. Este autor em uma pesquisa realizada com jovens em uma comunidade chamada Camaçari na Bahia, diz que o negro, os jovens negros principalmente estavam sempre sujeitos aos confrontos entre as áreas duras e áreas moles. As áreas duras seria o universo da paquera, o casamento, o trabalho e finalmente o contato com a polícia. Neste caso os jovens negros, homens e mulheres negras teriam maior dificuldade de enfrentamento no seu cotidiano com essas questões. As áreas moles seria a vivência dentro da própria comunidade onde o indivíduo é reconhecido.

Pensemos no Entrevistado E, que fala de um racismo “às avessas” que estaria ocorrendo na favela.

“Não vejo nenhum processo de racismo. Racismo tem em cima de quem é branco de olhos verdes. Hoje a gente tem hostel, mas eu acho que a discriminação é mais pelo fato de você ser bem de vida. Se você me perguntar como está sendo a recepção por parte da polícia, esta sendo 10 eles estão se esforçando para se aproximar de nós. Ainda há essa visão do tráfico ter um chefe na comunidade. Meu filho daqui uns anos vai olhar diferente pra essa questão.” (E, 32 anos).

O entrevistado chama a atenção para a possibilidade de um racismo às avessas na comunidade e não uma questão racial entre negros e brancos por exemplo ou polícia e negros dentro da localidade. Ao contrário parece afirmar que essa questão não existiria. Por exemplo, em relação polícia e a localidade em sua visão, os mesmos chegam ao território para cumprirem o que seria o “seu papel”. Podemos dizer que o entrevistado toma para si o discurso de fora em relação à favela; neste sentido, podemos perceber como a lógica do poder simbólico instalada na consciência dos indivíduos ainda se faz presente e faz com que o dito dominado tome para si a visão do dominante, tal como na localidade estudada por Elias e Scotson (2000). Mas essa é uma reflexão que, pelo menos em meus entrevistados, não é majoritária. Os mais jovens como vimos apontam com clareza a vivência do racismo, mas também o não conformismo, a não adequação a viver essa situação.

O Entrevistado F, por exemplo, aponta como evidente não só a existência do racismo, mas também o modo como este se introjeta em todos:

“Vou te responder, ser negro no nosso país... Nós somos racistas, somos até entre a gente. É um pouco mais complicado que o índio pelo fato de terem uma

proteção Federal, os negros não têm. Ser negro na comunidade é tentar mostrar e mudar a si próprio, o modo de pensar. Eu não sou negro favelado: sou negro que mora numa comunidade, no morro, mas eu moro porque eu não tenho condições. se eu tivesse estudo adequado para pagar um apartamento na Gávea, Humaitá, qualquer negro moraria lá, porque não é qualquer negro que tem condições de morar nesses lugares. A gente tem que morar na comunidade”. (F, 40 anos)

Todo esse processo remete à história de nosso país. O território de favelas no Brasil foi associado a um local de “refúgio” dos pobres (e conseqüentemente, dos negros majoritariamente) com a advento da grande metrópole. No Rio de Janeiro, o Governo Pereira Passos ao promover a “limpeza” na grande cidade, permitiu que ao redor, nos morros fossem construídas casas, “barracos”, para que aqueles que moravam nos cortiços pudessem deslocar-se. Começa de fato a divisão da cidade, onde pobres e negros teriam de fato acesso a regiões marcadas pela precariedade e outra parte da cidade onde indivíduos de camadas sociais mais elevadas teriam outro espaço demarcado. Mas para além de uma dimensão econômica, caberia perguntar se essa questão colocada pelo entrevistado fosse resolvida, isto é, se os negros tivessem condições de morar em outros lugares, em melhores condições se estariam diluídas todas as problemáticas que envolveram esses grupos? A questão é saber do porque somente negros e pobres foram expulsos da grande metrópole. Por causa do dinheiro, somente no caso dos brancos pobres ou em função do dinheiro e da cor no caso dos negros que ocupavam também os espaços dos cortiços da grande cidade?

4.4.2 SOBRE A QUESTÃO DA AUTOESTIMA

A Entrevistada G ao ser perguntada se sentiria valorizada enquanto mulher jovem e cidadã dentro do território me responde que:

“Eu me sinto valorizada mesmo depois da UPP, me sinto um pouco mais olhada como cidadã, pois essa questão de desarmar de certa forma me ajudou, já não tem mais aquele baque de chegar à minha comunidade, na minha residência e ver um cara armado que pode disparar aquela arma. A gente não tem amigos só de lá, a gente tem amigos de todo os tipos e que não tem nenhum problema em entrar numa comunidade”. (G, 32 anos)

A grande questão que atinge a todos, tanto moradores de favelas como pessoas que moravam no “asfalto”, são os conflitos armados. Os moradores dos territórios de favelas ficavam tanto à mercê do tráfico como da polícia. A estratégia de somente combater os conflitos armados nas favelas, nunca foi veiculada com tal clareza na mídia. Ao contrário, o que se viu nos jornais foi a ideia de que o Estado iria devolver para a população um território que já era delas por direito (essa foi a fala de Jose Mariano Beltrame, em O Globo 2008). Neste sentido, pode-se argumentar que se o morador de uma favela pacificada escuta tal argumento, entende que o Estado tomará conta de todo o território e o tráfico deixará de existir, assim como o conflito armado. Efetivamente, isso não ocorreu. Entretanto, os ganhos devem ser admitidos como coloca a entrevistada. O trânsito melhorou, a sensação de liberdade de certo modo foi resgatada. Isso então legitima o processo dentro do território. No entanto, a sua consolidação seria de fato se todas as etapas que marcam o conflito e as mortes no território fossem combatidas e a principal delas seria o comércio de drogas.

A questão da mulher negra no Brasil (que não é a temática dessa dissertação) começa com a sua vinda da África para diversas regiões do país, tendo que conviver com a separação dos seus filhos e sujeitar-se aos horrores da senzala ou aos caprichos da casa grande. Entretanto, apesar das adversidades, podemos ter notícias de diversas mulheres negras guerreiras que atravessam seus tempos, rompendo com questões que as aprisionavam tanto pelo viés da cor, como pelo viés da questão de gênero. Nos tempos atuais, referências mesmo que distantes do discurso para a entrevistada pode ser Benedita da Silva, Zezé Motta, Ruth de Souza, Eliza Lucinda, Conceição Evaristo. Mulheres que dentro de suas especialidades, reinventaram suas histórias e tornaram-se referências para tanta outras que ainda vivem o jugo do preconceito racial e de gênero. Mas não se podem negar a existência das guerreiras anônimas, mulheres que a partir do seu cotidiano desafiam o conformismo e o que seria o seu destino de classe, de gênero e cor. Nesse sentido, as mulheres das favelas devem ser analisadas para além da figura de mãe, comumente a mais destacada. Em um território tão adverso como a favela e marcado também pela masculinidade, a entrevistada construiu recursos que possibilitaram romper com a sua própria história e desse modo construir outra, marcada pela dignidade pela auto valorização.

“Eu me sinto bem valorizada, sempre me senti bem valorizada. Parte primeiro de você. Algumas pessoas podem dizer; “Ah, quem mora em comunidade não

escuta um Tom Jobim!, eu escuto!, conheço meus direitos como mulher, negra, nova. Embora eu tenha tido meu filho cedo, não teria que me achar menor, sem valor”.

“Eu precisava estudar, eu tinha uma filhinha, eu não queria ser só mais uma. Eu precisava traçar um caminho e construir um objetivo. Minha mãe não tem faculdade, mas é muito esclarecida. Eu nasci dentro de um barraco de madeira e hoje moro em uma casa de alvenaria dentro do morro, me formei em técnica de logística pelo SENAI, estou no sétimo período de enfermagem, por estes motivos, me sinto realizada como pessoa, mãe e filha, ser humano. Você começa a estudar, entende que a auto estima vem de você, todo mundo pode dizer de você, mas se você não perceber isso, você não vai desenvolver isso bem. Eu conversei com pessoas, meu namorado me orientou muito”. (G, 32 anos)

Esta entrevistada apresenta uma expectativa que poderíamos ver como positiva em relação às UPPs. E aponta mudanças no reconhecimento dos moradores em relação ao lugar onde moram. Perguntei se achava que os jovens se sentiram mais valorizados após esse processo e ela aponta algumas mudanças:

“Sim, você vê até como as meninas, os adolescentes dizem; “eu moro na Coroa”, você vê a maneira de falar. Antigamente, antes da UPP; “moro em Santa Teresa, Catumbi”, mas hoje!, você vê que as pessoas falam; “moro na Coroa”. Estamos engatinhando para ser considerado parte de uma sociedade”. (G, 32 anos)

Novamente na fala da entrevistada aparece a expectativa em relação ao processo de “pacificação” no território. Principalmente em relação aos jovens, que seriam os mais atingidos com a problemática das drogas e do trânsito, seja no asfalto, seja de uma favela para outra. Quem viu o filme: “*Maré – Histórias de amor*” pode entender bem esta questão: jovens de um mesmo território, no entanto dividido por facções rivais, não podem transitar livremente a ponto de um casal de namorados se arriscar em ter relações, mesmo ambos sendo de territórios adversários. Nesse sentido, para os jovens, a sua autoestima, neste primeiro momento foi de fato resgatada. A inserção de projetos sociais por parte da polícia, mesmo sem o diálogo com outras instituições, colaborou para isso. Assim, a expectativa da população era que de fato a juventude iria ter outras opções ou referenciais para além do tráfico de drogas.

“Hoje, os jovens ainda chamam a atenção de forma negativa. O Funk com apologia ao sexo. A segurança pública deveria fazer uma união com a questão da

cidadania. Não tem como falar em cidadania sem falar em segurança pública, posso estar errada”(G, 32 anos)

Lembrando que para um jovem a relação com a identidade e o território onde reside é extremamente importante, por isso o investimento em projetos sociais, a parcerias com vários outros órgãos do estado para viabilizar políticas, seria preponderante.

É importante saber se avaliam que existe diferença entre as gerações, por isso perguntei se achavam que os jovens dessa nova geração nascida na favela enfrentavam essas questões com mais facilidades que as gerações anteriores. A Entrevistada B responde que acha que sim.

“Eu não sou barraqueira eu não sou confuseira, mas eu gosto de lutar pelos meus direitos, independente de eu ser negra, morar em comunidade, independente disso eu gosto de lutar pelos meus direitos!” (B, 19 anos).

Como os três primeiros entrevistados são todos da mesma família, esta termina por fazer parte das reflexões como espaço onde aprenderam a importância de lutar por seus direitos.

“Não só ele mas a família do meu pai é toda assim, aí o cara do açougue chamou ele de macaco, ele arrumou problema com o cara, bateu com a carne na cara do cara!. A família do meu pai sempre teve essa coisa de brigar pelos seus direitos.” (C, 17 anos).

De algum modo, no território de favelas foram desenvolvidos mecanismos de consciência ao longo dos últimos anos. Talvez os movimentos que surgiram em algumas favelas do Rio de Janeiro como por exemplo em Vigário Geral o Grupo Afro Reggae, ajudaram na construção da autoestima de jovens totalmente absorvidos pela violência policial e pelo tráfico de drogas. Este grupo foi primeiro a promover a favela para fora daquele território. A partir do momento em que deram visibilidade para os problemas que ocorriam na localidade, a sociedade começou a olhar com outros olhos para as problemáticas locais. Nesse sentido, talvez a influência de Vigário Geral, o surgimento da cultura Hip Hop no Rio de Janeiro, o surgimento e visibilidade de rappers com Mv Bill, o aparecimento da Ong Central Única de Favelas, a CUFA, podem também ter ajudado na construção da autoestima consciente e inconsciente dos jovens oriundos de favelas. Por outro lado, o avanço das novas tecnologias, o acesso que as mesmas

proporcionam a informação, pode ter sido outro elemento que tenha promovido a construção da auto estima desses jovens, pois a possibilidade de sentirem mais integrados ao mundo aumentou, destruindo o limite da cidade. E a construção de políticas voltadas para a juventude, também pode ser interpretada como um mecanismo importante, afinal a juventude está na agenda da política na atualidade.

Escritores como Paulo Lins, que escreveu o livro *Cidade de Deus* e que na verdade acabou sendo uma das referências para se pensar no momento atual a problemática das favelas no Rio de Janeiro, também podem ter ajudado a construir um outro olhar dos indivíduos sobre si mesmos, no que se refere a suas histórias, apesar das polêmicas cotidianamente apresentadas. Outro fato também que possa ter colaborado talvez tenha sido o seriado "Terra dos homens" que acabou ganhando espaço na mídia, dirigido pelo mesmo escritor Paulo Lins, o qual retrata principalmente a vida de jovens da favelas do rio de janeiro³⁶.

4.4.3 SOBRE A PROMOÇÃO DA LIBERDADE E EXPECTATIVAS FUTURAS

Enfim, uma grande questão que percorre essa dissertação é saber se o processo de pacificação contribuiu para promover a liberdade e a segurança, pensar o antes e o agora. O Entrevistado D é taxativo neste sentido:

“Para mim não... Melhorou 80 por cento. Aqui onde a gente mora é tranquilo. Houve alguns episódios entre polícia e bandido, e a gente espera que não aconteça mais.” (D, 46 anos)

Apesar de não concordar com a questão de haver uma maior liberdade no território, o entrevistado afirma que conflitos graves não acontecem mais e que essa expectativa é positiva. Nesse sentido, a presença ostensiva do tráfico de drogas, deixa de certo modo a preocupação central da população no território. Contudo, permanece a preocupação de que todos, sem exceção

³⁶ O livro escrito pelo raper Mv Bill ; Cabeça de Porco, o qual o mesmo com Luiz Eduardo Soares, relata a vida dentro do território de favelas.Fato inédito.Um jovem oriundo da favela, torna-se escritor e ao mesmo tempo tem como parceiro uma das figuras intelectuais das ciências sociais mais renomadas do País.Assim,outas obras foram surgindo: "Falcão meninos do tráfico", "Tropa de elite", "174", "Sonhos roubados, "Era uma vez", "Maré historias de amor".

continuem sendo alvo da polícia na localidade:

“A minha casa já foi alvo de polícia várias vezes no período da década de 80. A polícia via da rua movimentos em cima das lajes e vinham até minha casa. Tive problemas com polícia dentro da minha casa. Eu mesmo tive de levar para debaixo da casa para fazer investigação. Revirar o fogão. Hoje quando vejo pessoa estranha, mando descer!” (D, 46 anos)

Em relação a essa atitude, questiono o que o move para ter esse tipo de comportamento, se está se sentindo mais seguro ou se teria a ver com a história dele na favela:

“No caso seria eu, por que não vejo nem por polícia. Quando não tinha pacificação eu mesmo ia e falava. Porque tinha uma ordem de não incomodar. Eu falaria com qualquer outra pessoa, pelo fato da minha casa ter sido alvo e depois, é muito ruim você tomar um tapa no rosto por causa de coisas que você não pratica. Muito ruim isso. Já falei com várias pessoas. Desciam. Tinha uma ordem de não incomodar. Atitude minha. Se você deixasse, você teria dois problemas: um o fato de deixar ali virar um ponto de estratégia deles e também outro ponto é a policia quando chegasse iria direto na sua casa. Fazendo isso vc impede que essas coisas aconteçam. (D, 46 anos)

Neste caso o entrevistado não aponta a presença do novo processo de pacificação como responsável por suas atitudes. Na verdade suas atitudes ainda são reguladas pela sua própria história no território e não por uma proteção oficial oferecida pela nova política de segurança pública instalada no território e além disso, esta prática de intervenção pessoal está amparada ainda por uma lei local que não tem qualquer vínculo com uma instância legítima do Estado. Em caso de agravamento da situação, indago a quem recorreria:

(riso!) A Deus! A Deus! Porque a gente sabe que o que tiver de acontecer vai acontecer. Existe a justiça dos homens, porque existe a justiça divina. É importante você ter fé em uma autoridade que é posta em você. Aquilo que eu falo. Melhor é você ficar de fora, da bom dia, boa tarde,boa noite. Sabem que você é, trabalhador. (D, 46 anos)

A insegurança no território é apontada nesta última fala do entrevistado. Não há uma busca para resolver o problema caso se agrave, junto ao Estado. Este ainda não aparece como protetor em sua fala, algo que remete a uma longa tradição de não se confiar na polícia. Não recorre também, contudo, ao tráfico de drogas como aquele que poderia resolver o seu problema.

Deixa o caso para a ordem espiritual das coisas : “Deus”. Diante desta afirmativa o entrevistado deixa claro que o seu território está de fato fragilizado no que diz respeito a organização e cumprimento de leis, pois não há como continuar legitimando o poder local sob o risco de represália do poder oficial, como não há chance de legitimar o poder oficial, sob o risco de sofrer represália do poder local.

A outra questão que procurei investigar é qual seria a preferência dos entrevistados: o antes ou o depois das UPPs. O mesmo entrevistado nos informa que:

“Agora nesse processo que está ta bom, ta legal, poderia ta melhor, tudo funcionando, associação que a gente não está tendo. Se você for fazer uma compra agora tem que vir por outro local. Não funciona. As nossas correspondências estão indo pra outro lugar que eu nem sei onde fica. Eu não pego minhas correspondência desde o ano passado e nós já estamos no mês de março.” (D, 46 anos)

Novamente se vê na fala do entrevistado a necessidade de uma administração territorial local que garanta o bem estar da população. A questão da estrutura da sociedade é que garantiria desse modo a transformação da localidade. Pergunto: o que houve? E sua resposta é um silêncio, seguido de um riso embargado, “sumiu!!!!, não existe mais! Não tem secretaria. Nossa correspondência está em outro endereço”. Neste momento percebo uma resistência por parte do entrevistado em falar mesmo sendo eu uma pessoa a qual ele conhece como amigo de infância. Entretanto a problemática que envolve associação de moradores no que diz respeito à ausência do gestor local ou administrador local, parece ser algo que mexeu com a vida do território. Sendo assim, neste primeiro momento não insisto muito e sigo com a entrevista, mas me lembro de Vera Malaguti (2003) ao falar do medo espalhado na cidade do Rio de Janeiro, tanto pelas igrejas como pelos outros órgãos públicos da cidade.

A última questão colocada pelo entrevistado que está relacionada, como já vem apontando, que é a ausência do poder público e a presença da corrupção no território. Aponta para os órgãos de gestão local como a associação de moradores como umas das responsáveis por este processo e que o estado foi responsável por várias arbitrariedades administrativas no território. Sob esse ponto de vista entende que o território está falido. Assim, não é somente o aspecto da insegurança ou da violência que deteriora o território, mas também a falta de investimentos no que diz respeito a infraestrutura local. Ao que me pareceu, há um certo

ressentimento por parte do entrevistado em relação ao que acontece no território que tem como seu lugar não somente de moradia, mas como espaço de construção de relações afetivas, o que poderia não ocorrer diante das adversidades que inevitavelmente são vivenciadas dia a dia no território.

4.5 SOBRE O DIÁLOGO SEGURANÇA E LIBERDADE

Neste sentido, refletindo acerca de um possível diálogo entre os órgãos de segurança pública e agentes na favela com a comunidade, afirma que desconhece algum diálogo.

“André, se existe eu desconheço. Fico pouco tempo em casa, vou pro trabalho volto, vou pra igreja. Pelo menos no tempo que estou em casa eu não vejo nenhuma movimentação desse tipo. Ninguém fala a respeito, não tenho essa resposta pra te dar” (D, 46 anos).

O entrevistado não tem informação sobre esta questão. Entendi que o descrédito apontado durante toda a entrevista nas instancias públicas e nos órgãos de segurança pública, faz o mesmo não dar credibilidade a própria pergunta. Suas reflexões se encaminham para a necessidade de não haver tanta corrupção – seja no Ministério Público, seja na Prefeitura; enfim, no governo. Indago acerca da intervenção policial e se acha que deveria ser de outro jeito esse processo:

“A polícia é importante. Falhas a gente sabe que existe. se eles pegassem e fizessem uma operação pente fino, fechar saídas, identidade, cpf, casa em casa. O que a policia fez? Comunicou na mídia! O que aconteceu? Muitos foram; outros ficaram. Saíram daqui pra outros estados coisa e tal. E os que ficaram? E as pessoas coniventes. O próprio sistema da prefeitura dá outros benefícios para essas pessoas; cheque cidadão!. É um benefício que faz com que muitas pessoas não trabalhem. Mantenho meu filho na escola e receba do governo um salário. Eu não consegui entrar no programa. A situação parece até desabafo, mas essas pessoas conseguiram. Eu estava ganhando na época um salário mínimo, estava dentro das regras e não consegui!” (D, 46 anos)

A mistura entre o papel da Segurança Pública e as intervenções sociais são a base de fato desta entrevista. Finalizando o entrevistado a apresentar uma solução clássica para resolução

dos problemas no território que, sob meu ponto de vista não difere de toda a sociedade brasileira. O uso da repressão, o cumprimento na íntegra da lei, o uso dos artifícios legais permitidos pela lei para apreender traficantes, revistas, mandatos, etc., deveriam ser usados no território.

Refletindo acerca dessas mesmas questões com o entrevistado E, este faz diversas abordagens sobre a mesma pergunta. Em um primeiro momento chama atenção para o fato da polícia, dentro das favelas, terem ou acharem que tem o poder sobre a vida do outro.

“Uma vez, numa brincadeira de mau gosto, uns policiais mandaram tiro pra cima de mim, mesmo depois de eu ter dito que era morador. Depois quando subi passei por eles, eles estavam rindo e dizendo: “ficou com medo!” , ”demos um susto nele!” (E, 32 anos).

O fato é que os policiais poderiam terem dado fim na vida do entrevistado com a “brincadeira “ a qual se referiam. Além disso, a questão da dignidade do respeito aos direitos foram todos retirados no ato desta suposta brincadeira dos policiais. O que se tem na fala do entrevistado então? Uma fragilidade do Estado dentro do território que dá margem para diversos tipos de arbitrariedades que são cometidas contra os indivíduos. Se eu me remeter a Raimundo Faoro, Wanderley Guilherme dos Santos (1973,1993), talvez diga que a população desta localidade tenha sido vítima de um processo nocivo no que diz respeito à construção de cidadania e que a segurança pública, neste caso teve um papel preponderante para que tal des-construção acontecesse. Se o processo de pacificação trouxe modificações, não podemos dizer, contudo, que as pessoas passaram a se sentir mais livres e confiantes, pelo menos em um primeiros momento, foi um fato. Porém, existia a preocupação de não perder o que se conseguiu de positivo:

“André, não nos sentimos livres e nem seguros, porque essa é a impressão dessa pacificação, mas tem todo um contexto cultural ‘e político. O que a gente tem que fazer é manter o governo atual. Porque a gente não sabe se outro partido que entra vai manter.” (E, 32 anos).

O Entrevistado F nos traz a seguinte reflexão:

“Vou falar da parte da segurança da questão da nossa comunidade; Segurança melhorou bastante, em todas as pacificações de todas as comunidades, diminuiu bastante a ponto da gente ter uma tranquilidade de briga entre rivais, os quatro rivais. As comunidades que foram pacificadas, diminuiu muito de tiroteio, já não

entram tanto assim” (F, 40 anos).

Há ou havia uma questão mais grave: o território de favelas que era o confronto armado entre traficantes. Este fato trazia para o território, instabilidades que ia para além das condições sociais dos indivíduos. A questão da integridade de cada um ficava extremamente comprometida. Junto com essas questões, o poder público, as redes de serviço privadas se afastavam cada vez mais do território, deixando para trás um prejuízo na área e número considerável sem emprego, vide a loja da Demillus que saiu do Complexo do Alemão, fechou as portas, transferindo-se para outra região, deixando de certo modo a economia local prejudicada. Neste sentido, o confronto armado em territórios de favelas, além de ser extremamente nocivo para o morador, era também nocivo para o entorno que também sofria as consequências dos conflitos internos dentro desses territórios. Esse entrevistado reconhece que no início até houve um diálogo entre a segurança pública, os agentes e a população, mas que tal diálogo não continuou:

“Dialogo até já teve, o que te falei lá trás, hoje em dia a UPP não faz mais o trabalho dela como deveria fazer. Eu sei que tem forças de outro lado contra o presidente de associação de moradores!. Se pular pra cá morre cortado, se pular para lá morre também. No início teve muito diálogo da força policial com representantes da comunidade. Teve uma série de coisas legais” (F, 40 anos).

“UPP nem anda mais na comunidade! É que eu não vou me comprometer, tenho minha família tenho meus filhos, da vontade de ligar pro disque denúncia e dizer que a UPP não anda na comunidade!.” (F, 40 anos).

A grande questão que perpassa os relatos é que continua a conviver com o silêncio, pois são coisas que são vividas, mas não podem ser ditas;

“A gente tem engolir seco. Hoje quando chega polícia chega tudo de forma truculenta, mata até morador, por isso que está acontecendo no Alemão e em outras comunidade por ai!” (F, 40 anos).

Sobre esta questão, David Bayley diz o seguinte:

“Além disso, a adequação da polícia aos desejos da comunidade não é produzida apenas pelos mecanismos formais de responsabilidade. O comportamento policial é restringido por todas as pequenas influencias de cultura, educação e consciência. Como resultado a

polícia de uma comunidade pode ter um histórico invejável de comportamento adequado e, mesmo assim, não possuir nenhum mecanismo formal de responsabilidade, enquanto a polícia de outra comunidade pode ter um histórico de atrocidades e ainda assim, fortes restrições formais. Assim, infelizmente para a criação e procedimentos, deve ser reconhecido, logo de início, que a questão da eficácia do controle da comunidade deve ser requisitada" (BAYLEY, 2006, pag. 55).

Bayley procura salientar que a presença da comunidade na relação com a polícia é extremamente importante, deve ser requisitada como diz. Não há no território de favelas, desde quando foram implantados postos de policiamento nestes territórios, históricos de aproximação entre polícia e população local que não tenham sido marcadas pelo conflito e pela desconfiança. Subjetivamente, há uma questão a ser superada neste território que é de fato o problema da repressão policial para além do emprego físico da força, mas da destituição do indivíduo enquanto sujeito, cidadão. Deste modo, no território de favelas o embate entre agentes de segurança pública e moradores, foram sempre os impedidores para a construção de uma relação de controle mútua que ajudasse no ordenamento do território. Levar estas questões em consideração seria um passo para uma nova configuração dos territórios de favelas.

Para concluir esse item, ouçamos a entrevistada G:

“Livre e segura não. Por quê? Eu saí da comunidade quando existia esse processo de pacificação. É muito complicado, eu vejo a pacificação hoje como os antigos DPO’S, só que eu acho que foi de uma maneira menos estruturada. Por exemplo; você imagina acordar e ter policiais dentro da sua casa. De repente eles falam, agora é UPP, mas você não vê a saída de todos os traficantes e você convive no meio desse fogo cruzado” (G, 32 anos).

“Eu não sou contra, mas acho que tem que ser mais ampliado o projeto principal da UPP que hoje é de desarmar o tráfico e não de desarticular o tráfico, o que é bem diferente. Quando falo desarticular, “vou cercar”, “fazer busca e apreensão” eu vou prender!”. (G, 32 anos).

A expectativa desses moradores de favelas pacificadas era de que o tráfico de drogas seria extinto do território. Ninguém esperava a continuidade da relação entre polícia e tráfico de drogas no território. Afinal, era uma “nova ordem” que se instalava. Deste modo, o problema seria: como se daria a relação com a polícia que sempre fora truculenta no território. Era capaz de a todo o momento infringir leis. Como seria essa relação então? Entretanto, para surpresa de todos, as relações continuaram as mesmas, mesmo depois da ocupação. Dias depois da ocupação

já se tinha notícia da presença e da permanência do tráfico na favela. Nesse sentido, do ponto de vista da moradora há uma questão moral não resolvida. O Estado é o responsável pelas leis e pelo cumprimento da mesma, assim como pela ordem. Durante anos, na figura do policial, os moradores dessa localidade presenciaram as promiscuidades entre traficantes e polícia. Isso de fato mexe com a questão da ética, da moral, da conduta, tão cobrada ao mais pobres para que eles possam ser ao menos reconhecidos como pessoas de “bem”. O estado, a sociedade no Brasil foi quem sempre vinculou essas ideias ao bom “cidadão”. Como entender então, subjetivamente essa prática policial nesta nova política de segurança pública... Como confiar de verdade no estado se o pacto mais elementar para todos, que é o cumprimento da lei e o estabelecimento da ordem não são de fato colocados em prática... Estas, acredito, sejam uma das maiores frustrações colocadas pela entrevistada.

Nossos entrevistados mais novos também não apontam muita diferença em relação a essa problemática.

“Aquele negócio que aparece na televisão deles falando com morador, aquilo tudo é mentira, pode até acontecer em outros morros, mas aqui é mentira” (C, 17 anos)

“Eu por exemplo não sei nem quem é o presidente da associação, eu mesma não sei. São os únicos do morro que dialogam com eles. Agora, que eles passam isso pra comunidade, na assembleias, não to sabendo” (A, 21 anos).

Uma questão recorrente que aparece é essa falta de articulação entre a própria comunidade e a associação de moradores, o que me faz pensar na necessidade de rediscussão dos mecanismos participativos.

A questão dos significados simbólicos são extremamente importantes. Na antropologia, o estudo de qualquer sociedade começa pelas relações culturais que as mesmas são capazes de desenvolver. Todas elas, para justificarem a realidade, constroem elementos simbólicos que ajudarão nas diversas explicações, necessárias para que os indivíduos deem sentido a sua existência. A capacidade que tem de construir relações significativas dentro do ambiente o qual vive dia a dia suas experiências, será o que determinará os lugares que cada símbolo irá ocupar dentro do seu universo de conhecimentos, possibilitando, a cada experiência uma nova reinterpretação do mundo.

Neste sentido, o caso da polícia ou dos órgãos de segurança pública, ao analisar o pensamento de Durkheim podemos entender que as instituições são as responsáveis por construir em nossa memória os códigos, os símbolos que regem a sociedade a qual o indivíduo pertence. Nesse sentido, a religião e seus símbolos terão seu papel na vida humana, a escola, a justiça, etc. Entretanto, se um desses símbolos forem apresentados para os indivíduos em sociedade, principalmente no processo de reconhecimento de mundo de modo deturpado, na concepção de Durkheim, estaremos trazendo sérios problemas para a sociedade.

Sendo assim, vamos imaginar uma criança que passa todos os dias por uma viela do morro e algumas vezes ou quase sempre, encontra um indivíduo do tráfico de drogas e um policial em situação não de oposição mas o inverso de aproximação. Qual seria a melhor interpretação simbólica a se fazer? Como entender o poder do estado como garantidor de direitos no território, se o mesmo tem proximidade com forças que trabalha com a lógica do poder local? Até que ponto essa criança será capaz de distinguir simbolicamente o papel da justiça e reconhecê-la como responsável pela aplicação da lei no território. Esse dilema vivido pelas populações de territórios de favelas, faz crescer a dúvida e o descrédito no que diz respeito à responsabilidade do estado enquanto protetor e responsável pela ordem e pelo desenvolvimento da sociedade. Aqui tem também uma séria questão de representatividade

Apesar de toda propaganda acerca da maneira positiva que transcorreu esse processo, a ideia de conversar com um policial na comunidade ainda não é algo visto com naturalidade

“Eu não me sinto à vontade de conversar com policial na comunidade. Como te falei, o tráfico de drogas não acabou, o chefe de drogas continua o mesmo. A gente sabe porque a gente está lá dentro. Não pela polícia e sim pelo sistema do tráfico de drogas. Porque abaixo do petróleo, o a cocaína é que dá mais dinheiro.”
(E, 32 anos)

O entrevistado E chama atenção novamente para a questão do poder simbólico que existe dentro do território e seria este o motivo do não avanço das relações entre polícia e população. Por outro lado, faz uma reflexão para além do território alegando que a política das drogas é uma política. Afirma que outros interesses estão por trás do combate as drogas. Busca na política internacional, associando o petróleo e cocaína com responsáveis por mover a lógica econômica mundial e deste modo, na ponta, fica impossível para o policial, a polícia, o Estado

acabar com tal situação.

No momento final de sua entrevista, este entrevistado deixa claro que o momento atual é melhor e que a situação no futuro será outra. Além disso faz uma análise sobre o território afirmando que a localidade é uma rica fonte de recursos. Neste caso, se a implantação de projetos básicos como reciclagem de diversos tipos de matérias primas, poderia ser uma excelente fonte de renda para muitos no território e, além disso, melhoria de fato na vida de todos. Entretanto não vê a responsabilidade também sobre o Estado pelo não andamento destes projetos. O entrevistado vê o empecilho na realidade local, seria este o problema do atraso no que diz respeito ao desenvolvimento deste território.

“Se você me pergunta (se eu prefiro) antes, atual ou nenhum dos dois eu iria falar nenhum dos dois, mas se eu tiver apenas essas duas opções, eu prefiro continuar sonhando com a atualidade na comunidade, que as coisas vão melhorar. Agora André, a comunidade é desperdício de dinheiro.” (E, 32 anos)

“Não adianta, você implantar algo, se você não tem liberdade, porque a atenção lá na frente vai se desviar do objetivo, não adianta você gerar recurso se o tráfico ainda domina. O tráfico não permite e a comunidade permite.” (E, 32 anos)

Algo que fica muito claro em sua fala é a questão da segurança (“preciso pensar na minha família”). O medo de represálias fica evidente. A visão do espaço perigoso apresentada no Correio da Manhã aparece no momento da conversa. O olhar da sociedade para o território de favelas, apesar do processo de “pacificação”, para o entrevistado ainda é o mesmo. A questão do privilégio territorial ainda é algo que soa com muita força no seu discurso. Neste sentido, a política de segurança, baseada na “pacificação” do território deixa a desejar pelo fato de não incluir de fato a favela ou comunidade ao todo da cidade.

Mas outra dimensão que poderia destacar refere-se à necessidade de olhar mais de perto para os sujeitos implementadores desse processo: os agentes de segurança pública. Segundo a entrevistada G:

“Vou falar como moradora: tem equipe que chega te dá boa noite: “eu sou o cabo fulano de tal, hoje nossa equipe da UPP ta aqui fazendo ronda na comunidade”... depende da equipe, fazem a ronda, outros nem falam nada, nem olham pra sua cara, por isso que eu acho que a segurança e cidadania deveria

ficar juntas. Sem se comunicar você não faz nada”. (G, 32 anos)

Isso aponta, em minha opinião, a necessidade de uma capacitação permanente para que esses discursos e práticas sejam reconstruídos, para que se perceba a violência simbólica presente nas falas preconceituosas, no não visualizar o outro como um sujeito social. Esta entrevistada também sinaliza a dificuldade de comunicação existente na comunidade:

“Diretamente com os líderes da comunidade a gente quase nunca foi chamado para essa comunicação. A gente quase nunca é convidado. Quando informam é com papel na parede, que muitas vezes a gente passa direto e não lê. Podia ser pelo alto falante mais... No início teve uma reunião com o secretário”(G, 32 anos)

David Bayley, ao falar sobre o controle da polícia, ressalta o seguinte:

“O relacionamento da polícia com a sociedade é recíproco- a sociedade molda o que a polícia é e a polícia influencia aquilo em que a sociedade pode tornar. Essa relação pode ser explícita e proposital, como quando os tribunais recebem o poder de punir a polícia quando esta comete erros ou quando reprime as pessoas que se opõem ao governo. Também pode ser difusa e acidental, como quando a capacidade intelectual dos recrutas afeta a forma das operações policiais. Os efeitos interativos não-planejados entre polícia e a sociedade podem ser por si mesmos, muito importantes, assim como condicionantes dos efeitos que são explícitos e propositalis”(Bayley, 2006,pag. 173).

A relação da polícia em territórios de favelas a partir da nova política de segurança pública era de trazer para o território uma polícia que dialogasse com a população local. Neste sentido, após a entrada nos territórios a proposta era reunir os moradores em um determinado lugar público e explicar a proposta da política de pacificação no território. Nesse sentido, a ideia da polícia era justificar a sua presença e necessidade no território e desse modo, sem o uso da força, pedir a colaboração da comunidade para que o serviço de busca e apreensão de traficantes funcionasse com êxito. No Morro da Coroa esse processo se deu, porém como em todas as outras favelas pacificadas, o medo de represálias e o descrédito na polícia e no poder público afastou a população. Entretanto, como relata a entrevistada, o exercício de proximidade se deu, claro que não da maneira como os gestores públicos idealizaram. Grande parte dos problemas em territórios de favelas do Rio de Janeiro tem a polícia como principal responsável. Nesse sentido,

as resistências de vinte anos de opressão a floraram. A resistência da população foi visível, piorou ainda mais quando as fragilidades dessa política vieram à tona.

Mas é importante enfatizar que os entrevistados, apesar das críticas, apontam o hoje como melhor que o ontem. Mas é impressionante a força sentida em relação ao narcotráfico.

“Eu sou desacreditada disso André, o tráfico nunca vai deixar de existir. Eu acho muito difícil acontecer num lugar, igual aconteceu em uma novela da Record: “Vidas Opostas”. O tráfico foi vencido. Eu acho que isso nunca vai existir. Acho que nós devíamos deliberar sobre nossos assuntos, as pessoas deveriam deliberar sobre os seus problemas. As Pessoas são obrigadas a obedecer ao poder das armas, ou do Estado. Agora eu acho que não tem solução” (A, 21 anos)

“Acho que as pessoas estudam melhoram de vida, melhoram sua vida, a vida da sua família. Os jovens começaram a fazer faculdade, mas ninguém vai peitar o tráfico. Não vai melhorar a vida de uma comunidade em geral. Se acontece é doido” (A, 21 anos)

A questão do território estar mais acessível é uma questão positiva para os entrevistados. Nesse sentido, a problemática mais grave que é o confronto armado, chama a atenção dos entrevistados por ser uma forma de impedir o trânsito dentro e fora do território. Burgos sobre esta noção de território dirá o seguinte:

"Desse ângulo, a cidade aparece como uma agregação de territórios atomizados – fenômeno que não deixa de ter como contraface as cidadelas das classes média e alta, erguidas sob a forma de condomínios residenciais (Caldeira, 2000). Por isso, a categoria território apresenta vantagens analíticas importantes em face da categoria favela: é mais neutra e mais precisa na identificação do fenômeno da fragmentação das cidades e de seus efeitos sociais e políticos sobre o processo de construção da cidadania no mundo popular. A noção de território remete à idéia de um microcosmo, que inclui diferentes formas de organização da habitação popular – inclusive a favela – e que se diferencia da cidade, que é o domínio dos direitos universais, fonte da igualdade e da liberdade; em uma palavra, da cidadania". (Burgos, 2005, pag 28).

Entendo que a falta de perspectivas é algo latente nesses territórios. Mas chama tristemente a atenção ao perceber como essa falta aparece tão abertamente nas falas dos jovens. F, de 40 anos sinaliza que prefere o hoje, mas enfatiza que:

“eu prefiro o hoje e prefiro um amanhã melhor” (F, 40 anos)

A fala deste entrevistado – que não difere muito das outras ouvidas – legitima a necessidade e o desejo do poder público dentro do território de favelas, não somente pela busca da manutenção da ordem, mas também pela necessidade do sentimento de inclusão. Assim, pela fala do entrevistado chego à conclusão de que a favela nunca desejou a ausência do estado em seu território. Arriscaria fazer uma comparação ao citar Freud quando fala sobre a figura do pai, aquele que mantém e determina a autoridade, dando referenciais que possam ser seguidos, entendidos. Se pensarmos no estado como a figura do pai como coloca Freud, quais foram as consequências de sua ausência no território? Como esse “pai” poderia de fato ocupar o seu lugar, sem, no entanto abusar da sua autoridade? Construir outra relação que fosse possível de modo consciente o reconhecimento legítimo da sua autoridade sobre o “filho? Quais seriam as estratégias necessárias para a construção dessa proximidade, que não seja marcada pelo medo ou pelo ressentimento? Acredito que essas questões envolvem o território de favelas e que a delicadeza de se pensar tais questões são necessárias para de fato se ter no concreto o que nós, das ciências sociais chamamos de inclusão social.

A entrevistada G ao pensar o antes e o depois afirma que:

“Não entraria no antes ou depois ou nenhum dos dois. Eu entraria na questão de unir um pouco do antes e um pouco do depois. Por exemplo; antes na época dos DPO's existia um respeito, um limite, tanto da população com em relação aos policias, um outro tipo de postura. Depois porque houve melhoria de alguns projetos. Seu disser que antes era melhor é mentira. O favela bairro nunca chegou à comunidade. Vários projetos não davam seguimento. Hoje se tem mais praças ruas mais limpas, só não é mais limpa porque as próprias pessoas não têm educação pra jogar seus lixos nas entradas do morro. As pessoas não se incomodam em jogar uma casca de banana no chão!. Acho que se segurança pública e a cidadania andassem de mãos dadas seria melhor. Espero que ocorra essa melhoria. Seria hipócrita se falasse que seria o antes” (G, 32 anos).

Luiz Eduardo Soares ao refletir sobre a questão da segurança pública faz questão de aproximá-la do conceito de cidadania. Para este estudioso, não há possibilidade de construir políticas de segurança que não levem em conta a vida dos indivíduos, suas trajetórias e necessidades. Nesse sentido a desconstrução da violência se dá quando há de fato um olhar legítimo para o outro, quando de fato se trabalha a partir da lógica do acolhimento e principalmente do trabalho em conjunto. Assim, para chamar a atenção de toda a sociedade, afirma que devemos trabalhar todos juntos ou ninguém estará seguro. Neste caso, repensar a

segurança Pública em territórios de favelas é ressignificar as práticas e o entendimento sobre a questão. Importante entender que um território seguro e não violento é aquele que também promove a boa educação de qualidade, o bom atendimento de saúde, a possibilidade dos indivíduos serem livres, autônomos, participantes e ouvidos no seu processo. Para isso é necessário a construção de uma gestão sensível, delicada e que trabalhe com a lógica de que o direito deve ser para todos e não para alguns “cidadãos”. Esta é a expectativa que a entrevistada apresenta, sem muitas certezas do futuro.

A expectativa por projetos sociais aparece em todas as entrevistas citadas neste trabalho. O anseio de que seu território seja outro, que os conflitos cessem de fato, que a polícia de fato cumpra o seu dever, são os discursos que aparecem nestes relatos. Não há uma “invenção da roda” nestas falas. Todos desejam o que a sociedade brasileira deseja. No caso da entrevistada, o investimento no território salvaria pessoas, daria outras possibilidades. Projetos básicos que ajudassem a reerguer, estabilizar, revelar indivíduos esquecidos pelo sistema, pelas gestões públicas. O que precisa mudar então para que estas expectativas sejam reconhecidas como mais uma das quais a sociedade brasileira clama fora do território de favelas. Abro um parêntese para trazer Zizek (2014) para esta reflexão, quando discute a questão da violência. Será que não seria importante a sociedade pensar que o ideal de sociedade deve ser também a busca incessante do real dentro desta mesma sociedade. Zizek chama a atenção para a questão da violência sistêmica onde o discurso ideal não combina com o real. Neste sentido, não se pode dizer que um território conquistou a sua cidadania se somente um viés da coisa pública trabalha neste território e ainda por cima de modo repressivo no real. A ideia não combina com o discurso. O sistema continua produzindo repressão em cima de populações vulneráveis, mas, no entanto discursa democracia, liberdade e segurança nestes territórios. Como vislumbrar outro futuro sem esse sincronismo?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de concluir essa dissertação com a fala do Entrevistado E. Este, apesar de admitir que o processo de pacificação trouxe melhorias para a comunidade, chama a atenção para o fato de que a violência vivida deixa marcas e que para ele seria importante se afastar dessa memória tão presente. Por isso, pretende sair da comunidade:

“André, no meu ponto de vista existe algo que está enraizado, o que dificulta melhoria, esta enraizada na nossa cultura. O Brasil foi colonizado através de exploração e não de investimento e não tem como a polícia não se desviar do seu propósito. O maior problema é que corrupção é um atrativo. A corrupção não é ruim a nível de Governo. Esse é o problema. Não é simplesmente desarmar a comunidade, se não mudar a mentalidade vai ser a passos de tartaruga.” (E, 32 anos)

Assim, os efeitos da violência no indivíduo oriundo de territórios marcados pelo conflito, talvez seja mais nocivo do para outros indivíduos da grande cidade. Sendo assim, que tipos de políticas preventivas poderiam ser implementadas que visassem a saúde desses sujeitos? Até que ponto é fácil pensar que um indivíduo exposto vários anos a situações de conflito pode recuperar traumas no mesmo lugar onde os sofreu? O que de fato teria a ver pensar em questões sociais e segurança neste caso?

As intervenções nas favelas do Rio de Janeiro hoje trazem questões que ainda deixam a desejar no que diz respeito a debates e discussões. A questão da insegurança histórica vivida por esses moradores, tanto por parte da polícia como por parte dos traficantes ainda não é tratada com clareza. A idéia de que o morador de favela é por sua natureza conivente com as ações do tráfico, soa aos ouvidos da sociedade como algo coerente, mas não se apresenta a contradição presente neste processo. Não aparece ainda a discussão para além da favela. Mas, é importante ressaltar que qualquer grupo humano necessita de códigos e referenciais para construir processos de sociabilidade.

Outro elemento que fica fora da discussão no que diz respeito às favelas é a questão da cultura local, a identidade, o pertencimento, o direito e o exercício da cidadania. Deixo de fora a questão do dever, pois o que deve ou não se deve fazer na favela é aprendido desde cedo, pois as leis são colocadas para todos; “ninguém sabe ninguém viu”, “x9 na favela não se cria”, “cada

um trata de si” como já dizia Bezerra da Silva³⁷, dentre outros dizeres. Neste sentido, é um equívoco não entender que, como qualquer outro território humano, os símbolos e os códigos são criados por uma necessidade de se entender o mundo ao redor e desse modo dominá-lo, seja como for. A favela, contendo grupos humanos não seria diferente.

Assim, se os símbolos relacionados ao tráfico de drogas tiveram sua ascensão nas favelas, porque não pensar em uma ausência de símbolos mais abrangentes que ultrapassassem as relações de poder e dominação local impostas os quais a sociedade como um todo seria responsável de modo equânime em disseminar? Porque um mundo melhor é proclamado para apenas uma parcela das sociedades e outros grupos são excluídos dessa oportunidade? Porque o investimento em qualidade de vida, em oportunidades, em acesso a bens e serviços sofre distinções regionais, locais ou geográficas? Por que a cor determina o lugar de privilégio ou não dos grupos humanos? Pensar, discutir e construir soluções para essas questões é inserir elementos simbólicos, subjetivos que marcam a vida humana. Sob meu ponto de vista, qualquer ação material sem essas considerações, torna-se irrelevante o resultado.

Duas percepções perpassaram todas as falas. De um lado, a certeza de que mudou muita coisa, embora ainda se tenha um longo caminho a se trilhar para melhoras efetivas, para a construção de uma cidadania plena. Por outro lado, a insistência da necessidade de ações do Estado dentro das comunidades aponta para o fato que as pessoas – que verdadeiramente não confiam neste poder e em seus agentes – entendem que é deste esse papel. Nesse sentido, em momento algum deste trabalho, colhi relatos de repulsa ao Estado ou de total apologia ao tráfico de drogas. Ao contrário disso, ouvi os entrevistados pedirem na verdade um estado mais justo, cumpridor de fato das leis. O que chamo a atenção é justamente o fato de ver os entrevistados verem essa questão do não cumprimento da lei pelo Estado, como uma questão moral, isto é, o certo seria prender os traficantes, acabar de fato com o comércio, bater de casa em casa se fosse preciso, prender quem de fato tinha a ver com o tráfico, o que sob o ponto de vista dos entrevistados não era que ocorria. A pergunta que fica é qual a diferença das suas expectativas em relação ao estado dos demais indivíduos da sociedade?

A crise instalada na Segurança Pública no Rio de Janeiro e que de todas as formas o governo do estado tenta encobrir, acredito que deixou mais vulnerável ainda o Morro da Coroa.

³⁷ Bezerra da Silva - Cantor e compositor de Samba sobre o morro, polícia, malandragem e favela.

Como disse em reflexões anteriores, os significados simbólicos, o ordenamento, a necessidade de justiça é uma necessidade de qualquer grupo humano. No Morro da Coroa, por exemplo, antes da pacificação quem providenciava essa estabilidade, a partir dos seus interesses, era o tráfico de drogas devido a uma ausência histórica do poder público. A questão agora seria entender como ficam os indivíduos nesse território diante de tantas contradições. Acredito que a vulnerabilidade em relação ao tráfico que impunha suas regras, agravou-se pelo fato de o estado, até o momento, não ter conseguido, neste território, garantir de fato outras relações que legitimassem a sua presença. Ora, se a substituição das leis arbitrárias pelas leis oficiais do governo não ocorreram como deveria ou como se esperava, como exigir da população local força para colaborações ou mesmo que ela possa ser autônoma e consciente de sua cidadania?

Neste primeiro momento, esta pesquisa não teve nenhuma pretensão de trabalhar com as instituições, isto é, fazer uma análise institucional sobre a questão da segurança pública e da cidadania em territórios de favelas, mas sim ouvir indivíduos e fazer sim uma análise sobre o seu ponto de vista. Nesse sentido, quando digo em um primeiro momento é pelo fato de entender que preciso no futuro me debruçar sobre o papel das instituições de segurança pública e outras instituições em territórios de favelas. Entretanto, acredito não poder ser possível fazer tal investigação sem entender como os moradores, a seu modo veem tais intervenções. Acredito também que as falas desses moradores, me ajudaram a pensar a realidade de outras favelas que sofreram com o processo de “pacificação” ou mesmo que ainda sofrem com os conflitos por causa do tráfico de drogas em seu território. Apesar de a mídia apresentar no momento uma realidade de favelas sem tráfico de drogas e com ex traficantes, Seck diria que de fato essa suposta realidade não irá condizer com a lógica do sistema em vigor que ainda oprime, mata e nega segurança e cidadania para boa parte desses “indivíduos” (Cidadãos).

Vale, mais uma vez, enfatizar que a concepção de cidadania partilhada por quase todos os entrevistados se ancora muito nos chamados direitos civis. Aqueles, descritos por Marshall (1967) em seu clássico estudo, como os primeiros a serem adquiridos. Exatamente esses direitos são reivindicados por essa população: o direito de ir e vir. Isso demonstra não apenas que os processos de constituição da cidadania são múltiplos, mas também que esses direitos não estão de antemão garantidos, mas devem cotidianamente ser defendidos. Algo também sintomático em

suas falas é o entendimento de que a cidadania não comporta apenas direitos, mas trazem embutida em si os deveres.

Outra dimensão que vale destacar em relação à política de segurança – mais especificamente em relação às UPPs – é que aparece em todas as falas a importância dos sujeitos para que de fato ela “dê certo”. É necessária a participação da população que, como apontam os entrevistados, deveria participar da construção, implementação e monitoramento dessa política. Se esse é um sujeito importante, outro que também é fundamental são os operadores dessa política. Por isso, algo que podemos depreender de suas falas, é a necessidade de que esse policial também seja alvo de uma política de capacitação para que possa romper com suas representações e senso comum em relação às favelas.

Mas se o investimento nesses sujeitos é crucial, outra dimensão que aparece é a da infraestrutura. Não adianta políticas e leis (que todos reconhecem existir), não adiantaria também profissionais capacitados, se faltar condições objetivas para a implementação das políticas. Esse é de fato um aspecto central: dar condições efetivas de trabalho e de realização para que as políticas possam se estruturarem. E, neste aspecto, aparece claramente também em suas reflexões, a importância dos projetos sociais. A segurança pública é algo que, em seus entendimentos, só pode ser garantida se articulada de forma Inter setorial. É necessário o investimento em projetos sociais para garantir o aspecto preventivo que tal política deveria conter.

Finalizando, chamo atenção para o fato de que este trabalho me fez entender, ancorado nas reflexões de José Murilo de Carvalho, ao trabalhar a questão da cidadania como um longo caminho, que as recusas constatadas no trabalho, refletem de fato uma total negação da cidadania e não pura e simplesmente uma questão pessoal em não querer falar com o pesquisador sobre o assunto. Ao contrário, a ausência de direitos, ou melhor, de consciência de direitos faz com que os indivíduos recuem, não se comprometam, pois não há garantias de que a sua fala terá um eco positivo e que seria revertida contra eles. Neste sentido, a questão da cidadania, mesmo na fala dos entrevistados não alcança amplitudes maiores.

A questão de ir e vir de um lugar para o outro ou ser olhado sem atitudes discriminatórias pelo fato de morar em favela é o que fica mais evidente em boa parte das falas. Deste modo, há na verdade uma vulnerabilidade que atravessa o território de favelas e os próprios

indivíduos que neles habitam impendendo-os de se enxergarem com detentores de direitos. Assim, a questão da segurança pública vista e executada até então de modo tão generalista e estrutural nestes territórios, tem ainda dificuldades de se apropriar dos conceitos de cidadania e desse modo resinificar-se para que de fato todos, independentemente de cor, território, gênero, idade, ou classe social possam se reconhecer e serem reconhecidos como cidadãos. Ainda continua sendo um “vir a ser”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, Marc. *Não Lugares; uma introdução a antropologia da super modernidade*, São Paulo: Papirus, 4º Ed, 1994.
- BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos. *Brasil: Um país de negros?* RJ: Pallas, 2º Ed, 1999.
- BALESTRERI, Ricardo. *Direitos Humanos: coisa de polícia. 2ª edição-edições-CAPEC*. Passo Fundo: Gráfica e Editora Berthier, 2002.
- BOSI, Eclea. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Compreender A miséria do mundo*. Petrópolis, Ed.Vozes,5º Ed. R.J,2003
- BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio Janeiro: 1907-1930*. RJ: Ed Rocco. 1997
- BURGOS, Marcelo. Cidade Território e Cidadania. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005, pp. 189 a 222.
- Campus, 1979. Pp. 71-82.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade escassa e violência urbana*. Série Estudos, Rio de Janeiro, v. 91, p. 259-269, 1995.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade Escassa e Violência Urbana*. Rio de Janeiro: IUPERJ, nº 91, 1995.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil Longo Caminho*.Ed. Civilização Brasileira, R.J,2001.
- COUTINHO, Clara Pereira; CHAVES, José Henrique Chaves. *O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal*. In: *Revista Portuguesa de Educação*, 2002, 15(1), CIED - Universidade do Minho, pp. 221-243
- Desvendando máscaras sociais;
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.
- FONSECA, Cláudia. “Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros”, *Revista Psicologia USP*, nº. 2, vol. 13, São Paulo: USP-IP, 2000. www.scielo.br.
- FREITAS, Rita, BRAGA, Cenira e BARROS, Nívia. “Famílias e Serviço social – algumas

reflexões para o debate”. *Família Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas* (org.: Marco José de Oliveira Duarte e Mônica Maria Torres de Alencar), Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2010.

Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: DP&A ed., 2002.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

La BOÉTIE, Etienne. *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo; Brasiliense, 1982.

MACHADO, Luís Antônio. *Afinal, qual é a das UPPs?*. Observatório das metrópoles, UFRJ, março, 2010.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classes sociais e ‘status’*, Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NASCIMENTO, Abdias. *Drama para Negros e Prólogo para Brancos*; R. J: Ed Teatro Experimental do Negro (TEN). 1961

NASCIMENTO, Abdias. *Drama para Negros e Prólogo para Brancos*; R. J: Ed Teatro Experimental do Negro (TEN). 1961.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. *Política Social: Temas e Questões*. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

REIS, Elisa Pereira. 2000. *Percepções da Elite sobre a Pobreza e Desigualdade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais 15(42). Disponível em www.scielo.br.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil. Afinal, do que se trata?*. 3º Ed. RJ: FGV, 2006.

ROLIM, Marcos. *Caminhos para inovação em segurança pública no Brasil*; Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano I. 1ª Ed. S.P. 2007.

ROLIM, Marcos. *Caminhos para inovação em segurança pública no Brasil*; Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano I. 1ª Ed. S. P. 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Do laissez faire repressivo à cidadania em recesso*. In *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro:

SANTOS, Wanderley Guilherme. *As razões da desordem*. Ed. Rocco, 2ª Ed., R.J. 1993

SARTI, Cynthia A. “Famílias enredadas”, *Famílias: redes, laços e políticas públicas* (org.: Ana Rojas Acosta e Maria Amália Faller Vitale), São Paulo: IEE/PUC, 2003.

SENTO SÉ, João Trajano. *Prevenção da Violência: o papel das cidades*. RJ; civilização Brasileira; 2005.

SENTO SÉ, João Trajano. *Prevenção da Violência: o papel das cidades*. RJ; civilização Brasileira; 2005.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luís. *Favela; alegria e dor na cidade*; R. J: Ed. SENAC- Rio. 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. *Segurança tem saída*. RJ; Editora Sextante;2006.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito a origem a favela*. com. R. J, FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. *Rio de Janeiro: cultura, política e conflito*. RJ; Zahar editor;2008.

FONTES PRIMÁRIAS

O GLOBO; Caderno Rio; "*Morros com UPPs terão festa com gringos*"; pag11;31 de Dezembro, 2010.

O GLOBO; Caderno especial; "*A redenção das Favelas*", pág. 3;31 de Dezembro de 2010.

O GLOBO; Caderno Rio; "*No Pavão –Pavãozinho, a festa da integração*"; pag11; 01 de Janeiro de 2010.

O GLOBO; Caderno Rio; "*O Reveillon da Pacificação*"; primeira página; 01 de Janeiro de 2010.

APÊNDICE

Relatos Pessoais.

“Chego da Rodoviária, pois fui buscar minha mãe que chegara de sua terra Natal, Manhuaçu, Minas Gerais. Ao entrar no Morro, logo depois de dar alguns passos, nos deparamos com um homem com uma arma parecida com um fuzil. Este homem aparentava ter mais ou menos uns vinte anos e estava no início da escadaria que dá para o Beco do Compositor. Quando percebo a situação, me coloco à frente e peço para que andemos (eu e minha mãe) mais devagar, pois estávamos entrando no mesmo local ao qual o “cidadão” também se deslocava.” continuo: *O Beco do Compositor é estreito como casas de um lado e de outro e sem nenhuma saída. Nos primeiros passos dados só se encontra outro beco que dá para uma igreja evangélica sem muitas saídas para outros lugares. Ao subir outro lance de escada e chegarmos ao final, nos deparamos com seis homens armados. Não consegui ver nenhuma arma de pequeno porte, pistolas, revólver etc., mas apenas modelos de armas de fuzis. “O que era curioso era o jeito dos caras... todos elegantes, bonitos até, novos, 19 ou 20 anos aproximadamente e extremamente cheios de tranqüilidade. Donos de uma dicção e lucidez naquilo que falavam sobre as estratégias de segurança no morro, invejável. Trocavam idéias muito tranqüilas de como fazer a segurança da favela, caso os alemães¹ viessem atacar para tomar o território naquela noite ou mesmo de madrugada. “meu pai chegou a dizer quando entramos em casa, que mais ou menos 70 homens estariam ocupando o morro naquela noite somente em um lado, sendo que na outra parte da favela teriam mais 70 fortemente armados”. Na verdade, o Comando vermelho havia invadido a favela naqueles dias.*

“A principio não senti hostilidades neste novo cenário, nem nas expressões desses novos sujeitos, mas profissionalismo... somente um garoto negro sentado com um fuzil prateado que ao me ver passar com bolsa e pacote, chegou um pouquinho para trás em sinal de respeito, mas se recompôs logo em seguida, como quem diz talvez que quem teria que ser respeitado era ele, penso eu. Esse mesmo rapaz estava segurando um radio transmissor que se comunicava com outras pessoas, cujos códigos eram; ‘você ta trepado? Coisa e tal!’”.

¹ Alemães - Neste caso se refere a facções rivais. Termo utilizado pelo trafico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro para designar rivais ou inimigos.

“Ficaram algum tempo decidindo onde iam ficar;” e decidiram por se estabelecer em cima de uma laje, encostados em um beco, no escuro, atrás da venda do Sr Geraldinho. Após a conferência, foram embora e, devem ter se espalhado conforme estavam combinando, pois não se viu mais barulhos de muvuca² no beco em frente à casa de meus pais.”

“Dizer que não tenho medo deles, é mentira, o que acontece é que a comunidade ou as pessoas estavam acostumadas com o terceiro comando e de como era a relação com eles (traficantes mais ou menos conhecidos). Dizer também que não bateu curiosidade em saber como eles são é mentira também. São extremamente diferentes, parecem a principio que sabem o que fazem de modo mais organizado, é como se fosse mais outro morro ocupado onde existem moradores, por isso são vistos de modo distanciado a principio com desconfiança. Eles parecem estar querendo apenas se organizar e até dizer que ninguém precisa se preocupar, pois são maneiros; “comando vermelho – cv é paz” como mostra a mensagem na parede logo na descida do morro.”

“Cheguei no morro por volta das 23;00. Ao entrar na rua que dá acesso a favela já fui pensando por quais lugares deveria passar e as pessoas que tinha que cumprimentar, não estava muito a fim disso, rotina pura, mas fui. O bar do Itamar estava fechado (que pena), passei continuei subindo, passei pela lixeira onde fica a barbearia do seu Manoel, onde também ficam umas maquinas de fliperama, não encontrado ninguém no pedaço, apenas senti o cheiro de churrasco queimando. Continuei subindo, passei pela associação de moradores, não me lembro de ter visto alguém, foi então que tive, graças a Deus, pretensiosamente, um insight!, não passar pelo beco do compositor, pois poderia encontrar com os caras armados e passaria no meio deles com o risco deles mexerem comigo ou da polícia aparecer e eles trocarem tiros e sobrar pra mim. Resolvi então passar por fora, por um lugar que era a antiga boca de fumo. Deduzi que talvez não encontrasse ninguém por ali, foi dito e feito. Fui passando pelo lugar, passei pela casa de um grupo de parentes evangélicos, onde na frente da casa estava escrito: “Jesus Cristo é o Senhor, aqui é a casa do Senhor”. Na certa, o objetivo era de inibir a inserção da policia quando chegasse dando tiro, porrada e batendo em todo mundo.

² Muvuca - Termo, isto é, gíria utilizada para falar de aglomerado de pessoas.

“Passei pela antiga boca, tudo escuro não vi ninguém, achei então que não encontraria ninguém próximo a casa onde moro, subi as escadas passei por um botequim onde em cima tem uma casa construída com tijolos. Tinha uma menina com uma criança no colo falando qualquer coisa, passei e ao final do beco ao me deparar com a minha casa o que vejo!, eles!, os caras!, armados até os dentes!. Sendo assim, entro em casa já não abro mais a porta não escovo os dentes, não tomo banho, pois o banheiro fica na varanda da casa e chamaria a atenção deles, o negocio então é ficar no “sapatinho³”. Durante esses dias saio e entro na favela, me deparando com traficantes dentro do morro e com a polícia do lado de fora. Geralmente, há um carro com alguns policiais dentro. Ficam em uma entrada que dá para uma escadaria que leva ao “morro. Nas vezes, que os vi parados tinha sempre um em um telefone público, não sei se falando com a namorada ou com o namorado, ou negociando com a rapaziada, sei que estavam sempre no telefone conversando com alguém. Entretanto, os caras estão lá do outro lado no “corredor da morte” onde se localiza a casa dos meus pais. Ficam ali a madrugada inteira, às vezes, fazendo barulho, às vezes, não... Tem uma mulher que cismou com a nossa casa, volta e meia bate na porta pedindo alguma coisa. Não atende não pra ver o que acontece!. Dentro de casa não dá pra fazer muito barulho, escovamos os dentes dentro de casa, dormimos em uma parte mais baixa da casa. Uma vida meio privada, limitada, sem muitas possibilidades. Se sair é melhor ficar na rua e voltar no dia seguinte e, assim vai se levando a vida no morro...”

“Vim pelo beco ocidental. Lá de cima da para ver a Rua Navarro e um larguinho que fica em baixo, onde se localiza uma tendinha, onde ficam estacionados vários carros da polícia, entretanto, lá de cima, quando olhei procurando os policiais não os encontrei. Somente quando fui descendo e me aproximei do terreno foi que vi os “malandros” dentro do carro. Fiquei logo com medo, mas ao mesmo tempo com vontade de encará-los, foi quando olhei para o policial que estava na ponta, ele me deu uma olhada rápida e virou como quem diz: “não é nada, é mais um que sobe”. A questão é que esse era o mesmo policial que outro dia ao descer da favela olhou pra mim de um jeito incriminador e me senti culpado naquela hora. Ao mesmo tempo,

³ no sapatinho: Sinônimo de Pianinho, quieto, no seu canto, sem desrespeitar ninguém. Por exemplo, quando a pessoa é nova em um lugar ela tem que chegar no sapatinho até conquistar seu espaço. In: Mais funks em: [Gírias de funkeiros e seus significados | Músicas de funk 2014 / 2013](http://www.funk.blog.br/2013/11/girias-de-funkeiros-e-seus-significados.html#ixzz33L3Y1rKX) <http://www.funk.blog.br/2013/11/girias-de-funkeiros-e-seus-significados.html#ixzz33L3Y1rKX>

naquele momento, me bateu um negocio ruim, sabe qual é, uma revolta filha da puta por não ter liberdade e tudo mais...”

“Ao subir o morro me deparo com dois “moleques” (homens) armados com um fuzil e outro com uma granada de mão. ouvi a garota que estava com ele dizer: ‘não coloca essa granada aí que ela me apavora!’. Entretanto sua voz não parecia ser de apavoramento. Continuei subindo atrás ouvindo o sujeito falar umas bobagens para a menina me dando a impressão de querer “aparecer” para ela, imediatamente comecei a pensar o quanto a situação é real e pior do que eu imaginava. Comecei a entender o quanto a favela está sozinha e vulnerável quando um homem... um garoto anda livremente com uma granada na cintura. Neste caso, qualquer indivíduo da favela pode morrer ao estar perto destes indivíduos ou mesmo próximo onde se posicionam. A favela então é uma bomba prestes a detonar a qualquer momento. Talvez nem precise da polícia vir matar alguém, basta estar andando atrás de um cara desses e ele ficar com medo que ai pode “vacilar” e tudo ir pelos ares...”

“Na verdade, eu estou a cada dia mais cheio de tudo isso... Cheio de todos os dias me deparar com uma mesma realidade que não muda para melhor somente para pior. Saturado de todos os dias dar de cara com traficantes. Todos os dias subir com medo e rezando para não acontecer nada, até abrir a porta de casa ou até mesmo intranquilo dentro de casa. Todos os dias à noite escovando os dentes no balde, com medo de não fazer muito barulho na varanda, para não chamar atenção dessas pessoas que só fazem causar terror a comunidade, com sua política tradicionalista, coronelista, de boa vizinhança. Hoje mais do que nunca vejo que o tráfico é um problema não só para as comunidades, favelas, mas para a toda a sociedade. Problemas sociais hoje são: polícia, educação, habitação, saúde, tráfico. Acho importante não ver mais o menino do tráfico somente como coitadinho, o destituído e coisa e tal, mas percebê-los como resultante de um processo excludente que os torna também homens que matam, muitas das vezes, para apenas se autoafirmar.”

“Sinto-me hoje um indivíduo totalmente desacreditado da coisa pública. Onde esta a saída? Gostaria muito de descobrir. Entretanto gostaria também de viver outras coisas, bem melhores, longe daqui. Como aconteceu com outros negros no passado que tiveram que deixar para trás suas identidades, me vejo obrigado também a fazer isso. Hoje não são mais diretamente os colonizadores que precisam fazer isso, os próprios grupos o fazem consigo mesmos entre si, veladamente, empurrados pela necessidade de sobreviver, deixam de lado seus espaços de origens, suas vivencias, suas memórias. Até

quando isso acontecerá? Os 'colonizadores' hoje apertam o botão e assistem. Intervém disfarçadamente, quando é preciso ou quando se sentem ameaçados.”

“Não tenho mais pena do traficante nem da sociedade nem de mim mesmo, não é esta mais a questão”. Qualquer policial armado hoje atua segundo seu ponto de vista que é apoiado pelas leis e atitudes do Estado, que ignora arbitrariedades, pelo fato de sua ideologia girar em torno da repressão a populações mais pobres, negras e marginalizadas.